

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

COLÉGIO ADVENTISTA JARDIM EUROPA



**Educação
Adventista**

UCOB

União Centro-Oeste da Brasileira

da Igreja Adventista do Sétimo Dia

**Administração da Entidade
Mantenedora**

Diretor Presidente: Matheus Leite Tavares
Diretor Administrativo: Celso Aparecido dos Santos
Diretor Secretário: Ozeias de Souza Costa
Diretor de Educação: Irismar Prado Gonçalves
Jurídico: Glauber de Sousa Oliveira

**Administração da Regional
Associação Brasil Central**

Diretor Presidente: Fernando Campanha Rios
Diretor Administrativo: Alex Sandro Quevedo Ramos
Diretor Secretário: Wesley de Oliveira
Diretor de Educação: Thiago Maillo
Jurídico: Arthur Albuquerque Rodrigues

Organizador

Pr. Thiago Maillo

Conselho Editorial

Prof. Moisés Lopes Sanches Júnior
 Profa. Eliane Ferreira
 Profa. Joseli Soares Ramos
 Profa. Meyre Émilly Nunes Ferreira
 Dr. Arthur Albuquerque Rodrigues

Editor

Profa. Joseli Soares Ramos

SUMÁRIO

<i>PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO</i>	8
<i>I. PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO</i>	8
<i>II. SISTEMA EDUCACIONAL ADVENTISTA</i>	8
a) MUNDO	8
b) AMÉRICA DO SUL	9
c) BRASIL	9
<i>MANTENEDORA</i>	9
<i>I. UNIDADES ESCOLARES POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS</i>	10
a) Associação Leste Mato-Grossense	10
b) Associação Planalto Central	10
c) Associação Sul Mato-Grossense	11
d) Missão Oeste Mato-Grossense	11
e) Missão do Tocantins	11
f) Associação Brasil Central	12
<i>II. JUSTIFICATIVA</i>	15
<i>III. FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA</i>	15
<i>IV. PREMISSAS DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA</i>	16
a) Missão	17
b) Visão	17
c) Finalidade e Propósito	17
<i>V. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA</i>	17
<i>VI. OBJETIVOS DAS ESCOLAS ADVENTISTAS</i>	18
<i>VII. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TÉCNICA</i>	18
a) Do Diretor e suas Atribuições	18
b) DA coordenação Pedagógica e suas Atribuições	19
c) Da Orientação Educacional e suas Atribuições	20
d) Do Conselho de Classe	20
e) Do Conselho Disciplinar	22
f) Da Secretaria Escolar e suas Atribuições	23
<i>VIII. PERFIL DO EDUCADOR</i>	25
<i>IX. PERFIL DO EDUCANDO</i>	25
a) Dimensão Física:	26
b) Dimensão Intelectual	26
c) Dimensão Socioafetiva e Emocional	26
d) Dimensão Espiritual	26
<i>X. CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA</i>	27
a) Currículo	27
b) Marco Legal	27
c) Objetivos dos cursos	27
<i>XI. SISTEMÁTICA DA AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO</i>	28
a) Na Educação Infantil	31
b) No Ensino Fundamental	32
c) Pontos de destaque sobre a sistemática de avaliação	33

d)	Recuperação de estudos.....	33
e)	Recuperação Bimestral.....	34
f)	Avaliação de Segunda Chamada	34
g)	Prova Final e Média Mínima para Promoção	35
h)	Cálculo do Resultado Final após a Prova Final.....	35
i)	Promoção	35
j)	Retenção	36
k)	Progressão Parcial	37
l)	Aproveitamentos de Estudos.....	38
m)	Avanço	38
n)	Recuperação e Aceleração de Estudos.....	39
o)	Classificação e Transferência	40
p)	Reclassificação.....	42
XII.	<i>FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA DO CURRÍCULO</i>	<i>42</i>
a)	Arte	42
b)	Ciências Naturais.....	43
c)	Ciências Sociais.....	43
d)	Educação Física.....	43
e)	Ensino Religioso.....	43
f)	Geografia	44
g)	História	44
h)	Linguagem	44
i)	Matemática	44
XIII.	<i>CURRÍCULO.....</i>	<i>45</i>
a)	Educação Infantil	45
b)	Ensino Fundamental	49
XIV.	<i>NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS</i>	<i>65</i>
a)	Referenciais Teóricos.....	65
b)	Atendimento Educacional Especializado	70
c)	Atendimento hospitalar.....	71
d)	Plano de Ensino Individualizado.....	71
e)	Adaptações	72
f)	Formação docente e equipe pedagógico	72
g)	Classificação da série	73
h)	Formas de ingresso.....	73
i)	Acompanhamento familiar	75
j)	Princípios Filosóficos da inclusão na rede adventista de educação.....	75
XV.	<i>ANEXO</i>	<i>77</i>
I.	<i>TEMAS RELEVANTES E PROJETOS PEDAGÓGICOS</i>	<i>77</i>
1.	<i>Justificativa</i>	<i>85</i>
2.	<i>Objetivos.....</i>	<i>85</i>
2.1	Objetivo Geral.....	85
2.2	Objetivos Específicos.....	86
3.	<i>Metodologia.....</i>	<i>86</i>
3.1	Fases de Implementação	86
4.	<i>Estratégias e Atividades.....</i>	<i>86</i>
4.1	Estabelecimento de Contratos Coletivos de Uso de Tecnologia.....	86
4.2	Educação Digital e Etiqueta Online	86
4.3	Momentos de "Pausa Digital".....	86

4.4 Estratégias de Autorregulação e Concentração	86
4.5 Oficinas de Comunicação Interpessoal.....	87
4.6 Incentivo à Criatividade e Expressão Artística	87
4.7 Conexão com a Natureza e Saúde Física	87
4.8 Reflexões e Relatos dos Alunos	87
5. Avaliação e Monitoramento	87
6. Recursos Necessários	87
7. Considerações Finais.....	87
II. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR.....	87
III. MATRIZ CURRICULAR.....	89
IV. CALENDÁRIO ESCOLAR.....	92
XVI. REFERÊNCIAS	93

EDITORIAL

Construir evidências de alta qualidade acadêmica com uma clara identidade cristã é o desafio constante das Escolas Adventistas. Por meio de uma gestão competente e com professores cristãos qualificados, visamos alcançar êxito no processo de ensino-aprendizagem a fim de preparar os educandos para os processos seletivos, para o pleno exercício da cidadania e demais desafios do seu futuro profissional. Entretanto, o currículo de uma Instituição Educacional Adventista, além dos aspectos acadêmicos, visa inculcar nos discentes princípios e valores que jamais lhes serão subtraídos. Esse compromisso objetiva ensinar aos alunos um caminho seguro para desenvolverem-se de forma completa, visando todo o ser em seus aspectos físicos, sociais, intelectuais, emocionais e espirituais.

A Rede Adventista de Educação entende o currículo como o elemento crucial concebido a partir de princípios filosóficos, visão, objetivos, fins, perfis educacionais imaginados e propostas pedagógicas que têm por objetivo desenvolver nos educandos os valores implícitos em sua Filosofia Educacional.

Nosso tempo é marcado por uma sociedade onde as condutas de antecipação para prever e explorar o futuro fazem parte de nosso presente. As organizações projetam suas ações, lançam-se para frente, numa ideia constante de movimento e mudança. Nessa perspectiva a Rede Educacional Adventista dos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e do Distrito Federal aprimorou este essencial documento com o objetivo de dar consistência à ação pedagógica de cada escola e nortear a ação intencional e sistemática dos docentes e discentes, comprometendo assim alunos e mestres com a prática de um ensino significativo e transformador.

O projeto pedagógico reúne informações diversas concernentes à Educação Adventista e seus nobres objetivos.

Você encontrará uma síntese da nossa Filosofia Educacional, princípios metodológicos, sistemática de avaliação, proposta curricular e outras informações pertinentes.

É, portanto, um documento que visa nortear as principais ações cotidianas dos docentes em sala de aula e informar à comunidade escolar os objetivos e processos a serem desenvolvidos com nossos educandos.

Nossa intenção é proporcionar-lhe segurança e a certeza de que realmente fez a escolha certa, tornando claras nossas intenções e como pretendemos alcançá-las.

Agradecemos sua confiança no Sistema Educacional Adventista e esperamos sempre superar suas melhores expectativas.

Atenciosamente.

APRESENTAÇÃO

É fundamental que uma instituição de ensino possua um Projeto Político Pedagógico que norteie suas atividades acadêmicas. O Projeto Político Pedagógico das Escolas Adventistas dos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Distrito Federal, doravante tratado por Projeto Pedagógico, foi atualizado para 2022 e prossegue sendo resultado da união do esforço, dedicação, experiência, conhecimento e competência de diversos educadores da Rede Adventista.

Entendemos que a participação das famílias é primordial para que continuemos avançando no aprimoramento de nossa ação pedagógica. Por isso este material deve ser manuseado e considerado por todos os pais e responsáveis na intenção de estabelecermos parceria contínua entre família e escola.

Quando nos unimos em um mesmo propósito evidenciamos nosso compromisso com o futuro de milhares de crianças e jovens que poderão fazer diferença e contribuir de forma positiva em sua comunidade e em seu país.

Agradecemos a todos que, direta ou indiretamente, viabilizaram este Projeto Pedagógico, e às famílias, por confiarem a nós seu bem mais precioso, seus filhos.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

I. PROPOSTA DE IMPLANTAÇÃO

Reflexão, análise, revisão e construção são palavras que circundam o processo de construção do Projeto Pedagógico da Rede Adventista para as unidades escolares presentes no território de abrangência Instituição Adventista Central Brasileira de Educação e Assistência Social, inscrita no CNPJ sob o nº 60.833.910/0001-87.¹

É satisfatório olhar para o passado e perceber o crescimento de todos os envolvidos no processo ensino-aprendizagem, em especial, quando nos deparamos com o envolvimento dos colaboradores e comunidade escolar na solidificação das práticas previstas em um projeto pedagógico.

Este Projeto Pedagógico foi elaborado inicialmente por meio da reunião do conselho de educação da Instituição Adventista Central Brasileira de Educação e Assistência Social (IACBEAS), sendo o mesmo encaminhado para análise nas unidades e continuidade de sua construção, conforme consta em ATA.

Com o intuito de tornar público e parte da vivência escolar adotar-se-ão, para difusão do presente Projeto Pedagógico, entre outras possíveis, as seguintes medidas sugestivas:

- a) Encaminhamento do Projeto Pedagógico aos colaboradores da unidade escolar;
- b) Manter cópias do Projeto Pedagógico acessível nos ambientes escolares: sala de professores, secretaria e direção como forma de divulgação e consulta;
- c) Divulgação em Reuniões com pais, alunos, equipe administrativa e pedagógica para esclarecimento e tomada de consciência acerca do conteúdo do documento;
- d) Grupos de estudo para aprimoramento e revisão do Projeto conforme necessidade;
- e) Inclusão de excertos do conteúdo do Projeto Pedagógico em comunicados aos pais, alunos e equipe administrativa e pedagógica;
- f) Palestras com profissionais, técnicos da mantenedora ou membros das regionais de ensino/Secretaria de Educação sobre temas específicos do Projeto, bem como conscientização de sua importância; e
- g) Divulgação em meios físico ou físicos do Projeto Pedagógico para a comunidade escolar.

II. SISTEMA EDUCACIONAL ADVENTISTA

Formalmente instituída em 1863, a organização Adventista está presente em 237 países, 891 línguas e dialetos diferentes, com 61 editoras e gráficas que imprimem livros em 369 línguas e dialetos, 18 indústrias de alimentos, 790 hospitais e mais de 230 mil colaboradores.

a) MUNDO

¹ Relação de Escolas no Item 5

A educação adventista está presente em 165 países, representada por 115 faculdades, 9.429 escolas, com mais de 114 mil professores comprometidos com a formação de 2 milhões de alunos.

A Rede de Educação Adventista tem duas publicações mundiais que servem de apoio à sua missão: a Revista de Educação Adventista e a Diálogo Universitário. A primeira é um periódico bimestral destinado a professores e gestores educacionais que, a cada edição, apresenta artigos de variados temas relacionados à educação cristã. A segunda revista é uma publicação voltada para estudantes do nível superior que aborda questões relativas à interface entre o cristianismo e a cultura contemporânea. Ela é impressa em quatro línguas (português, inglês, francês e espanhol) e tem leitores em mais de 100 países.

b) AMÉRICA DO SUL

Na América do Sul existem 975 Colégios e Escolas e 16 Campi Universitários. Os 350 mil alunos da Rede Adventista estão distribuídos nos níveis: Infantil, Fundamental, Médio e Superior. Desses, mais de 208 mil moram no Brasil, e os demais no Equador, Peru, Bolívia, Chile, Argentina, Paraguai e Uruguai. Mais de 20 mil professores são responsáveis pela formação integral desses estudantes, visando seu preparo físico, mental e espiritual.

c) BRASIL

Em 1896, há 125 anos, começou a funcionar em Curitiba, no Paraná, a primeira escola adventista no Brasil – Colégio Internacional – sob a direção de Guilherme Stein Jr.

A partir daí o trabalho educacional cresceu e muitas outras escolas foram implantadas no país, formando a Rede de Educação Adventista.

No Brasil existem atualmente 520 unidades escolares, cerca de 11 mil professores e 245 mil alunos. Além dessas unidades o Sistema Adventista de Educação mantém 15 colégios em regime de internato, sendo que sete deles oferecem desde a Educação Básica até a Pós-graduação.

MANTENEDORA

A Rede de Escolas Adventistas da Região Central do Brasil subdivide-se em Unidades Escolares em Regime de Externato e Internato mantidas pela Instituição Adventista Central Brasileira de Educação e Assistência Social - IACBEAS, com seu Estatuto registrado e arquivado sob nº 7472, livro A-16, protocolado sob o nº 158588 no 1º Ofício de Registro Civil de Pessoas Jurídicas de Brasília - DF, inscrita no CNPJ/MF, sob nº. 60.833.910/0001-87 e para fins administrativos e consecução de seus objetivos divide-se em regiões administrativas abrangendo os Estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Tocantins e Distrito Federal.

As denominações, localizações e formas de administração constam em seu Estatuto Social, estando todas juridicamente subordinadas à administração central da IACBEAS.

A IACBEAS é uma entidade filantrópica sem fins lucrativos, pessoa jurídica e administrativamente autônoma, devotada às atividades da educação básica na

modalidade regular, em seus diversos níveis e etapas, considerada de utilidade pública nos âmbitos federal e estadual.

O presente Projeto Pedagógico regula as unidades escolares presentes no território de abrangência da IACBEAS cuja relação encontra-se demonstrada em sequência.

I. UNIDADES ESCOLARES POR REGIÕES ADMINISTRATIVAS

a) Associação Leste Mato-Grossense

Rua Dra Celestina Botelho, nº 134, Qd 01, Lt 02, Morada do Ouro II, Cuiabá MT, CEP: 78.053-770. Tel.: (65) 3315-3366.

Unidades	E.I.	E.F.	E.F.	E.M
Colégio Adventista Centro América	X	X	X	X
Colégio Adventista CPA	X	X	X	X
Colégio Adventista do Porto	X	X	X	X
Colégio Adventista de Rondonópolis	X	X	X	X

b) Associação Planalto Central

EQRSW 7/8 – S/N Lote 02, Setor Sudoeste, Brasília – DF, CEP: 70.675-760. Tel.: (61) 3343-5353.

Unidades	E.I.	E.F.	E.F.	E.M
Escola Adventista de Águas Claras	X	X		
Escola Adventista de Formosa	X	X	X	
Escola Adventista do Guará	X	X	X	
Escola Adventista de Valparaíso de Goiás	X	X	X	
Colégio Adventista da Asa Sul	X	X	X	X
Colégio Adventista de Planaltina	X	X	X	X
Colégio Adventista de Taguatinga	X	X	X	X

Colégio Adventista do Gama	X	X	X	X
----------------------------	---	---	---	---

c) Associação Sul Mato-Grossense

R. Amando de Oliveira, 135, Bairro Amambai, Campo Grande – MS, CEP: 79.005-370.
Tel.: (67) 3389-1744.

Unidades	E.I.	E.F.	E.F.	E.M
Escola Adventista de Dourados	X	X	X	
Escola Adventista de Miranda	X	X		
Escola Adventista de Mundo Novo	X	X	X	
Escola Adventista de Nova Andradina	X	X	X	
Escola Adventista Villas Boas	X	X		
Colégio Adventista Campo-Grandense	X	X	X	X
Colégio Adventista de Corumbá	X	X	X	X
Colégio Adventista Jardim dos Estados	X	X	X	X

d) Missão Oeste Mato-Grossense

Rua da Bondade (Lote Núcleo G Glória), 182, Bairro Glória, Várzea Grande MT, CEP:78.141-018. Tel.: (65) 3388-3300.

Unidades	E.I.	E.F.	E.F.	E.M
Escola Adventista de Tangará da Serra	X	X		
Colégio Adventista de Cáceres	X	X	X	X
Colégio Adventista de Sinop	X	X	X	X
Colégio Adventista de Várzea Grande	X	X	X	X

e) Missão do Tocantins

QD 210 Sul Alameda 11 S/N, Plano Diretor Sul, Palmas – TO, CEP: 77.020-090. Tel.: (63) 3219-8800.

Unidades	E.I.	E.F.	E.F.	E.M
Escola Adventista de Palmas	X	X	X	
Colégio Adventista de Araguaína	X	X	X	X
Colégio Adventista de Gurupi	X	X	X	X

Colégio Adventista Brasil Central – Campus Residencial	E.I.	E.F.	E.F.	E.M
Rod. BR 414, Km 411, Distrito de Planalmira, Abadiânia – GO, CEP: 72.940-	X	X	X	X

f) Associação Brasil Central

Av. Caiapó nº 800, Setor Santa Genoveva, Goiânia – GO, CEP: 74.672-400. Tel.: (63) 3219-8800.

Unidades	E.I.	E.F.	E.F.	E.M
Escola Adventista de Anápolis	X	X	X	X
Escola Adventista Jardim Europa	X	X	X	
Escola Adventista de Porangatu	X	X		
Escola Adventista de Rio Verde	X	X		
Escola Adventista de Uruaçu	X	X	X	
Escola Adventista Vila Nova	X	X	X	
Colégio Goianiense Adventista	X	X	X	X
Colégio Adventista Novo Mundo	X	X	X	X
Colégio Adventista Setor Pedro Ludovico	X	X	X	X

E.I. = Educação Infantil

E.F. = Ensino Fundamental

E.M. = Ensino Médio

1) IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

i. DA ESCOLA

Colégio Adventista Jardim Europa

Rua Santa Efigenia Q. 44 L. 27 a 30

Setor: Jardim Planalto, Goiânia - GO, | CEP 74333-230 (62) 32649000

Home Page: <https://jardimeuropa.educacaoadventista.org.br/>

CNPJ: 60.833.910/0104-92

IE: Isento Jurisdição: Isento

INEP: 52037517

E-mail: caje.secretaria.abc@adventistas.org

ii. NÍVEIS, MODALIDADES E CURSOS

O Colégio Adventista Jardim Europa, Confessional e Filantrópica, e oferece a Educação Básica na(s) Modalidade(s) Regular, com os níveis: Educação Infantil, Anos iniciais e Anos Finais.

iii. DOS ATOS LEGAIS

- Educação Infantil: resolução CME nº 068 de 06/03/2025
- Ensino Fundamental: Resolução CEE/CEB nº 470 de 31/07/2017

2) HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO:

Setor	Horário de atendimento ao público
Secretaria, Tesouraria, Direção, SOE e SOP	Das 07h às 18h Sexta-feira até às 17h
Turnos	
Matutino	
Educação Infantil (EI)	Das 07h às 11h30
Anos Iniciais (AI)	Das 07h às 11h30
Anos Finais (AF)	Das 07h às 11h50
Matutino	
Educação Infantil (EI)	Das 13h às 17h30
Anos Iniciais (AI)	Das 13h às 17h30
Anos Finais (AF)	Das 13h às 17h50
Sexta-feira 16h30 EI e AI e 17h05 AF	

3) ESTRUTURA FÍSICA

i. ÁREA ADMINISTRATIVA

- 1 - Sala da direção;
- 1 - Sala para Assistente de Disciplina;
- 1 - Sala de tesouraria;
- 1 - Sala de secretaria;
- 1 - Sala de Coordenação Pedagógica;
- 1 - Sala de Coordenação Pedagógica/ Sala de Orientação Educacional
- 1 - Sala de Orientação Educacional;
- 1 - Sala de distribuição e controle de multimídias;
- 1 - Sala para aconselhamento pastoral;

ii. ÁREA ESCOLAR

- 14 - Salas de aula equipadas com multimídia;
- 1 – Sala para os professores;
- 1 – Auditório;
- 9 – Banheiros;
- 2 - Banheiros PNEs;

iii. LABORATÓRIOS E SALAS ESPECIAIS

- 1 - Laboratório móvel de ciências;

iv. ÁREA ESPORTIVA

- 1 - Ginásio polidesportivo coberto;
- 1 - Sala para materiais de Educação Física.
- 1 - Parque infantil coberto

v. ÁREAS ESPECIAIS

- 1 - Centro de convivência;
- 1 - Praça de Alimentação;
- 1 – Cantina

vi. SALA DE LEITURA E PESQUISA

332 – Livros

vii. MANUTENÇÃO

- Depósito Materiais de Limpeza;
- Refeitório para funcionários;

viii. ELEVADORES

Não possuímos elevador

ix. CORRIMÃOS E RAMPAS

11 – Corrimãos;

x. PISO TÁTIO

- Alerta;
- Direcional;

II. JUSTIFICATIVA

O atual contexto educacional, a complexidade de uma sociedade em constante movimento e mudança, as interações de um cenário globalizado, somado às demandas de formação de um indivíduo competente e habilitado tanto para as peculiaridades locais quanto adaptável às condições e exigências globais, pressupõe a necessidade de uma visão de formação ampla, de um saber global a respeito da sociedade, sua teia de relações, instituições e suas funções.

Exige-se a superação do limiar, do fragmento, do unilateral, para a busca de um olhar mais amplo sobre os fins da educação.

Nestes novos tempos é preciso reconhecer a necessidade da busca pela qualidade da reconfiguração conceitual da escola, sua função e práticas.

Nesse contexto, o Projeto Pedagógico justifica-se na medida em que situa a educação num horizonte de possibilidades, no cotidiano, imprimindo a diretriz para serem atingidas as finalidades da educação adventista na direção da qualidade esperada.

Ao mesmo tempo, essa proposta de educação delimita o contexto e propósito do sistema adventista de educação posicionando seus pressupostos filosóficos, visão e missão, finalidades e objetivos, delineando o fazer pedagógico e referenciando os demais documentos da prática escolar.

III. FILOSOFIA DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA

A Filosofia Educacional Adventista é centrada em Jesus Cristo e visa a restaurar nos seres humanos as características do Criador, considerando Seu caráter e Seus ensinamentos, bem como a revelação de Sua natureza, tendo como fonte a Bíblia Sagrada.

O Sistema Educacional Adventista objetiva promover atividades de ensino contextualizadas em que possa ser vivenciada a filosofia cristã de educação. Assim fazendo, provê modelos das mais diversas ordens para professores, estudantes, administradores e estudiosos em geral.

1) NOSSA FILOSOFIA É FUNDAMENTADA NAS SEGUINTE CRENÇAS:

- Deus, o Criador, é a realidade última do universo. Por isso, conhecê-Lo e compreender Sua vontade é de crucial importância desde a infância;
- O homem, criado perfeito por Deus, é o resultado de uma sutil e judiciosa combinação do material com o espiritual. Um ser racional destinado a ser completo e feliz à medida que, harmoniosamente, relacionar-se com Seu Criador e bem conviver com seus semelhantes;
- Separado de Deus o homem está sujeito à degradação. Estabelecer ligação com Deus na forma e no tempo devidos deve ser o grande objetivo da vida;
- Criado o homem, com potenciais a desenvolver, chama-se Educação Cristã a obra que permite seu harmonioso desenvolvimento em comunhão com o Criador. A maior tragédia é não desenvolver plena e equilibradamente os potenciais humanos. Em outras palavras, é apenas “poder ter sido”. Dessa maneira, em se tratando de educação, excelência é o mínimo desejável;
- Deus, o Criador, é também fonte de todo o conhecimento e se revela ao homem mediante a Bíblia Sagrada, Jesus Cristo, a natureza – seu segundo livro – e através do trato com pessoas e povos de todas as épocas.
- Na vida humana, ações e atividades dos primeiros anos são essenciais para o posterior desenvolvimento. Assim, é sobre a boa educação no desenvolvimento de todas as suas potencialidades e restauração da imagem de Seu Criador que se constrói o futuro bem-estar e destino do homem, preparando para todo o ciclo de existência possível, presente e futura;

Consideradas essas crenças como pressupostos fundamentais no Sistema Educacional Adventista, as ações e as atividades visam o harmonioso desenvolvimento do educando. Além disso, o currículo educacional ocupa todos os aspectos do ser e todas as formas de revelação de Deus, proporcionando a este estudante uma educação integral.

O caráter de Deus, revelado na lei moral, constitui-se no grande padrão de comportamento ético do homem e na fonte das diretrizes para a formação do caráter e para o desenvolvimento do senso estético.

Estando o homem separado de Deus por sua livre escolha e, assim, sujeito à depreciação, cabe à Educação Cristã o supremo ideal de levar o homem a reaproximar-se de Seu Criador.

IV. PREMISSAS DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA

a) Missão

Promover, por meio da educação cristã, o desenvolvimento integral do educando, formando cidadãos autônomos, comprometidos com o bem-estar da comunidade, da pátria e com Deus.

b) Visão

Ser um sistema educacional reconhecido por sua excelência, fundamentado em princípios bíblico-cristãos.

c) Finalidade e Propósito

Restaurar o homem a seu estado original de perfeição, preparando crianças e jovens para uma existência significativa na Terra e para a vida eterna.

V. OBJETIVOS DA EDUCAÇÃO ADVENTISTA

A Educação Adventista compreende o processo educativo para além de um certo curso de estudos.

“Significa mais do que a preparação para a vida presente. Visa o ser todo, e todo o período da existência possível do homem. É o desenvolvimento harmônico das faculdades físicas, mentais e espirituais. Prepara o estudante para o gozo do serviço neste mundo e para aquela alegria mais elevada por um mais dilatado serviço no mundo vindouro” (White, 1996a: 13).

Partindo do pressuposto de que o ser humano necessita ser restaurado a seu estado original de perfeição, a Educação Adventista propõe-se a alcançar os seguintes objetivos:

- a) Promover o reconhecimento de Deus como fonte de toda sabedoria;
- b) Reconhecer e aplicar a Bíblia como referencial de conduta;
- c) Estimular o estudo, a proteção e a conservação da natureza criada por Deus;
- d) Incentivar a utilização das faculdades mentais na aquisição e construção do conhecimento em favor do bem comum, tendo como ferramenta as diferentes fontes de informação e recursos tecnológicos;
- e) Promover a aquisição de hábitos saudáveis por meio do conhecimento do corpo e das leis que o regem;
- f) Oportunizar o desenvolvimento do senso crítico, da criatividade, da pesquisa e do pensamento reflexivo;
- g) Incentivar o desenvolvimento dos deveres práticos da vida diária, a sábia escolha profissional, a formação familiar, o serviço a Deus e à comunidade;
- h) Promover a autonomia e a autenticidade ancoradas nos valores bíblico-cristãos;

- i) Favorecer o desenvolvimento da autoestima positiva, do sentimento de aceitação e de segurança;
- j) Resgatar a prática da regra áurea nos relacionamentos interpessoais, que é amar ao próximo como a si mesmo.

VI. OBJETIVOS DAS ESCOLAS ADVENTISTAS

Neste contexto, para o cumprimento das premissas e objetivos da Educação Adventista, constituem-se como objetivos principais para as Unidades Escolares:

- a) Concorrer para a construção do caráter baseado nos princípios bíblico-cristãos;
- b) Direcionar a educação de modo que o educando se conscientize de que ele é um agente transformador;
- c) Oferecer oportunidade para que o educando desenvolva o respeito para com o ser humano, o estado, a família e os diferentes grupos sociais, étnicos;
- d) Concorrer para que o educando desenvolva as relações interpessoais e intrapessoais, coerentes com os princípios filosóficos da unidade escolar;
- e) Promover atividades pedagógicas integradas, contínuas, progressivas e harmônicas que atendam o desenvolvimento integral do educando;
- f) Contribuir para que o educando se integre à sociedade como um cidadão competente e solidário;
- g) Promover a interação com os recursos científicos e tecnológicos que lhe permitam o exercício da cidadania;
- h) Valorizar, respeitar, expandir e apropriar-se do patrimônio cultural da humanidade;
- i) Criar condições para que o educando habilite-se a buscar soluções para as constantes mudanças da sociedade contemporânea.

VII. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E TÉCNICA

a) Do Diretor e suas Atribuições

A Direção Escolar, qualificada na forma da legislação vigente, é o núcleo que dirige, controla e coordena todas as atividades escolares, constando dos seguintes serviços com suas respectivas atribuições:

São atribuições do Diretor Escolar:

- 1) Dirigir a unidade escolar e coordenar as atividades educacionais e pedagógicas.
- 2) Manter os princípios educacionais da Entidade Mantenedora.
- 3) Vincular a unidade escolar à comunidade.
- 4) Participar com os integrantes do Departamento de Educação da elaboração do Plano Escolar.
- 5) Executar e fazer cumprir o Plano Escolar e zelar pela consecução dos seus objetivos.

- 6) Presidir as solenidades, comemorações, formaturas e os atos de qualquer natureza.
- 7) Assessorar os técnicos do Departamento de Educação no desempenho de suas funções junto à unidade escolar sob a sua Direção.
- 8) Presidir as reuniões ordinárias do Corpo Docente, do Conselho de Classe e do Conselho Disciplinar.
- 9) Dar posse aos professores, distribuir tarefas e responsabilidades e controlar a execução de todos os serviços da unidade escolar.
- 10) Assessorar a programação e execução do processo de aperfeiçoamento dos recursos humanos, físicos e materiais da unidade escolar.
- 11) Conferir certificados de conclusão de série ou curso.
- 12) Assinar, juntamente com o secretário todos os documentos relativos à vida escolar dos alunos e à unidade escolar.
- 13) Zelar pela manutenção e conservação dos bens e do acervo patrimonial da unidade escolar;
- 14) Garantir a disciplina de funcionamento da Escola.
- 15) Aplicar as sanções de admoestação verbal, repreensão escrita, suspensão assistida e, mediante voto do conselho de disciplinar, transferência a alunos que incorram nas faltas graves previstas no regimento e atendido ao disposto na legislação vigente.
- 16) Submeter à Diretoria Geral sugestão de aperfeiçoamento do processo ensino-aprendizagem.
- 17) Manter relacionamento com as autoridades do sistema de ensino, em cuja área se encontra a sua unidade escolar, visando ao atendimento de solicitações legais pertinentes.
- 18) Cumprir e fazer cumprir regulamentos e determinações obedecendo aos prazos para execução dos trabalhos, emanados dos órgãos administrativos ou em virtude de Lei e as disposições do Regimento Escolar.
- 19) Receber pedidos de classificação e/ou reclassificação, quando cabíveis, e encaminhá-los ao Conselho de Classe, para análise.
- 20) Designar, quando for o caso, professores para coordenadores das diferentes áreas.

b) DA coordenação Pedagógica e suas Atribuições

São atribuições da Coordenação Pedagógica, principalmente:

- 1) Coordenar o planejamento do ensino das diferentes disciplinas, tendo em vista a adequação do plano escolar à realidade que deve ser vivenciada na prática pedagógica.
- 2) Acompanhar, avaliar e controlar o desenvolvimento do conteúdo programático das disciplinas que integram o currículo e os resultados do ensino no âmbito da unidade escolar.
- 3) Organizar e manter atualizada a documentação e assentamentos escolares necessários ao desenvolvimento da supervisão pedagógica.

- 4) Participar das reuniões coordenadas pelo Núcleo da Supervisão do Apoio Técnico-Pedagógico da Unidade Escolar e cumprir suas determinações.
- 5) Participar do Conselho de Classe.

c) Da Orientação Educacional e suas Atribuições

São atribuições da Orientação Educacional, principalmente: Coletar e sistematizar informações que facilitem a orientação dos alunos;

- 1) Coletar e sistematizar informações que facilitem a orientação dos alunos.
- 2) Manter contatos sistematizados com os educandos individualmente ou em grupo, tendo em vista o aconselhamento vocacional e ou da informação profissional.
- 3) Atuar junto às famílias dos alunos, no sentido de conseguir maior integração de esforços na orientação do processo educativo.
- 4) Organizar e manter atualizada a documentação necessária ao desenvolvimento das atividades de Orientação Educacional.
- 5) Participar das reuniões coordenadas pelo Núcleo da Supervisão do Apoio Técnico-Pedagógico da Unidade Escolar e cumprir suas determinações.
- 6) Participar do Conselho de Classe.

d) Do Conselho de Classe

O Conselho de Classe é um órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa em assuntos didático-pedagógicos, com atuação restrita a cada turma da Unidade dos docentes a ela pertencentes, tendo por objetivo avaliar o processo ensino-aprendizagem na relação professor-aluno e os procedimentos adequados a cada caso.

Os Conselhos de Classe são presididos pelo Diretor, cabendo-lhe o voto de desempate, quando ocorrer este. Nas deliberações, as decisões são adotadas por maioria simples dos membros presentes à reunião.

Em ocorrendo reunião geral de Conselho com a participação de todos os docentes da Unidade Escolar, poderão opinar ou votar sobre os casos exclusivamente os docentes da turma em análise.

O Conselho de Classe tem por finalidade:

- 1) Estudar e interpretar os dados da aprendizagem na sua relação com o trabalho do professor, na direção do processo ensino-aprendizagem, proposto pelo plano curricular;
- 2) Acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos alunos;
- 3) Analisar o resultado da aprendizagem na relação com o desempenho da turma, com a organização dos conteúdos e o encaminhamento metodológico;
- 4) Utilizar procedimento que assegure a comparação com parâmetros indicados pelos conteúdos necessários ao ensino, evitando a comparação dos alunos entre si.

O Conselho de Classe é constituído pelo Diretor da Unidade Escolar, pelo Secretário Escolar, a quem cabe a elaboração das atas respectivas, pelos professores que atuam na mesma

turma, o responsável pelo serviço de Coordenação Pedagógica, o responsável pelo serviço de Orientação Educacional e o Coordenador de Curso, quando houver.

A presidência do Conselho de Classe está a cargo do Diretor da Unidade Escolar ou seu substituto legal em sua falta ou impedimento, podendo valer-se de seu voto pelo desempate, quando for o caso.

O Conselho de Classe reúne-se, ordinariamente, ao final de cada período avaliativo conforme indicado em Calendário Escolar e, extraordinariamente, quando convocado pelo Diretor da Unidade Escolar.

As reuniões extraordinárias podem ser convocadas através de comunicado oficial com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas, sempre que um fato relevante assim o exigir. O comparecimento de todos os membros convocados é obrigatório, estando os faltosos sujeitos ao registro de suas faltas e advertência quando não justificadas.

É válida a decisão do Conselho de Classe que contar com os votos da maioria simples de seus membros, independentemente do número dos presentes à reunião.

As decisões do Conselho de Classe, quando tomadas no exercício legal de sua atuação e no respeito às normas educacionais, podem ser revisadas ou modificadas por ele mesmo mediante recurso interposto pelo interessado ou por seu representante legal, no prazo de 5 (cinco) dias. Cabendo, ainda, recurso ao Conselho Estadual de Educação.

As conclusões do Conselho de Classe devem ser fielmente documentadas circunstanciadas, anotadas em seu inteiro teor, em ata lida por todos os membros e por eles assinada, dando-se ciência de seu inteiro teor a todos os participantes no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir de sua realização.

São atribuições do Conselho de Classe:

- 1) Emitir parecer sobre assuntos referentes ao processo ensino-aprendizagem:
 - i. Analisando as informações sobre conteúdos curriculares, encaminhamento metodológico e processo de avaliação que afetem o rendimento escolar;
 - ii. Confrontando o rendimento da classe com os resultados alcançados nos critérios de avaliação propostos para os diferentes componentes curriculares;
 - iii. Contrastando os critérios de avaliação com os indicadores expressos na produção do aluno e no testemunho dos professores;
 - iv. Identificando os alunos com aproveitamento insuficiente e suas causas;
 - v. Coletando as informações sobre as necessidades, interesses e aptidões dos alunos, visando adequar o ensino às suas expectativas;
 - vi. Acompanhando e propondo planos viáveis de recuperação dos estudos dos alunos com baixo ou insuficiente rendimento;
- 2) Propor medidas que viabilizem um melhor aproveitamento escolar tendo em vista o respeito à cultura do educando, integração e relacionamento com os alunos da turma:
 - i. Confrontando o relacionamento dos alunos entre si e com os diferentes professores;
 - ii. Identificando os alunos de ajustamento insatisfatório em situações de classe e na Unidade;
- 3) Decidir sobre a promoção do aluno que, após a apuração dos resultados, esteja indicado para retenção por não atingir os mínimos obrigatórios em um ou mais componentes

curriculares, levando-se em consideração o seu desempenho em cada componente curricular bem como seu desenvolvimento e aproveitamento global, e condições mínimas para prosseguimento de estudos na série e/ou curso seguintes;

- 4) Decidir sobre pedidos de reconsideração interpostos pelo aluno ou seu responsável, quando menor, contra os resultados parciais ou finais de avaliação de aprendizagem, observados os prazos, aspectos e critérios para análise indicados na legislação vigente;
- 5) Decidir sobre a reclassificação de alunos, nas épocas previstas para tanto, à vista dos resultados da avaliação apurada pela respectiva Comissão;
- 6) Deliberar e decidir sobre procedimentos de avaliação não previstos no presente Regimento, inclusive após encerrado o período letivo, quando julgar pertinente, a fim de garantir ao aluno amplas possibilidades de recuperação ou subsidiar decisão de promoção ou manutenção de retenção de alunos.

e) Do Conselho Disciplinar

O Conselho Disciplinar é um órgão colegiado, de natureza consultiva e deliberativa em assuntos disciplinares, com atuação abrangente a todo o corpo discente, tendo por objetivo:

- 1) Propor, desenvolver e acompanhar atividades junto ao Corpo Discente e Docente, com vistas a um melhor convívio na Comunidade Escolar;
- 2) Estabelecer e manter uma disciplina estudantil apropriada, entendida como condição necessária para o processo de ensino-aprendizagem;
- 3) Colaborar com a Administração Escolar, Orientação Educacional e Corpo Docente nas questões disciplinares do Corpo Discente;
- 4) Instruir Processos Disciplinares e aplicá-los aos Discentes.

O Conselho Disciplinar será constituído pelos seguintes membros:

- 1) Permanentes:
 - i. Diretor da Unidade Escolar;
 - ii. Secretário Escolar;
 - iii. Responsável pelo Serviço de Coordenação Pedagógica;
 - iv. Responsável pelo Serviço de Orientação Educacional;
 - v. Assistente de Disciplina.
- 2) Rotativos conforme a ocorrência:
 - i. Professor(es) que conduzia(m) a turma no momento da ocorrência;
 - ii. Professor Conselheiro da turma do aluno em análise.

A presidência do Conselho Disciplinar estará a cargo do Diretor da Unidade Escolar, ou seu substituto legal em sua falta ou impedimento, podendo valer-se de seu voto pelo desempate, quando for o caso.

Ao Secretário Escolar, caberá a redação das respectivas atas do Conselho Disciplinar. O Conselho Disciplinar se reunirá sempre que convocado por sua presidência, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, instalando-se a partir de quórum mínimo de 2/3 (dois terços) dos seus membros.

Quando necessário, poderão ser convocados tanto servidores como outras pessoas que possam contribuir para esclarecimento de determinadas ocorrências disciplinares.

- 1) Analisar as ocorrências disciplinares emitindo recomendações para adoção de medidas de prevenção a conflitos, atos de rebeldia e bullying no ambiente escolar, adotando medidas de desestímulo a distúrbios de comportamento individual ou coletivo;
- 2) Propor e aplicar sanções de suspensão assistida, nos termos do inciso IV do art. 59;
- 3) Acompanhar o cumprimento das medidas disciplinares aplicadas aos alunos;
- 4) Avaliar as circunstâncias, a gravidade da falta cometida e aplicar, em caráter de excepcionalidade, a sanção máxima – transferência de unidade escolar;
- 5) Analisar, quando solicitado, os pedidos de transferência oriundos de outras Instituições, emitindo Parecer;
- 6) Emitir Parecer sobre eventual pedido de reintegração de aluno ao regime de matrícula anterior à aplicação de Medidas Disciplinares;
- 7) Emitir Parecer nos casos em que o aluno apresentar Recurso à aplicação de medidas disciplinares.

A aplicação de qualquer forma de disciplina, dentro da filosofia educacional adventista visa estabelecer limites à conduta indesejável e promover mudança comportamental que resulte em maior segurança ao corpo discente no contexto social.

As deliberações que resultem na aplicação de sanções disciplinares de suspensão e ou transferência educativa serão sempre fundamentadas nas disposições deste regimento.

A gravidade da falta cometida pode ser fator determinante para a supressão da graduação na aplicação dos procedimentos disciplinares.

As sanções serão aplicadas pelo Conselho Disciplinar sempre garantindo o amplo direito à defesa e ouvidas as partes envolvidas na ocorrência em análise. Para tanto, antes de ser analisada a penalidade a ser aplicada, deverá o Presidente do Conselho Disciplinar notificar o responsável legal do aluno (ou o aluno, quando maior de idade), com no mínimo 24h (vinte e quatro horas) de antecedência, sobre a Reunião do Conselho Disciplinar, constando na notificação a data, hora e local da reunião. Na notificação ainda deverá conter a explicação sobre qual assunto será tratado, esclarecendo que na reunião o responsável poderá apresentar defesa escrita ou oral (10 minutos), não sendo permitido, entretanto, defesa por procuração.

f) Da Secretaria Escolar e suas Atribuições

São atribuições da Secretaria Escolar, principalmente:

- 1) Observar as normas e procedimentos estabelecidos pelos órgãos competentes do sistema de ensino, no que se refere ao registro, arquivo, escrituração e atas das reuniões em livro próprio.

- 2) Organizar e manter atualizados os prontuários dos alunos e do pessoal docente, técnico e administrativo, visando assegurar a preservação, autenticidade, regularidade e identidade de cada elemento envolvido no processo educativo.
- 3) Organizar o sistema de atendimento aos alunos, em assuntos relativos à escrituração e legislação escolar, responsabilizando-se também pelo sistema de atendimento às pessoas que tenham assuntos a tratar na unidade escolar.

O(A) Secretário(a) é qualificado(a) na forma de legislação e normas vigentes, e será substituído em seus impedimentos ou afastamentos temporários, por elemento designado pelo Diretor.

São de competência do(a) Secretário(a), além de outras que lhe forem atribuídas por determinação legal e/ou pelo Diretor:

- 1) Responder, perante a Direção, pelo expediente e serviços gerais da unidade escolar, pela regularidade e autenticidade dos registros da vida escolar dos alunos, a cargo da Secretaria.
- 2) Cumprir e fazer cumprir normas legais, regulamentos, decisões e prazos estabelecidos para a execução dos trabalhos de responsabilidade da Secretaria.
- 3) Propor e opinar sobre medidas que visem à racionalização das atividades de apoio administrativo.
- 4) Expedir instruções necessárias à manutenção da regularidade dos serviços sob sua responsabilidade.
- 5) Providenciar a instrução de processos e expedientes que devam ser encaminhados às autoridades de ensino.
- 6) Assinar todos os documentos escolares que, pelas normas legais vigentes, devam conter a sua assinatura.
- 7) Responsabilizar-se pela segurança dos registros realizados no sistema de informática, bem como pela guarda dos livros e documentos.

A Secretaria Escolar zelará prioritariamente pela seguinte documentação:

- 1) Prontuário individual de professor e alunos.
- 2) Sistema Informatizado com os seguintes registros: matrículas, resultados de avaliação, aulas, conteúdos e frequência.
- 3) Registro formal de atas de visitas e reuniões (Conselhos de Classe e Disciplinar, reuniões de pais e mestres, termo de visita de autoridades, termo de visita de Supervisão de Ensino e Diligências), Atas de Resultados Finais, atas de processo de reclassificação e adaptação quando houver, de expedição de diplomas e certificados e outros indicados à escrituração dos atos escolares.

Os registros de frequência, uma vez informatizados, serão arquivados em modo permanente, e em caso de utilização de Diários de Classe não informatizados, eles serão arquivados na Secretaria, podendo ser destruídos após decorridos 5 anos letivos, lavrando-se ata correspondente, ou imediatamente após sua digitalização formal, passando a registro de arquivo permanente.

VIII. PERFIL DO EDUCADOR

Educar crianças e jovens não é tarefa simples; exige esforço conjunto de educadores, administradores, coordenadores pedagógicos, orientadores educacionais, funcionários, docentes e pais.

Na perspectiva cristã, o educador é representante de Deus como divulgador de verdades eternas, fazendo-se necessário refletir sobre sua influência no ministério de reconciliação do ser humano com Deus. Para alcançar os propósitos da Educação Adventista a escola se preocupa em fazer seleção de professores responsáveis, líderes sábios, que cultivem o alto senso da justiça, moderação, compreensão, honestidade e firmeza; sujeitos pensantes, capazes de vislumbrar a grandeza eterna através das atividades diárias.

Nessa perspectiva, precisamos de professores que:

- a) Sejam imitadores de Jesus;
- b) Possuam o senso da presença divina em suas práticas;
- c) Conheçam e estejam em sintonia com a filosofia da Educação Adventista;
- d) Cuidem de sua saúde física e mental;
- e) Desenvolvam relacionamento interpessoal positivo;
- f) Revelem temperamento equilibrado, bom humor, cortesia, coerência, imparcialidade, voz mansa, maneiras corteses, governo de si mesmo, integridade, disposição, entusiasmo e otimismo;
- g) Atuem com profissionalismo e busquem aperfeiçoamento constantes de seu conhecimento e técnicas;
- h) Apresentem senso de responsabilidade e dever pela assiduidade, pontualidade, dedicação, organização e cumprimento das normas institucionais;
- i) Manifestem aceitação dos limites e possibilidades do educando;
- j) Utilizem de linguagem adequada e compatível com os valores cristãos;
- k) Saibam comunicar-se de maneira clara e eficaz;
- l) Aproximem o pensar do saber;
- m) Contextualizem o conteúdo que ministram a ponto de seus alunos aplicarem no dia-a-dia o que aprendem;
- n) Percebam o aluno como um todo, integral, indivisível e contribuam para seu crescimento nos diferentes aspectos e, ao mesmo tempo, tenham consciência de que são modelos para esse crescimento, revelando a postura que desejam ensinar;
- o) Conheçam as possibilidades de seus alunos e os ajudem a romper seus limites;
- p) Articulem as operações mentais e de raciocínio no processo ensino- aprendizagem estimulando os seus alunos a pensar e a entender claramente a verdade por si mesma;
- q) Promovam a autossuperação, a cooperação e a interdisciplinaridade;
- r) Sejam capazes de julgar e decidir com propriedade as questões do cotidiano escolar;
- s) Por seus exemplos, práticas e falas, manifestem a essência da Filosofia Adventista de Educação, impactando alunos e familiares com o desejo de conhecerem e praticarem os valores nela implicados.

IX. PERFIL DO EDUCANDO

A Educação Adventista reconhece que todo ser humano, por ter sido criado à imagem e semelhança de Deus, é um ser único, digno e capaz.

Tendo em vista a ação redentora, a Educação Adventista vê cada ser humano para além do que ele é, ou seja, vê nele alguém por quem Cristo morreu. Isso reveste todo ser humano de dignidade, de importância e de valor.

Nesse sentido, a Educação Adventista tem por princípio formar integralmente o estudante, esperando que cada egresso tenha desenvolvido as seguintes características:

a) Dimensão Física:

- Conhecimento, experiência e valorização das leis da saúde;
- Hábitos de alimentação, vestuário, descanso, atividades físicas e mentais em harmonia com as leis de saúde;
- Comprometimento e responsabilidade com o ambiente em que vive;

b) Dimensão Intelectual

- Competência na leitura, escrita, interpretação e análise de contexto, de estilos literários variados e referenciais teóricos.
- Competência lógico/matemática aplicada à resolução de problemas concretos e abstratos;
- Habilidade de comunicar-se oralmente, gestualmente ou por escrito de forma compreensível em diferentes formas, técnicas, métodos e plataformas - analógicas ou virtuais, para os diversificados ouvintes e situações;
- Capacidade de pensamento crítico e reflexivo;
- Atitudes criativas e autônomas.

c) Dimensão Socioafetiva e Emocional

- Responsabilidade, exercendo um alto nível de esforço e perseverança em direção à realização de objetivos, trabalhando esforçadamente para atingir excelência nas tarefas;
- Autoestima, mantendo uma visão positiva de si mesmo, acreditando em seu valor pessoal;
- Equilíbrio emocional;
- Integridade e honestidade, escolhendo cursos éticos de ação;
- Autogerenciamento, determinando metas pessoais bem definidas e realistas, monitorando o próprio progresso;
- Construção e manutenção de relacionamentos saudáveis.

d) Dimensão Espiritual

- Reconhecimento de Deus como Criador, Redentor e fonte de conhecimento e sabedoria;
- Prazer no estudo da Palavra de Deus separando momentos para sua devoção de forma voluntária;
- Apreciação e valorização dos vários momentos religiosos da escola;

- Comportamento altruísta e solidário de serviço e amor ao próximo;
- Caráter íntegro.

X. CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA

a) Currículo

A Rede Adventista de Educação compreende o currículo, denominado de currículo integral-restaurador, como um artefato socioeducacional de natureza relacional que:

- 1) Explicita um propósito educativo;
- 2) Comunica princípios;
- 3) Demarca intenções;
- 4) Apresenta diretrizes necessárias para o desenvolvimento de práticas pedagógicas contextuais transformadoras;
- 5) Por meio do currículo escolar, materializado pelo projeto pedagógico, ficam evidentes as intenções e ações da instituição educativa no que tange ao conjunto de conhecimentos, habilidades, atitudes, valores, etc., que se tornam realidade pelo trabalho conjunto de professores e estudantes, em parceria com as famílias, devidamente amparadas por bases filosóficas, legais e pedagógicas que dialogam com discussões da contemporaneidade;
- 6) Compromete-se com o desenvolvimento integral dos estudantes, em suas dimensões física, cognitiva, emocional, social e espiritual, como parte dos propósitos de Deus para o ser humano: restaurar Sua imagem na humanidade. Seu desenho metodológico realça o sentido de uma aprendizagem ativa e duradoura que materializa o desenvolvimento de competências a partir de áreas de conhecimento que agregam componentes curriculares disciplinares/interdisciplinares/transversais.
- 7) É vivenciado a partir de estratégias e situações contextualizadas de ensino com ênfase no protagonismo discente, a partir do modelo de discipulado enunciado por Jesus Cristo.

b) Marco Legal

É fundamental articular os marcos legais que regem a educação brasileira com as características das entidades escolares, da mesma forma como o fazer pedagógico que ocorre no cotidiano da escola e com os mecanismos utilizados para promover a interação entre a família, escola e comunidade.

Dessa forma, os objetivos são coerentes com os fins da Educação Nacional expressos principalmente no seguinte conjunto legislativo geral:

- 1) Constituição da República Federativa do Brasil - 5 de outubro de 1988;
- 2) Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei Nº 8069, de 13 de julho de 1990;
- 3) Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9394 de 20 de dezembro de 1996;
- 4) Plano Nacional de Educação (PNE), Lei Nº 13.005/2014;
- 5) Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica.

c) Objetivos dos cursos

A Educação Básica tem por finalidade assegurar ao estudante a formação in-dispensável para o exercício da cidadania, o prosseguimento de estudos e a inserção no mundo do trabalho e tem por objetivo:

- 1) **na Educação Infantil**, o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, afetivo, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade;
- 2) **no Ensino Fundamental**, a formação básica do cidadão, mediante:
 - i. o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;
 - ii. a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;
 - iii. o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos, habilidades e a formação de atitudes e valores éticos;
 - iv. A assunção consciente da responsabilidade, do respeito ao meio ambiente e as diferenças;
 - v. o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social;

d) **Do uso consciente da tecnologia no ambiente escolar**

A Educação Adventista, fundamentada em princípios cristãos e no desenvolvimento integral do ser humano, reconhece a relevância da tecnologia como recurso pedagógico, desde que utilizada de forma consciente e responsável. O ambiente escolar deve priorizar a construção do conhecimento, a socialização e o desenvolvimento de valores, promovendo um equilíbrio entre o uso da tecnologia e a interação presencial. Dessa forma, o uso de dispositivos eletrônicos pelos alunos será permitido somente com a autorização do professor e para fins educativos, evitando distrações e garantindo maior engajamento nas atividades acadêmicas e socioemocionais.

A fim de fortalecer a aprendizagem significativa e a convivência saudável, a escola implementará estratégias de conscientização sobre os impactos do uso excessivo da tecnologia e incentivará práticas que estimulem a atenção plena e a interação social. As normas de uso de dispositivos eletrônicos serão pautadas em princípios educativos e disciplinadas progressivamente, com a participação ativa da equipe pedagógica, dos alunos e de seus responsáveis. Assim, reafirma-se o compromisso da escola com a formação de cidadãos responsáveis, críticos e equilibrados, capazes de fazer escolhas conscientes no contexto digital e na vida cotidiana.

XI. SISTEMÁTICA DA AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO

“Educar é um ato de intenção, em que o ser humano e o profissional se fundem. Não há técnica pura entre dois indivíduos que se cruzam com o objetivo de ensinar e aprender. Trata-se de uma relação humana, na qual entram compromisso e afetividade, e da qual não

saem idênticos ao que eram eles antes. A riqueza destas transformações não pode, portanto, ser reduzida à quantidade de inovações didáticas ao acúmulo de informações técnicas. Mudar, em educação, pressupõe incluir-se como pessoa, assumir riscos das mudanças para poder desfrutar do prazer de também aprender.”
(Sanny Rosa)

A avaliação deve ser considerada de importância vital na construção de uma educação mais realista e mais sólida visando o bem-estar e o dever de garantir ao aluno o acesso ao saber produzido socialmente a fim de capacitá-lo para o seu desenvolvimento no dia a dia.

A Educação Adventista entende a avaliação como um processo essencial na formação do ser humano. Entende-se por avaliação o acompanhamento do processo educacional que envolve todas as faculdades do ser: física, mental, social e espiritual, numa perspectiva dialógica entre processo e resultados, entre o levantamento de informações qualitativas a respeito das aprendizagens e o planejamento de intervenções visando o resgate ou aprofundamento dos saberes.

A avaliação é um processo de reflexão e ação contínuas, ou seja, envolvem observações, registros, ações intencionais de auxílio, integrando-se ao processo educativo diário nas diferentes atividades de ensino aprendizagem.

Dentro de uma concepção pedagógica adventista, onde a educação visa o ser todo e em todo o tempo de vida, a vivência de múltiplas experiências durante o processo educativo busca o desenvolvimento harmônico de todas as potencialidades humanas, em seus aspectos físicos, intelectuais, emocionais, sociais e espirituais. São nas experiências vivenciadas que os conteúdos devem ser instrumento para ativar e mobilizar os esquemas mentais operatórios de assimilação, sendo o educando um ser ativo e dinâmico – não passivo e receptivo, como se apresenta a educação tradicional – que participa da construção de seu próprio conhecimento.

Nesse contexto, a avaliação assume uma dimensão mais abrangente, pois educar é formar, e aprender é construir o próprio saber. Sendo assim, ela não se reduz apenas a atribuir notas, mas em verificar em que medida os alunos estão alcançando os objetivos propostos para o processo ensino-aprendizagem.

A avaliação, compreendida como um processo essencial para a formação do ser humano, vai além da mensuração por meio de provas ou exames escolares e numa perspectiva dialógica entre processo-resultado permite uma abordagem qualitativa e quantitativa do processo de aprendizagem e desenvolvimento do educando.

Se o ato de ensinar e aprender consiste em tentar realizar tais objetivos propostos, o ato de avaliar consiste em verificar se eles estão sendo realmente atingidos e em que grau se dá essa consecução para ajudar o aluno a avançar na aprendizagem e na construção do saber. Nessa concepção a avaliação assume um sentido orientador e cooperativo.

Como vemos, o conceito de avaliação da aprendizagem está intimamente ligado à concepção pedagógica adotada, isto é, a uma visão de educação.

Podemos concluir então, sobre os pressupostos e princípios da avaliação, que:

- a) A avaliação é um **processo contínuo e sistemático**, faz parte de um plano mais amplo, que é o ensino-aprendizagem, nele se integrando. Como não é um fim em

si mesma, é sempre um meio, um recurso, e como tal deve ser usada. Não pode ser esporádica ou improvisada, mas sim, constante e planejada ocorrendo ao longo do processo para reorientá-lo e aperfeiçoá-lo. Seu caráter contínuo e cumulativo, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos, permite uma visão abrangente do processo educativo.

- b) A avaliação é **funcional**, porque se realiza em função dos objetivos previstos. Os objetivos são o elemento norteador da avaliação. Por isso, avaliar o aproveitamento do aluno consiste em verificar se ele está alcançando os objetivos estabelecidos.
- c) A avaliação é **orientadora**, porque indica os avanços e dificuldades do aluno, ajudando a progredir na aprendizagem, orientando no sentido de atingir os objetivos propostos. A avaliação também ajuda o professor a replanejar seu trabalho.
- d) A avaliação é **integral**, pois considera o aluno como um ser total e integrado e não de forma compartimentalizada. Ela deve contemplar análise e julgamento de todas as dimensões do comportamento, incidindo sobre os elementos cognitivos, afetivos e psicomotores. Em consequência disto, o professor deve coletar uma ampla variedade de dados, que vai além da rotineira prova escrita, utilizando todos os recursos disponíveis de avaliação.

Além disso, tem a avaliação as seguintes e importantes funções:

- a) **Conhecer os alunos** – no início do ano letivo ou antes de começar uma unidade de ensino, o professor verifica o conhecimento prévio de seus alunos sobre os conteúdos a serem estudados. Essa avaliação tem função diagnóstica e ajuda a detectar o que cada aluno aprendeu ao longo dos períodos anteriores, especificando sua bagagem cognitiva. Também auxilia a determinar quais são os conhecimentos e habilidades anteriores que devem ser retomados antes de introduzir os novos, previstos no planejamento para o ano letivo corrente.
- b) **Identificar as dificuldades de aprendizagem** – a avaliação também permite diagnosticar as dificuldades dos alunos, tentando identificar e caracterizar suas possíveis causas. Algumas dessas dificuldades podem ser de natureza cognitiva, afetiva ou emocional. O professor deve fazer o que estiver ao seu alcance para atenuar ou superar essas dificuldades no contexto escolar.
- c) **Determinar se os objetivos** propostos para o processo ensino-aprendizagem foram ou não atingidos – o professor estabelece quais são as competências que seus alunos devem adquirir, bem como as habilidades e atitudes a serem desenvolvidas. Essas competências e habilidades devem ser constantemente avaliadas durante a realização das atividades, fornecendo informações tanto para o professor como para o aluno sobre o que já foi assimilado e o que ainda precisa ser dominado. Essa forma de avaliar se denomina formativa, pois oferece aos alunos informações sobre seu progresso na aprendizagem, fazendo-o conhecer seus avanços e suas dificuldades para poder superá-las.
- d) **Aperfeiçoar o progresso ensino-aprendizagem** – o aproveitamento do aluno reflete, em grande parte, a atuação didática do professor. Sendo assim, o ato de avaliar fornece dados que permitem verificar diretamente o nível de aprendizagem dos alunos e também, indiretamente, determinar a qualidade do processo de ensino, o sucesso do trabalho docente. Nesse sentido, a avaliação fornece um feedback para que o

professor repense e replaneje sua atuação didática, visando aperfeiçoá-la para que seus alunos obtenham mais êxito na aprendizagem.

- e) **Apresentar os resultados finais de um processo/etapa** – como a forma de encarar a avaliação reflete a concepção pedagógica adotada, podemos dizer que ela está atualmente perdendo seu caráter seletivo e competitivo para se tornar orientadora e cooperativa, em decorrência das novas concepções educativas e das mudanças ocorridas na escola.

A intenção educativa da avaliação da aprendizagem é procurar alcançar sempre o melhor do processo ensino-aprendizagem, com melhor resultado possível.

No contexto curricular, a avaliação compõe um conjunto de propostas metodológicas dentro do processo educativo que reflete, em todos os aspectos, a busca do alcance dos objetivos propostos. Dentro dessa perspectiva, a avaliação sistemática da aprendizagem potencializa o aumento das capacidades e habilidades, da motivação, da autoconfiança do professor/professora e estudante das responsabilidades pela própria aprendizagem.

Na Educação Adventista o professor/professora e o estudante são considerados os responsáveis diretos e ativos do processo de avaliação da aprendizagem e isto implica o desenvolvimento tanto da autonomia quanto da capacidade reflexiva sobre os processos e contextos, importante para o aprimoramento do pensamento crítico.

O professor/professora é o principal responsável para operacionalizar o processo avaliativo. É alguém que compreende a proposta educacional Adventista e planeja a avaliação de forma que os registros correspondam à sua prática.

Todo professor/professora deve cuidar para que seu trabalho seja orientado a resultados definidos. Antes de tentar ensinar uma matéria, deve ter em sua mente um plano, e saber precisamente o que deseja conseguir. Não deve ficar satisfeito com a apresentação de qualquer assunto antes que o estudante compreenda os princípios nele envolvidos, perceba a sua verdade, e esteja apto a referir claramente o que aprendeu. (WHITE, 2008c, p. 143).

Para o estudante a avaliação é um meio de conhecer seu progresso em relação aos objetivos propostos para a aprendizagem, identificar suas dificuldades com o objetivo de superá-las e perceber a amplitude das suas possibilidades. É uma oportunidade de crescimento, amadurecimento e preparo para a vida. O estudante é um agente ativo no processo avaliativo, do qual se espera a consciência de suas responsabilidades e tarefas, assumindo cumplicidade pelos resultados obtidos.

Ao final de cada período avaliativo (bimestre ou ano letivo), o aluno receberá o registro das observações significativas do aproveitamento escolar, feitas em conselho de classe, bem como as notas obtidas em cada componente curricular.

A avaliação terá ainda tratamento diferenciado que contemple as peculiaridades de cada nível/modalidade de Ensino:

a) Na Educação Infantil

A avaliação será feita periodicamente através de instrumentos diagnósticos, processuais e registros periódicos.

Através de observações e sondagens serão verificados e registrados os níveis de aprendizagem no transcorrer do processo educativo.

A classificação para o próximo nível ocorre independentemente dos resultados alcançados na avaliação do ensino e da aprendizagem.

A avaliação far-se-á mediante o acompanhamento e registro do seu desenvolvimento e entregue aos pais por meio de relatório descritivo, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao Ensino Fundamental (LDB, 9394/96 art.31).

b) No Ensino Fundamental

Para os níveis Fundamental, o rendimento mínimo exigido para promoção é a nota 6,0 (seis vírgula zero) por disciplina.

Os resultados de todas as avaliações serão sintetizados em notas bimestrais expressas numa escala de “0” (zero) a “10,0” (dez), fracionados até uma casa decimal, com arredondamento matemático da segunda casa decimal.

O professor determinará a forma e a quantidade de avaliações, atendendo a exigência mínima de adoção de dois instrumentos diferentes, para os componentes curriculares com duas ou mais aulas semanais, bem como a formulação matemática adotada para a sintetização da nota bimestral (Ex. Soma, Média aritmética, Média ponderada, etc.).

Tais critérios deverão estar expressos em seu plano de ensino e divulgados aos alunos.

Esses resultados serão enviados aos pais ou responsáveis, através de boletim de notas ou disponibilizados através do portal.

A conclusão do curso no Ensino Fundamental ocorre quando o aluno obtiver a classificação por promoção ao final do último ano do curso.

Ao aluno que apresentar rendimento acadêmico baixo ou insuficiente são proporcionados estudos de recuperação ao longo do período letivo tão logo o diagnóstico do objetivo previsto tenha sido realizado.

Os estudos de recuperação previstos são realizados mediante reorientação da aprendizagem e desenvolvimento de projetos especiais de enriquecimento curricular, podendo valer-se da participação dos alunos que já atingiram todos, a maior ou grande parte dos objetivos previstos.

Os alunos submetidos aos estudos de recuperação estão sujeitos à reavaliação em horário normal de aula, ao longo do período letivo, e os resultados obtidos serão considerados com efeito substitutivo ao resultado verificado na avaliação regular, sendo adotado, para efeito de registro, o resultado que for maior.

a) Para os Alunos em Regime de Inclusão

Para os alunos de inclusão que apresentem déficit cognitivo ou outros impedimentos que comprometam a equiparação de aprendizagem, sua promoção ou retenção estará condicionada à análise de sua progressão, limitações e possibilidades de aprendizagem, que se processará pelo(s) professor(es) do aluno, orientação educacional e coordenação pedagógica da escola.

Esta análise levará em consideração as possibilidades de aprendizagem na série corrente bem como os componentes e pré-requisitos para a série seguinte, uma vez que a especialidade e peculiaridade do aluno não se podem considerar no mesmo tempo e ritmo de outros alunos. Levar-se-ão também em conta os critérios previstos na legislação para a terminalidade específica quando for indicado.

Uma vez que a especialidade e peculiaridade dos alunos de inclusão impossibilitem sua comparabilidade com a classe como um todo, a escola adotará, sempre que necessário, em lugar de Boletim com notas para apresentação dos resultados bimestrais e/ou finais, Relatório Sintético descritivo dos progressos e limitações do processo pedagógico do aluno, como forma de garantir análise mais ampla e profunda de seu desenvolvimento.

c) Pontos de destaque sobre a sistemática de avaliação

- 1) As notas serão registradas de 0,0 (zero) a 10,0 (dez), com arredondamento matemático da segunda casa decimal.
- 2) A divulgação dos resultados será feita bimestralmente por boletim ou pelo portal (ressalva feita aos casos de alunos de inclusão conforme disposto anteriormente).
- 3) O limite máximo de faltas é de 25% da carga horária.
- 4) Nota mínima para promoção = 6,0 (seis).
- 5) Os alunos que não alcançarem nota mínima 6,0 (seis) serão convocados às atividades de recuperação. O resultado obtido na avaliação de recuperação terá efeito substitutivo ao longo do bimestre (adotando-se sempre a maior nota).
- 6) Aos alunos com nota superior a 6,0 (seis) faculta-se o direito de participar do processo de recuperação caso desejem melhorar seu resultado.
- 7) Pedidos de reconsideração de resultados ao final do período letivo, poderão ser protocolados na secretaria da escola em até 10 (dez) dias após a divulgação dos resultados finais.
- 8) Igualmente ao resultado do pedido de reconsideração, poderá ser protocolado na secretaria da escola recurso à Regional de Ensino de Jurisdição da Unidade Escolar, em até 10 dias contados a partir da ciência do resultado do pedido de reconsideração.

d) Recuperação de estudos

Aos alunos com baixo rendimento escolar, identificados durante os bimestres letivos, serão proporcionados estudos de recuperação nas formas:

- 1) **Contínua**, que acontece no período regular de aulas tendo como principal objetivo a interação de toda a classe para correção de pequenas defasagens, ou sempre que se perceba que determinada estratégia ou conteúdo não atingiu o resultado de aprendizagem esperado para a classe em sua maioria.
- 2) **Paralela**, no Ensino Fundamental, sempre que as defasagens, menor ou baixo rendimento, apresentarem caráter pontual (aluno ou pequeno grupo de alunos), que necessitem de processos mais particularizados e profundos de reorientação de aprendizagem.

Esta modalidade de recuperação acontece fora do turno escolar e tem por objetivo a retomada de conteúdos com novas abordagens metodológicas e uso de estratégias diferenciadas atuando de forma específica com este grupo focal.

Tais processos poderão incluir múltiplos formatos e abordagens de ensino, conforme previstos no plano de recuperação paralela elaborado em anexo ao plano de ensino da disciplina, sendo estes organizados de acordo com as possibilidades e necessidades de cada caso, série ou nível, tais como: indicação de plantão de dúvidas (presencial ou on-line), indicação de vídeo aulas ou materiais de apoio, roteiro de auto aprendizado com indicações de tópicos de reestudo, atividades ou exercícios de reforço ou recuperação, e culminando em reavaliação do aluno oportunizando sua recuperação e nota de avaliação.

Destaca-se que:

- 1) Durante o processo de recuperação paralela, o aluno deve apresentar as tarefas e trabalhos que forem propostos pelo professor, sendo tanto a presença a plantões de dúvida ou aulas presenciais de reforço/recuperação, quando indicados, quanto a realização das atividades propostas, consideradas essenciais para efetivo do processo de recuperação da aprendizagem. Será considerado também pré-requisito para a avaliação de recuperação que o aluno tenha entregado até o término do bimestre e em data anterior à recuperação, todas as atividades, tarefas e trabalhos regulares atribuídos ao longo bimestre, o que caracteriza a valorização qualitativa do processo de aprendizagem em preponderância ao quantitativo de um único instrumento isolado de avaliação.
- 2) A organização do processo de recuperação, bem como a adoção de um ou mais métodos aqui referenciados, é prerrogativa escolar, podendo variar tantas vezes quanto necessário para atender às condições de oferta e/ou necessidade impostas pelos casos e pelas circunstâncias escolares.
- 3) O resultado da avaliação de recuperação terá caráter substitutivo a este, mantendo-se como resultado o que for maior.
- 4) É de inteira responsabilidade do aluno e dos responsáveis o prejuízo acadêmico pela não execução das atividades de recuperação propostas.

e) Recuperação Bimestral

Os estudantes que não atingirem média mínima correspondente a 6,0 deverão realizar as provas de Recuperação Bimestral, conforme calendário escolar, os demais alunos, poderão solicitar a realização das provas de Recuperação Bimestral, seguindo as orientações da unidade escolar. As avaliações de recuperação substituirão as notas da AV1 e AV2 respectivamente. Caso os resultados forem inferiores, prevalece a maior nota. Lembramos que o conteúdo cobrado corresponderá a Av1 e Av2. Quanto a AV3 (Trab/Ativ/etc.), a recuperação será na sequência da identificação do resultado insuficiente. Ex.: o aluno não entregou o trabalho ou não realizou a lista de exercícios — será atribuído novo prazo de entrega com valor de nota inferior; o aluno realizou pesquisa, lista de exercícios, entre outros, com desempenho insatisfatório — será designada outra data para refazer ou mesmo outra avaliação em nova data.

f) Avaliação de Segunda Chamada

Para casos de ausência no dia da avaliação, a escola conta com data específica no calendário para a prova de segunda chamada. Esta avaliação será oportunizada aos alunos que apresentarem justificativas de ausência:

Os motivos aceitos para segunda chamada são:

- 1) doenças infectocontagiosas, impeditivas do comparecimento, e demais problemas de saúde, desde que seja anexado atestado médico reconhecido na forma da lei;
- 2) ter sido vítima involuntária de ação de terceiros, apresentando boletim de ocorrência;
- 3) manobras ou exercícios militares comprovados por documento da respectiva unidade militar;
- 4) luto, por parentes em linha reta (pais, avós, filhos e netos), colaterais até o segundo grau (irmãos e tios), cônjuges ou companheiros (as), anexando cópia de atestado de óbito;
- 5) impedimentos gerados por atividades oficiais da unidade escolar, previstas e autorizadas pela direção escolar;
- 6) direitos outorgados por lei.

g) Prova Final e Média Mínima para Promoção

Considerando que o processo ensino-aprendizagem é dinâmico, e que cada sujeito pode melhor se desenvolver em qualquer etapa dele, considera-se que a prova final é mais uma oportunidade de aprendizagem para o aluno.

Depois de realizadas todas as recuperações dentro do calendário em curso, caso o aluno não obtenha a aprovação (esteja com Média Anual (MA) inferior a 6,0), poderá realizar a prova final nas disciplinas necessárias seguindo o calendário escolar.

Após o encerramento do ano letivo, ele será submetido a uma avaliação escrita que contemplará os conhecimentos básicos necessários para a série seguinte. Avaliação Final, com nota de 0,0 (Zero) a 10,0 (Dez), exige nota mínima 6,0 para a promoção do aluno.

h) Cálculo do Resultado Final após a Prova Final

O cálculo da média final dar-se-á com o resultado da avaliação final. A média anual é anulada se menor que a nota da Avaliação Final, caso contrário, permanece a média anual.

i) Promoção

Na Educação Infantil, a conclusão de cada etapa independe dos resultados alcançados na avaliação da aprendizagem, sendo considerado apenas a frequência mínima exigida pela legislação vigente.

Excetuam-se a este expediente os casos de alunos com necessidades educacionais especiais que, em virtude de seu comprometimento, necessitem de mais tempo em alguma etapa da Educação Infantil para seu desenvolvimento psicomotor, cognitivo e relacional, o que objetivará uma análise caso a caso para progressão de etapas, processo este a ser dialogado e estabelecido em acordo com os pais ou responsáveis pela criança, visando a melhor possibilidade para o desenvolvimento do aluno em sua especificidade.

O resultado final da avaliação no Ensino Fundamental e o desempenho global do aluno durante o período letivo, no conjunto dos componentes curriculares cursados considerando as características e a sua possibilidade de prosseguimento de estudos. Neste contexto será considerado apto à promoção ou progressão à série, ano ou módulo subsequente o aluno que, atendida a frequência mínima exigida na legislação vigente, atingir um resultado final considerado concluído com êxito, suficiente ou regular e nota não inferior a 6 (seis) em cada componente curricular.

No contexto das Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental, a Unidade Escolar, por seus professores, envidará esforços para assegurar o progresso contínuo dos alunos no que se refere ao seu desenvolvimento pleno e à aquisição de aprendizagens significativas, lançando mão de todos os recursos disponíveis e criando renovadas oportunidades para evitar que a trajetória escolar discente seja retardada ou indevidamente interrompida.

A organização do trabalho pedagógico incluirá a mobilidade e a flexibilização dos tempos e espaços escolares, a diversidade nos agrupamentos de alunos, as diversas linguagens artísticas, a diversidade de materiais, os variados suportes literários, as atividades que mobilizem o raciocínio, as atitudes investigativas, as abordagens complementares e as atividades de reforço, a articulação entre a escola e a comunidade e o acesso aos espaços de expressão cultural.

Com intuito de assegurar aos alunos um percurso contínuo de aprendizagens a Proposta Pedagógica promoverá a articulação de todas as etapas da educação, especialmente do

Ensino Fundamental com a Educação Infantil, dos anos iniciais e dos anos finais no interior do Ensino Fundamental, bem como do Ensino Fundamental com o Ensino Médio, garantindo a qualidade da Educação Básica.

Em casos excepcionais em que, nacional ou regionalmente, se interponham impedimentos à realização presencial da aplicação de instrumentos de avaliação, total ou parcialmente, adotar-se-ão formas alternativas que flexibilizem tanto a oferta quanto o acompanhamento do processo de aprendizagem, com o uso de tecnologia e outros instrumentos de autoaprendizagem.

Ao analisar os resultados finais dos anos iniciais de alfabetização no Ensino Fundamental a Unidade Escolar considerará a busca pela continuidade do fluxo dos anos iniciais do Ensino Fundamental na tentativa de evitar sua interrupção, levando em conta:

- 1) A necessidade de ampliar a todos os alunos as oportunidades de sistematização e aprofundamento das aprendizagens básicas, imprescindíveis para o prosseguimento dos estudos;
- 2) A adoção de formas de trabalho que proporcionem maior mobilidade das crianças nas salas de aula e outros contextos de aprendizagem que as levem a explorar mais intensamente as diversas linguagens, a arte, a literatura, as oportunidades de raciocinar, manuseando-os e explorando suas características e propriedades;
- 3) Que suas decisões sobre classificação tenham por contexto o disposto na Lei 9394/96, nas Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental, na Base Nacional Curricular Comum e demais dispositivos legais vigentes, visando àquilo que seja o melhor para o desenvolvimento do aluno.

Aos alunos classificados como de inclusão, seja por laudo emitido por equipe multidisciplinar ou relatório/diagnóstico equivalente expedido por especialistas e que apresentem dificuldades cognitivas ou de aprendizagem decorrentes de sua excepcionalidade, quando verificado seu impedimento de progressão no que tange à proposta do ensino regular, aplicar-se-á o regime de terminalidade específica.

Alunos classificados que apresentarem superdotação, mediante parecer técnico de profissional habilitado, e avaliação do conselho de classe, poderão ser reclassificados para série, ano ou etapa mais adequada, a fim de satisfazer sua condição de excepcionalidade.

A nota final do estudante do 1º. ao 9º. ano do Ensino Fundamental em cada componente curricular será produto da média aritmética simples dos resultados dos quatro bimestres letivos, considerando o arredondamento matemático das casas centesimais.

Ao aluno que não atingir os rendimentos mínimos exigidos em quaisquer dos componentes curriculares, com exceção de Educação Física e dos que forem ministrados de forma independente da série ou ano, poderá ser oferecida por decisão do Conselho de Classe a promoção ou progressão, possibilitando a frequência regular na série ou ano subsequente ou a conclusão do curso na última série ou ano, independentemente da nota que o aluno tenha obtido ao final do período letivo;

j) Retenção

Será considerado retido no Ensino Fundamental, o estudante que obtiver, após os resultados dos estudos de recuperação, nota final inferior a 6,0 (seis), no componente curricular e/ou frequência inferior a 75% (setenta e cinco por cento) do total de horas letivas.

k) Progressão Parcial

Ao aluno que não atingir os rendimentos mínimos exigidos em quaisquer dos componentes curriculares, com exceção de Educação Física e dos que forem ministrados de forma independente da série ou ano, poderá ser oferecida por decisão do Conselho de Classe:

- 1) **A promoção ou progressão**, possibilitando a frequência regular na série ou ano subsequente ou a conclusão do curso na última série ou ano, independentemente da nota que o aluno tenha obtido ao final do período letivo;
- 2) **A progressão parcial**, em componentes curriculares nos quais não haja prejuízo à sequência de objetivos e conteúdos ou que não sejam pré-requisitos para o prosseguimento de estudos, desde que haja possibilidade de frequência regular desses componentes em turno oposto ao de sua classe na mesma unidade escolar ou em outra escola da rede adventista;
- 3) A progressão parcial deve ser efetuada no máximo dois componentes curriculares da BNCC, sendo que este limite não se aplica a parte diversificada.

A progressão parcial é instrumento de ensino/aprendizagem, a ser necessariamente utilizado a partir da conclusão do ciclo de alfabetização por todas as unidades escolares jurisdicionadas ao sistema em todos os anos da Educação Básica, exceto na Educação Infantil e no Ciclo de Alfabetização.

Sua frequência não se vincula aos dias do período letivo regular, podendo ser desenvolvida com encontros periódicos por meio de estudo orientado, em dias e horários compatíveis para a unidade escolar e para o educando.

Deve ser efetuada em, no máximo, dois componentes curriculares da Base Nacional Comum Curricular, sendo que este limite não se aplica à parte diversificada.

A forma e as regras de aplicação da progressão parcial é decisão devidamente motivada e fundamentada do Conselho de Classe a que o educando pertence, cabendo à escola definir os conteúdos a serem recuperados, o programa de estudos, os tempos de execução, a escolha dos professores, a forma de acompanhamento do aluno, a homologação do resultado final e seu lançamento no histórico escolar do aluno.

No ato da matrícula do aluno, a escola deve dar ciência à família de que a progressão parcial deve ser realizada durante o ano letivo.

Sua realização deve ser precedida de uma proposta oficial de programa de estudo, com ciência ao aluno e à família, a eles apresentada pela unidade escolar, definindo metodologia, prazo de execução e acompanhamento, e formas de avaliação, com documentação em ata.

O regime de progressão parcial pode ser realizado a partir da conclusão do período letivo em que o aluno ficou de progressão, devendo ser concluído antes ou durante o período letivo imediatamente posterior, preferencialmente na escola onde estiver matriculado.

A escola não medirá esforços para que o aluno que cursar o 9º ano do Ensino Fundamental acesse o Ensino Médio sem dever componentes curriculares em progressão parcial.

No cumprimento do programa de estudos a unidade escolar poderá exigir do aluno momentos de acompanhamento individual de frequência obrigatória, a ser registrada pelo professor que o orientará presencialmente.

Esta carga horária, a ser cumprida presencialmente na escola, será definida de acordo com as necessidades apontadas no programa de estudos, não estando atrelada à mesma carga horária regular da disciplina.

A unidade escolar poderá oferecer este acompanhamento presencial destinado à progressão parcial para um aluno ou para grupos de alunos, considerando o melhor atendimento e a organização administrativa e pedagógica da unidade escolar.

A etapa de progressão parcial termina quando houver avaliação positiva da aprendizagem do aluno nos componentes curriculares em que estava reprovado. Progressão parcial é atividade docente e exige programação pedagógica específica.

l) Aproveitamentos de Estudos

O aluno proveniente de outra escola tem seus estudos aproveitados quando o componente curricular já concluído tiver, em conteúdo e duração, desenvolvimento idêntico, equivalente ou superior ao dos componentes curriculares pretendidos.

O estudante procedente do exterior recebe tratamento especial, conforme legislação específica, quanto ao aproveitamento de estudos e adaptação.

Cabe ao Diretor da Unidade Escolar designar professores de áreas afins, acompanhados da coordenação pedagógica da Unidade Escolar, para analisar os casos específicos de aproveitamento de estudos e de adaptação e decidir sobre os mesmos.

Os créditos concedidos em decorrência do aproveitamento de estudos são registrados no prontuário do aluno com a respectiva carga horária prevista no currículo da etapa e incorporam o histórico escolar.

O estudante proveniente de outra escola é submetido à adaptação de estudos quando a carga horária, componentes curriculares ou conteúdos programáticos são ausentes e/ou insuficientes, propiciando-se, então os ajustamentos necessários ao acompanhamento da proposta pedagógica sob a orientação da Unidade Escolar.

A adaptação de estudos é feita mediante aulas regulares, trabalhos, pesquisas, projetos, sendo obedecidos os critérios de avaliação fixados neste Regimento Escolar.

A análise e decisão sobre a adaptação de estudos são registradas em ata própria e os resultados na ficha individual do aluno, devendo estes serem comunicados ao aluno e pais ou responsáveis.

m) Avanço

É admitido o avanço ou aceleração de estudos para os anos ou séries subsequentes dos Ensino Fundamental nos casos previstos pela legislação vigente, mediante verificação de aprendizagem, quando assim indicarem a potencialidade do estudante, seu progresso nos estudos e suas condições de ajustamento a períodos mais adiantados.

O avanço de estudos somente poderá ser realizado, cumpridos, cumulativamente, os seguintes requisitos:

- 1) Atendimento às diretrizes curriculares nacionais;
- 2) Estar matriculado, por um período mínimo de um semestre letivo, na instituição educacional que promove o estudante para o ano ou a série subsequente por meio de avanço de estudos;

- 3) Indicação por um professor da turma do estudante;
- 4) Aprovação da indicação pelo Conselho de Classe;
- 5) Diagnóstico de profissional especializado que ateste a existência de altas habilidades ou superdotação;
- 6) Verificação da aprendizagem;
- 7) Apreciação pelo Conselho de Classe dos resultados obtidos na verificação de aprendizagem, cujas decisões devem ser registradas em ata.

O Diretor da Unidade Escolar encaminhará o requerimento de avanço de estudos do aluno ao Serviço de Orientação Educacional que fará o levantamento da vida escolar do aluno nos aspectos emocional, social, psicopedagógico e familiar para a apresentação ao Conselho de Classe.

O avanço ou aceleração de estudos será realizado sob acompanhamento e homologação dos órgãos competentes de supervisão indicados pela Secretaria de Educação do Estado.

No caso da verificação da aprendizagem, o aluno é avaliado por uma comissão de, no mínimo, três professores ou especialistas, instituída pelo Diretor, tendo como base as competências e habilidades previstas dos componentes curriculares da Base Nacional Comum, em nível da série em curso, incluindo uma redação em língua portuguesa, devendo o aluno obter os seguintes resultados no Ensino Fundamental o estudante deve alcançar no mínimo 60% (sessenta por cento) em cada componente curricular e média geral de, no mínimo, 80% (oitenta por cento) englobando todos os componentes curriculares;

As avaliações previstas no parágrafo anterior devem ser arquivadas no prontuário do aluno.

A deliberação do Conselho de Classe é registrada em ata própria e constará da Ficha Individual e do Histórico Escolar do estudante.

No prontuário do estudante deve ser arquivada cópia das atas dos Conselhos de Classe, ficha analítica dos resultados das avaliações com o respectivo número de horas aula que o estudante deveria cumprir na série da etapa se não houvesse o avanço de estudos.

É dada ciência ao estudante se maior de idade, pai ou seu responsável, da deliberação do Conselho de Classe.

n) Recuperação e Aceleração de Estudos

Ao aluno que apresentar rendimento escolar baixo ou insuficiente são proporcionados estudos de recuperação ao longo do período letivo tão logo tenha sido realizado o diagnóstico do objetivo previsto e não alcançado.

Os estudos de recuperação previstos neste artigo são realizados mediante reorientação da aprendizagem e desenvolvimento de projetos especiais de enriquecimento curricular, podendo valer-se da participação dos alunos que já atingiram todos, a maior ou grande parte dos objetivos previstos, podendo ser ofertados obrigatoriamente nas formas:

- 1) **Contínua**, em sala de aula, mediante revisão e retomada de conteúdos com adoção de novas estratégias e abordagens valendo-se inclusive, em sala de aula, da interação de alunos que tenham apresentado aprendizado adequado e que possam contribuir com alunos que apresentaram alguma dificuldade com determinados objetivos de aprendizagem;

- 2) **Paralela**, ao longo do período letivo, mediante reorientação da aprendizagem após a realização do diagnóstico; e
- 3) E opcionalmente pela Unidade Escolar, na forma final, após o último bimestre letivo e divulgação dos resultados finais, conforme critérios definidos pelo Conselho de Classe.

Os alunos submetidos aos estudos de recuperação estão sujeitos à reavaliação cujos resultados serão considerados na definição sintética e cumulativa e na atribuição dos valores numéricos previstos na respectiva etapa ou período letivo, prevalecendo, substitutivamente, o melhor resultado. A reavaliação dos estudos de recuperação de objetivos previstos e não atingidos deve ocorrer ao longo do período letivo, antes do seu encerramento.

Em casos excepcionais em que, nacional ou regionalmente, se interponham impedimentos à realização presencial da aplicação de avaliações de recuperação, total ou parcialmente, adotar-se-ão formas alternativas de verificação da aprendizagem, aplicadas na forma virtual ou híbrida.

Ao aluno que apresentar defasagem/atraso de escolaridade em relação à correspondência idade-série-ano no Ensino Fundamental, havendo possibilidade, pode ser oferecida a oportunidade de aceleração de estudos e avanços nos anos, com orientação intensiva de estudos, observando-se, no que couber, os critérios da reclassificação e respeitadas as normas previstas na legislação vigente.

A programação, planejamento e execução das atividades de recuperação constituem responsabilidade do professor sob a supervisão do coordenador pedagógico e orientador educacional, conforme disposto no Projeto Pedagógico e/ou Plano Escolar, bem como previsto no Calendário Escolar.

No caso da opção pela Unidade Escolar da oferta de Estudos de Recuperação Final, os dias estabelecidos especificamente para recuperação final de estudos não serão considerados dias letivos.

A nota obtida nos exames de recuperação final, quando houver, terá caráter substitutivo à média final obtida a partir dos resultados da soma dos quatro bimestres, persistindo a que for maior.

o) Classificação e Transferência

O ingresso por classificação nos cursos oferecidos, para a série, ano ou etapa subsequente à cursada no período letivo anterior decorre do resultado final da avaliação feita na própria Unidade Escolar, podendo ser por promoção ou retenção do aluno.

O pedido de ingresso por transferência nos cursos oferecidos é efetuado pelo pai e/ou responsável ou pelo próprio aluno, quando maior, em qualquer época do ano, mediante comprovação de escolaridade anterior contendo os elementos essenciais para identificação da escola de origem, do aluno, do curso, da série ou do ano e estudos concluídos com êxito nos componentes curriculares.

O aluno transferido de outra escola situada no país ou no exterior é classificado para a série ou ano adequados levando em consideração os estudos anteriormente realizados ou reclassificado na série, ano ou etapa mais adequados, mediante avaliação, desde que requerida e efetuada no momento da transferência.

Será aceita transferência de aluno após o início do ano letivo sem comprovação de frequência, até quinze ou trinta dias corridos a contar da data do início das aulas, respectivamente, para os cursos estruturados em períodos semestrais ou anuais, arcando o aluno com a consequência decorrente da falta de frequência e avaliação.

A transferência após o prazo previsto no parágrafo anterior, fica condicionada à apresentação de comprovação de matrícula e frequência na escola de origem, no mesmo período letivo, ou em casos extremos, à avaliação do conselho de classe resguardado o direito de comunicado às autoridades competentes, arcando o aluno com a consequência decorrente da falta de frequência e avaliação.

É possível, em casos de transferência de aluno que tenha ficado retido, a aplicação de reclassificação automática para a série ou ano subsequente quando os componentes curriculares, objeto de retenção na escola de origem, não constem da série ou ano equivalente ao de retenção na Unidade de destino.

É possível o recebimento de aluno proveniente de outra escola para os cursos de Educação Profissional desde que não haja prejuízo aos mínimos curriculares e carga horária prevista, ainda que de curso congênere.

Reclassificação é o processo legal mediante o qual o aluno é reposicionado em ano ou etapa mais adiantada daquela indicada na seriação do seu histórico escolar, por possuir competências mais avançadas e se aplica ao aluno já inserido no processo de escolarização, sendo efetuada pela escola no início do período letivo, excluído o primeiro ano do Ensino Fundamental.

O pedido de ingresso por reclassificação possibilita avanços, para correção de defasagem com referência à correspondente idade-série/ano ou superdotação e, em casos extremos, recuos para fixação na etapa mais adequada ao desenvolvimento, concedida a alunos do Ensino Fundamental, oriundos de outro estabelecimento de ensino, inclusive do exterior, com ou sem comprovação de escolarização anterior, mediante:

- 1) Proposta apresentada pelo Professor ou Professores do aluno, com base nos resultados apresentados nas avaliações.
- 2) Solicitação do próprio aluno ou seu responsável, quando menor, mediante requerimento dirigido ao Diretor da Unidade Escolar.

Com o fim previsto neste artigo o aluno é avaliado por uma Comissão de, no mínimo, três professores ou especialistas e ratificada ou retificada pelo Conselho de Classe, tendo como base a avaliação de competências e habilidades nas matérias da Base Nacional Comum em nível equivalente à série/ano anterior ao pleiteado e pré-requisitos para a série/ano pretendidos, incluindo uma redação em Língua Portuguesa.

É dada ciência ao aluno ou seu responsável, quando menor, da decisão do Conselho de Classe sobre a sua reclassificação.

A reclassificação ocorre, preferencialmente, no início do período letivo para o candidato admitido com comprovação de escolarização anterior e em qualquer época do período letivo para o aluno recebido por transferência, inclusive de país estrangeiro.

O aluno não pode ser reclassificado para série mais elevada, na hipótese de encontrar-se retido ou em dependência.

São expedidas transferências em qualquer época do período letivo, a pedido do aluno ou do seu responsável quando menor, nas condições e prazos previstos nas normas legais vigentes e regulamento interno da Unidade Escolar, contendo:

- 1) A identificação da Unidade Escolar e do aluno, das Unidades Escolares frequentadas e as séries ou anos cursados e os respectivos resultados;
- 2) O desempenho da aprendizagem até o final da etapa concluída no período em andamento, nas transferências ao longo do período letivo.

p) Reclassificação

Reclassificação é o processo legal mediante o qual o aluno é reposicionado em ano ou etapa mais adiantada daquela indicada na seriação do seu histórico escolar, por possuir competências mais avançadas e se aplica ao aluno já inserido no processo de escolarização, sendo efetuada pela escola no início do período letivo, excluído o primeiro ano do Ensino Fundamental.

O pedido de ingresso por reclassificação possibilita avanços, para correção de defasagem com referência à correspondente idade-série/ano ou superdotação e, em casos extremos, recuos para fixação na etapa mais adequada ao desenvolvimento, concedida a alunos do Ensino Fundamental, oriundos de outro estabelecimento de ensino, inclusive do exterior, com ou sem comprovação de escolarização anterior, mediante:

- 1) Proposta apresentada pelo Professor ou Professores do aluno, com base nos resultados apresentados nas avaliações;
- 2) Solicitação do próprio aluno ou seu responsável, quando menor, mediante requerimento dirigido ao Diretor da Unidade Escolar.

O aluno é avaliado por uma Comissão de, no mínimo, três professores ou especialistas e ratificada ou retificada pelo Conselho de Classe, tendo como base a avaliação de competências e habilidades nas matérias da Base Nacional Comum em nível equivalente à série/ano anterior ao pleiteado e pré-requisitos para a série/ano pretendidos, incluindo uma redação em Língua Portuguesa.

É dada ciência ao aluno ou seu responsável, quando menor, da decisão do Conselho de Classe sobre a sua reclassificação.

A reclassificação ocorre, preferencialmente, no início do período letivo para o candidato admitido com comprovação de escolarização anterior e em qualquer época do período letivo para o aluno recebido por transferência, inclusive de país estrangeiro.

Ao aluno recebido por transferência, poderá ser aplicado, a seu próprio pedido ou de seus responsáveis, bem como por indicação da própria escola, o processo de reclassificação, objetivando a verificação de mudança de status de aprendizagem e a possibilidade de realocação à série mais adequada sua condição e competência. O processo de reclassificação consistirá de avaliação das seguintes disciplinas da Base Comum: Língua Portuguesa, Matemática, Ciências e História.

O resultado desta avaliação subsidiará o Conselho de Classe em sua análise, que arbitrará sobre a reclassificação. Desta decisão do Conselho de Classe não caberá recurso.

XII. FUNDAMENTAÇÃO FILOSÓFICA DO CURRÍCULO

a) Arte

A Arte reflete a perspectiva cristã da criação. Os princípios morais e religiosos influem sobre a arte, enquanto esta representa a manifestação da relação existente entre nossas

percepções do meio ambiente e desses princípios. A Arte nos ajuda a ver como a revelação natural no meio ambiente que nos rodeia confirma a revelação divina das Escrituras. Nossa capacidade de apreciar a beleza é dada por Deus. A necessidade e o desejo de criar objetos de arte se produzem de tanto apreciarmos nossas experiências estéticas, porque a imagem de Deus inclui a criatividade. A fonte da criação artística é Deus e nos é dada para que possamos descobrir nossa identidade, nosso valor e nosso potencial criativo. Amamos a Deus e o reconhecemos como aquele que realiza e eleva nossa sensibilidade artística.

b) Ciências Naturais

A Ciência é a busca contínua da compreensão de nós mesmos e dos nossos transformadores meios físico, tecnológico e biológico. Se corretamente entendida e interpretada deve ser consistente com a verdade última, que está encarnada em Deus e pode ser vislumbrada pelo homem. A Ciência provê ao estudante a oportunidade de explorar e tentar compreender em ordem e perfeição a criação original. Mesmo estando a criação desvirtuada pelo pecado, os homens podem ter uma relação mais clara com o Criador à medida que busquem e compreendam Sua criação. Deus criou o homem como um ser inteligente, com a capacidade do pensamento lógico e da criatividade. A Ciência provê um meio de utilização dessas capacidades, ao investigar a criação de Deus e as leis pelas quais governa e sustém o universo.

c) Ciências Sociais

Uma cosmovisão cristã assume que no mundo há um conflito entre as forças do bem e do mal e que este conflito se reflete no meio natural e social. Essa visão de conflito social inclui o número de crenças/ideias existentes na sociedade. Em primeiro lugar, porque o homem é parte do meio e depende dele, tendo a responsabilidade de manter e reconstruir a qualidade do ambiente. Em segundo lugar, cada indivíduo possui dignidade e valores humanos. Portanto, as relações pessoais têm que refletir o conceito de que o homem tem valor especial aos olhos de Deus. Em terceiro lugar, os indivíduos são chamados a desenvolver empatia com os demais e representar seus valores e convicções em suas relações sociais. O ser humano deve relacionar-se bem com os outros, cuidando e servindo de forma adequada às necessidades de sua comunidade.

d) Educação Física

O homem foi originalmente criado à imagem de Deus, mas esta imagem tem sido deformada pelo pecado. A Educação Física nas Escolas Adventistas coloca ênfase na restauração da imagem de Deus na humanidade, ao enfatizar assuntos relacionados à saúde. Teremos boa saúde ao seguir um estilo de vida equilibrado, que requer o desenvolvimento harmonioso de todas as nossas faculdades: física, social, espiritual e acadêmica. A saúde física tem relação com tudo o que pensamos e fazemos na vida. Quando fundamentamos nossa saúde em atitudes positivas, esse processo tem influência na qualidade de vida e na nossa cosmovisão do mundo e a imagem de Deus se fortalece em nós. Também forma atitudes relacionadas à recreação desejável junto à natureza dos esportes X competição, com hábitos saudáveis de alimentação e com a beleza estética do movimento humano. Assim podemos ser transformados em modelos positivos que glorifiquem a Deus e O façam mais real aos outros.

e) Ensino Religioso

Toda verdade encontra seu centro e unidade em Deus, que comunica a verdade ao homem de forma geral por meio da natureza e de suas providências, mas especificamente por meio de Jesus Cristo e sua revelação inspirada, a Bíblia. O estudo da Bíblia, portanto, torna-se

fundamental para a compreensão de todos os assuntos do currículo escolar. A Bíblia provê coerência para todos os temas escolares e é o meio principal pelo qual os estudantes interpretam o significado dos eventos em suas vidas. O estudo da Bíblia considera o estilo de vida, a tomada de decisões, as questões éticas, as relações interpessoais, a razão, a fé e a experiência religiosa pessoal. Procura-se que ao adquirir conhecimentos, habilidades, valores, atitudes e sentimentos, os estudantes se refiram constantemente à Bíblia como meio mais importante de crescimento mental e espiritual. Um bom ensino religioso imita o exemplo de Cristo, que foi reconhecido como um inovador positivo para a sociedade. Estes ensinamentos estimulam uma aplicação sólida dos princípios bíblicos nas relações interpessoais e na própria vida pessoal.

f) Geografia

O ponto de partida do conhecimento geográfico é o ato da criação. Mediante o estudo da criação, os estudantes aprendem a apreciar não só a beleza estética, mas também a necessidade de viver em harmonia com as leis de seu Criador. O estudo do meio ambiente deve nos conduzir a uma profunda consciência de nossas responsabilidades e cuidado com o mesmo. A natureza tem sido parcialmente destruída por causa da ação do homem depois da entrada do pecado na Terra. O estudo da Geografia nas Escolas Adventistas enfatiza a importância dos conceitos de restauração e preservação, como administrar cuidadosamente a qualidade do ambiente natural, promovendo o bem-estar físico e espiritual dos seres humanos nesse ambiente. Os alunos devem ter responsabilidades com a comunidade, preservar e melhorar o meio ambiente, encontrando maneiras práticas de ajudar os necessitados. Isso desenvolverá um compromisso cristão, seguindo os padrões de conduta altruísta.

g) História

Segundo a Filosofia Cristã da História, Deus sempre existiu. A criação deste mundo marcou o começo da história humana no tempo e no espaço. O estudo da História inclui uma busca das explicações concernentes às origens, propósito e destino do universo e da humanidade, de acordo com as determinações de Deus. Os registros das atividades humanas podem ser interpretados, na História, como testemunho das condições sociais deformadas, do exercício corrupto do poder e na desorganização dos assuntos da raça humana. Uma das funções do estudante de História é construir valores morais à medida que examine o passado na linha do tempo. E assim formulará juízos do marco de referência e da autoridade das Escrituras.

h) Linguagem

Deus comunica a verdade ao homem de um modo geral através do mundo natural, suas providências e, mais especificamente, através de Jesus Cristo e sua palavra inspirada. Por meio de suas leis morais tem designado normas de conduta ética baseadas em seu próprio caráter de amor. Ao adotar essas leis, o ser humano desenvolve um compromisso com um serviço abnegado e uma preocupação pessoal amorosa com todas as coisas. A apreciação da beleza e da criatividade se estendem a todas as atividades culturais do homem, incluindo sua relação com Deus, com outras pessoas e com o mundo natural. A educação cristã considera essas crenças como a referência organizadora de todas as experiências de comunicação e aprendizagem.

i) Matemática

A Matemática constitui uma revelação do pensamento vivo de Deus e nos mostra um Deus de sistema, ordem e precisão em quem se pode confiar. Sua lógica é segura. Ao pensar em termos matemáticos, portanto, nós repensamos os pensamentos de Deus. Por todas as partes da natureza, apresentam-se evidências de relações matemáticas. As leis de número, forma, desenho e simetria combinam-se à realidade natural. Ao estudar essas leis, ideias e processos, a Matemática pode revelar ao aluno os atributos criativos divinos e, em especial, sua constância. A Matemática também pode desenvolver a capacidade que o aluno tem de usar processos de pensamentos, apropriados para identificar aspectos da verdade vinculados às leis naturais e seu desenho. Quando os alunos aprendem processos matemáticos, axiomas e leis, estão se capacitando para identificar mais claramente o desenho de Deus, sua obra mestra na natureza. O ensino da Matemática na escola cristã deve ser uma ajuda importante para o desenvolvimento da criatividade do indivíduo, assim como a oportunidade ilimitada de provar suas habilidades em relação à imutabilidade da lei de Deus.

XIII. CURRÍCULO

A Rede Educacional Adventista entende como currículo o conjunto dos objetivos de cada disciplina quanto aos conteúdos, aos pressupostos para a atuação e procedimentos do grupo docente e discente, às práticas pedagógicas, crenças, conhecimentos e valores que viabilizam a proposta de uma educação integral, seguindo as legislações vigentes.

Considerando o Art. 3º da RESOLUÇÃO CEE/CP N. 07/2021, DE 08 DE OUTUBRO DE 2021 que aprova o Documento Curricular para Goiás e que define a autonomia das redes de ensino para re/elaborar seu próprio currículo nos seguintes termos

Art. 3º - Autorizar as instituições e/ou redes de ensino do Sistema Educativo do Estado de Goiás que optarem por não adotar o DC-GO a apresentarem ao Conselho Estadual de Educação de Goiás as suas respectivas propostas curriculares, considerando os seguintes aspectos:

§ 1º - As propostas de Documento Curricular tanto para a parte da Formação Geral Básica diferentes do DC-GO devem, para a sua aprovação pelo Conselho Estadual de Educação, estar em conformidade com a legislação vigente, sobretudo em consonância com a Base Nacional Comum Curricular – Etapa

Informamos que o Currículo da Rede Adventista de Educação foi elaborado resguardando a Legislação Nacional. Tal currículo também coaduna com as orientações tanto da BNCC com também com as diretrizes do DO-GO.

Nesse liame entendemos não ser necessário, no atual momento, fazermos alterações em nosso documento curricular. Ressaltamos que em cumprimento a orientação da Resolução CEE/CP nº 07/2021 o mesmo será remetido ao Conselho Estadual de Educação para sua aprovação junto à aquela casa conforme preconiza a Resolução supramencionada.

a) Educação Infantil

A educação e o cuidado de crianças da Educação Infantil, implica que a proposta pedagógica aponte como se dará o processo educacional e como se desenvolverão as práticas pedagógicas, visando desde cedo à formação de cidadãos.

As instituições que atendem a Educação Infantil são centros educacionais e não apenas de assistência. Dessa forma, uma das características desta concepção de Educação Infantil

reside na integração do cuidar e do educar. Assim, a Educação Adventista, além de prestar cuidados físicos para as crianças pequenas da Educação Infantil, cria também condições para o desenvolvimento cognitivo, simbólico, social, emocional e espiritual de seus pequenos estudantes proporcionando aos infantes momentos para o crescimento, para a reflexão e para a tomada de decisões direcionadas ao aprendizado com coerência e justiça.

O bom relacionamento entre a tríade - familiares, professores/professoras e crianças - é essencial durante o processo de inserção da criança pequena na vida escolar.

Assim, a estrutura curricular da Educação Infantil, de acordo com os eixos estruturantes das práticas pedagógicas (interações e brincadeiras), apoia-se nos Objetivos Gerais da Educação Infantil Adventista e nos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento na Educação Infantil que orientam a base educacional.

1) Objetivos da Educação Infantil

Propõe-se como objetivos gerais da Educação Adventista para o Educação Infantil que as crianças sejam capazes de:

- Conhecer a Deus como Criador, Sustentador e Salvador.
- Expressar ideias, sentimentos, necessidades e interesses, desenvolvendo a capacidade expressiva a fim de construir significados.
- Utilizar diferentes linguagens (corporal, musical, plástica, matemática, oral e escrita) em diferentes situações de comunicação.
- Estabelecer sólidos vínculos com Deus, com a família, com seus pares e com os membros da comunidade.
- Conhecer o próprio corpo, as potencialidades e os limites, desenvolvendo hábitos saudáveis.
- Expressar emoções, sentimentos, pensamentos, desejos e necessidades nas diferentes vivências culturais como forma de aprender e aplicar os conhecimentos de maneira significativa e prazerosa.
- Apreciar a participação em diferentes formatos de jogos: simbólico ou dramático, tradicional, próprios do lugar, de construção, matemáticos, de linguagens e outros.
- Vivenciar a cultura geral e a infantil por meio de brinquedos e brincadeiras.

2) Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento

- Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.
- Brincar cotidianamente de diversas formas, em diferentes espaços e tempos, com diferentes parceiros (crianças e adultos), ampliando e diversificando o acesso a produções culturais, seus conhecimentos, sua imaginação, sua criatividade, suas experiências emocionais, corporais, sensoriais, expressivas, cognitivas, sociais e relacionais.
- Participar ativamente, com adultos e outras crianças, tanto do planejamento da gestão da escola e das atividades propostas pelo professor/professora quanto da realização das atividades da vida cotidiana, tais como a escolha das brincadeiras, dos materiais e dos

ambientes, desenvolvendo diferentes linguagens, elaborando conhecimentos, decidindo e se posicionando.

- Explorar movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, palavras, emoções, transformações, relacionamentos, histórias, objetos, elementos da natureza, na escola e fora dela, ampliando seus saberes sobre a cultura, em suas diversas modalidades: as artes, a escrita, a ciência e a tecnologia.
- Expressar como sujeito dialógico, criativo e sensível, suas necessidades: emoções, sentimentos, dúvidas, hipóteses, descobertas, opiniões e questionamentos, por meio de diferentes linguagens.
- Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário.

3) Campos de Experiência

Os campos de experiências centram-se em uma perspectiva de produção de saberes em que a criança, apoiada “nas relações, nas interações e em práticas educativas intencionalmente voltadas para as experiências concretas da vida cotidiana, para a aprendizagem plural da cultura, pelo convívio no espaço da vida coletiva e para a produção de narrativas, individuais e coletivas, através de diferentes linguagens” (MEC, 2009, p. 14), elabora formas de atribuir sentido a si mesma e ao mundo, construindo dessa forma sua cosmovisão e autonomia.

A pedagogia dos campos de experiências é relacional, pois admite a importância da interação para a aprendizagem. Além disso, essa concepção, de acordo com a BNCC, está articulada aos direitos de aprendizagem da criança que são: conviver, brincar, participar, explorar, expressar e conhecer.

Assim, o trabalho pedagógico com os campos de experiências “consiste em colocar no centro do projeto educativo o fazer e o agir das crianças [...] e compreender uma ideia de currículo na escola de Educação Infantil como um contexto fortemente educativo, que estimula a criança a dar significado, reorganizar e representar a própria experiência” (Fochi, 2015, p. 221-228).

4) Síntese das aprendizagens na Educação Infantil:

i. O EU, O OUTRO E O NÓS

- Respeitar e expressar sentimentos e emoções.
- Atuar em grupo e demonstrar interesse em construir novas relações, respeitando a diversidade, solidarizando-se com os outros.
- Conhecer e respeitar regras de convívio social, manifestando respeito pelo outro.

ii. CORPO, GESTOS E MOVIMENTOS

- Reconhecer a importância de ações e situações do cotidiano que contribuem para o cuidado de sua saúde e da manutenção de ambientes saudáveis.
- Apresentar autonomia nas práticas de higiene, alimentação, vestir-se e no cuidado com seu bem-estar, valorizando o próprio corpo.
- Utilizar o corpo intencionalmente (com criatividade, controle e adequação) como instrumento de interação com o outro e com o meio.
- Coordenar as habilidades manuais.

iii. TRAÇOS, SONS, CORES E FORMAS

- Discriminar os diferentes tipos de sons e ritmos e interagir com a música, percebendo-a como forma de expressão individual e coletiva.
- Expressar-se por meio das artes visuais, utilizando diferentes materiais.
- Relacionar-se com o outro empregando gestos, palavras, brincadeiras, jogos, imitações, observações e expressão corporal. ESCUTA, PENSAMENTO E IMAGINAÇÃO
- Expressar ideias, desejos e sentimentos em distintas situações de interação, por diferentes meios.
- Argumentar e relatar fatos oralmente, em sequência temporal e causal, organizando e adequando a fala ao contexto em que é produzida.
- Ouvir, compreender, contar, recontar e criar narrativas.
- Conhecer diferentes gêneros e suportes textuais, demonstrando compreensão da função social da escrita e reconhecendo a leitura como fonte de prazer e informação.

iv. ESPAÇO, TEMPO, QUANTIDADE, RELAÇÕES E TRANSFORMAÇÕES

- Identificar, nomear adequadamente e comparar as propriedades dos objetos, estabelecendo relações entre eles.
- Interagir com o meio ambiente e com fenômenos naturais ou artificiais, demonstrando curiosidade e cuidado com relação a eles.
- Utilizar vocabulário relativo às noções de grandeza (maior, menor, igual, etc.), espaço (dentro e fora) e medidas (comprido, curto, grosso, fino) como meio de comunicação de suas experiências.
- Utilizar unidades de medida (dia e noite; dias, semanas, meses e ano) e noções de tempo (presente, passado e futuro; antes, agora e depois), para responder às necessidades e questões do cotidiano.
- Identificar e registrar quantidades por meio de diferentes formas de representação (contagens, desenhos, símbolos, escrita de números, organização de gráficos básicos etc).

5) Estratégias de Ensino

Ainda de acordo com as DCNEI, em seu Artigo 9º, os eixos estruturantes das práticas pedagógicas dessa etapa da Educação Básica são as interações e a brincadeira, experiências nas quais as crianças podem construir e apropriar-se de conhecimentos por meio de suas ações e interações com seus pares e com os adultos, o que possibilita aprendizagens, desenvolvimento e socialização.

A interação durante o brincar caracteriza o cotidiano da infância, trazendo consigo muitas aprendizagens e potenciais para o desenvolvimento integral das crianças. Ao observar as interações e a brincadeira entre as crianças e delas com os adultos, é possível identificar, por exemplo, a expressão dos afetos, a mediação das frustrações, a resolução de conflitos e a regulação das emoções.

Avaliação

É preciso acompanhar as práticas e as aprendizagens das crianças realizando a observação da trajetória individual e de todo o grupo – suas conquistas, avanços, possibilidades e aprendizagens. Por meio de diversos registros, feitos em diferentes momentos tanto pelos professores quanto pelas crianças é possível evidenciar a progressão ocorrida durante o

período observado sem intenção de seleção, promoção ou classificação. Trata-se de reunir elementos para reorganizar tempos, espaços e situações que garantam os direitos de aprendizagem de todas as crianças.

6) Transição da Educação Infantil para o Ensino Fundamental

A articulação da Educação Infantil com o Ensino Fundamental deve ser vista na perspectiva da continuidade de um processo de educar e cuidar, que busca propiciar a progressiva afirmação da identidade da criança. Isso implica a apropriação de conhecimentos e procedimentos culturalmente construídos e a internalização de valores éticos, políticos e estéticos desde a Educação Infantil.

Articulação significa conexão, transação, acordo; portanto, um processo de mão dupla. No caso de duas etapas subsequentes da educação, envolve o diálogo entre as classes da Educação Infantil e do Ensino Fundamental da unidade escolar, sendo por meio de encontros realizados ao longo do ano, mas principalmente antes do início das aulas, por meio das formações pedagógicas oferecidas pela mantenedora e/ou Instituição de Ensino, propiciando assim, diálogo e colaboração entre os professores/professoras dos dois níveis, levando em conta a especificidade de cada uma das etapas.

Constata-se que nessa fase as crianças e suas famílias demonstram ansiedade e insegurança, uma vez que, normalmente constitui um momento de separação, de entrada em novos e desconhecidos espaços, de conhecimento de pessoas diferentes, de vivência de novas rotinas, enfim, todos se sentem inseguros quanto ao seu novo espaço e o espaço das crianças mais velhas.

Para amenizarmos essa ansiedade propomos vivências, experiências e estratégias tais como: atividades da Educação Infantil com a primeira etapa do Ensino Fundamental, visando facilitar essa “passagem”, fazendo viver de forma plena a transição, promovendo sentimentos de confiança e tranquilidade nas crianças, para que as mesmas possam apropriar-se, progressivamente, de alguns procedimentos que lhes permitam se organizar automaticamente num espaço coletivo de educação, tais como, oportunidade para as crianças conhecerem e terem referências com o novo espaço, visitas a turmas de Ensino Fundamental, conversas sobre suas expectativas, troca de correspondências ou desenvolvimento de projetos. As crianças vivenciam dias letivos e interagem em brincadeiras onde os processos de alfabetização e letramento aparecem mais sistematicamente. Também há jogos matemáticos, e interações sociais nos recreios junto com os estudantes do 1º ano do Ensino Fundamental. Essa prática tem demonstrado que as crianças se sentem mais seguras ao adentrarem a etapa de ensino seguinte. Enquanto a Educação Infantil interage com o Ensino Fundamental também analisa os processos do período anterior visando atendimento que tanto respeite a continuidade quanto busque as necessidades das crianças que estão em processo de desenvolvimento nos diferentes campos de experiências, com suas vivências e brincadeiras.

b) Ensino Fundamental

1) Ensino fundamental - Anos iniciais

Esta etapa da educação formal que vai dos 6 aos 14 anos abrange uma faixa etária extensa e bem diversa pois uma criança de 6 anos é muito diferente em sua constituição física, emocional, cognitiva de um adolescente de 14 anos. No processo de ensino e aprendizagem

nessa etapa há escolhas pedagógicas importantes a serem feitas considerando uma criança que recém saiu da Educação Infantil e outra que está entrando na adolescência.

A primeira precisa valorizar as situações lúdicas de aprendizagem, pois a criança vem de uma etapa onde as experiências vivenciadas têm como eixos integradores as brincadeiras e as interações.

Tal articulação entre essas duas etapas precisa prever tanto a progressiva sistematização dessas experiências quanto o desenvolvimento, pelos alunos, de novas formas de relação com o mundo, novas possibilidades de ler e formular hipóteses sobre os fenômenos, de testá-las, de refutá-las, de elaborar conclusões, em uma atitude ativa na construção de conhecimentos.

Ampliam-se também as experiências para o desenvolvimento da oralidade e dos processos de percepção, compreensão e representação, elementos importantes para a apropriação do sistema de escrita alfabética, nos dois primeiros anos em especial e de outros sistemas de representação, como os signos matemáticos, os registros artísticos, midiáticos e científicos e as formas de apresentação do tempo e do espaço. Os alunos se deparam nessa nova etapa com uma variedade de situações que envolvem conceitos e fazeres científicos, desenvolvendo observações, análises, argumentações e potencializando descobertas.

O estímulo ao pensamento criativo, lógico e crítico por meio da construção e do fortalecimento da capacidade de fazer perguntas e de avaliar respostas, de argumentar, de interagir com diversas produções culturais, de fazer uso de tecnologias de informação e comunicação, possibilita aos alunos ampliar sua compreensão de si mesmos, do mundo natural e social, das relações dos seres humanos entre si e com a natureza.

Também é importante fortalecer a autonomia do estudante, oferecendo-lhe condições e ferramentas para acessar e interagir criticamente com diferentes conhecimentos, fontes de informação. Isso possibilita ao aluno o lidar com sistemas mais amplos, que dizem respeito às relações dos sujeitos entre si, com a natureza, com a história, com a cultura, com as tecnologias e com o ambiente, consolidando ao mesmo tempo as aprendizagens anteriores.

É importante realizar as necessárias adaptações e articulações, tanto no 5º quanto no 6º ano para apoiar os alunos nesse processo de transição de um professor generalista para a próxima série com variados professores, com uma grade de horário mais rigorosa, muito mais tarefas para casa e outras demandas que surgem em decorrência dessas mudanças.

2) Ensino Fundamental – Anos Finais

Ao longo dos Anos Finais, os estudantes se deparam com desafios de maior complexidade, sobretudo devido à necessidade de se apropriarem das diferentes lógicas de organização dos conhecimentos relacionados às diversas áreas, é por isso que se precisa retomar e ressignificar as aprendizagens do Ensino Fundamental

Os estudantes dessa fase estão vivendo a transição entre infância e adolescência e nesse período de vida, como aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/2010, ampliam-se os vínculos sociais e os laços afetivos, as possibilidades intelectuais e a capacidade de raciocínios mais abstratos. Os estudantes tornam-se mais capazes de ver e avaliar os fatos pelo ponto de vista do outro, exercendo a capacidade de descentração, “importante na construção da autonomia e na aquisição de valores morais e éticos” (BRASIL, 2010).

Em decorrência do avanço e da multiplicação das tecnologias de informação e comunicação e do crescente acesso a elas, os estudantes estão dinamicamente inseridos nessa cultura, não somente como consumidores, mas cada vez mais como protagonistas da cultura digital, envolvendo-se diretamente em novas formas de interação multimidiática e multimodal e de atuação social em rede, que se realizam de modo cada vez mais ágil.

Por sua vez, essa cultura também apresenta comportamentos imediatistas,

relações humanas superficiais e diante de tanta informação, análises e reflexões também se tornam superficiais privilegiando o uso de imagens e

formas de expressão mais sintéticas, diferentes dos modos de dizer e argumentar característicos da vida escolar.

Todo esse quadro impõe à escola desafios ao cumprimento do seu papel em relação à formação das novas gerações. É importante que a instituição escolar preserve seu compromisso de estimular a reflexão e a análise aprofundada e contribua para o desenvolvimento, no estudante, de uma atitude crítica em relação ao conteúdo e à multiplicidade de ofertas midiáticas e digitais. Contudo, também é imprescindível que a escola compreenda e incorpore mais as novas linguagens e seus modos de funcionamento, desvendando possibilidades de comunicação (e também de manipulação), e que eduque para usos mais democráticos das tecnologias e para uma participação mais consciente na cultura digital.

Diante de todo este quadro descrito acima, como Rede Adventista há uma filosofia que sustenta, direciona o Currículo Integral Restaurador que concebe o ser humano livre, em constante desenvolvimento, com capacidades dadas por Deus para fazer escolhas e discernir entre o bem e o mal, com a ajuda do Espírito Santo.

Com base nessa premissa, o princípio orientador do currículo e seu ponto de partida é o amor a Deus e ao próximo. De acordo com o mandamento, o amor a Deus deve ser o mais profundo de todos, e dele resultará o amor equilibrado a si mesmo e ao próximo. Ele inibe, por exemplo, o egocentrismo, isto é, o amor doentio a si mesmo. Pode-se dizer que o rompimento dos laços de solidariedade é motivado pela excessiva centralização no “eu”. A antítese a isso seria: “o bem tem suas raízes na centralização em outros” (KNIGHT, 2010, p. 160).

A formação de cidadãos comprometidos com o bem comum se tornou um desafio mais agudo face a uma “sociedade de indivíduos”, marcada pela dissolução dos laços de solidariedade e pela falta de experiências éticas que sirvam como modelo. Sem falar que a responsabilidade de transmitir e cultivar as virtudes aos mais novos, além de ser familiar, é de toda a sociedade (CARVALHO, 2002).

Esse desafio faz parte do currículo adventista, ou seja, da proposta de ensino para o Ensino Fundamental - Anos Iniciais e Finais e é tão importante que deve levar cada professor a agir em sala de aula como agentes desta cosmovisão bíblica: buscar um desenvolvimento integral, mediado por um professor cristão sob a orientação do Espírito Santo. Pois é dEle que se origina todas as virtudes basilares do ser humano: alegria, paz, paciência, amabilidade, bondade, fidelidade, mansidão e autocontrole (Gálatas 5: 22, 23) Assim o amor de Deus que vem até nos por meio do Espírito Santo (Romanos 5:5) será o fundamento para os processos educativos de formação que é expresso por meio de uma vida de serviço em benefício de outras pessoas. Em suma, a ética cristã se baseia na disposição de servir mais

do que ser servido. Vale salientar que o ideal ético não é um upgrade pessoal a partir de um modelo secular de autodesenvolvimento; a natureza humana depende de transformação constante, a qual só pode ser efetuada pelo poder de Deus, cuja essência é amor e justiça. Entende-se, portanto, que a ética bíblica é interna, não externa (KNIGHT, 2010, p. 161, 164), posto que as atitudes externalizadas devem ser resultado de motivações internalizadas, e estas devem ser objeto de permanente reflexão.

Nessa direção, nossa proposta para o Ensino Fundamental é de que essa etapa de estudos possa ser efetivada com um currículo que contribua para o cumprimento do propósito maior de vida do estudante que é servir a Deus e ao próximo sem perder de vista o seu desenvolvimento intelectual e autonomia para sempre aprender enquanto desenvolve seu projeto de vida articulado com o sonho de Deus para sua vida, seus anseios em relação ao futuro, como também com a continuidade dos estudos no Ensino Médio.

3) A Organização Curricular

O programa de estudos desenvolvido pela Educação Adventista, para o Ensino Fundamental, é estruturado em áreas de conhecimento e respectivos componentes curriculares previstos na Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

- i. Área I - Linguagens
 - Língua Portuguesa (Redação)
 - Língua Estrangeira Moderna (Inglês)
 - Arte
 - Educação Física
- ii. Área II – Matemática
 - Matemática
- iii. Área III - Ciências da Natureza
 - Ciências
- iv. Área IV - Ciências Humanas
 - História
 - Geografia
- v. Área V – Espiritual
 - Ensino Religioso

Essas áreas, como bem aponta o Parecer CNE/CEB nº 11/201024, “favorecem a comunicação entre os conhecimentos e saberes dos diferentes componentes curriculares” (BRASIL, 2010).

Elas se intersectam na formação dos alunos, embora se preservem as especificidades e os saberes próprios construídos e sistematizados nos diversos componentes.

Cada área do conhecimento estabelece competências específicas de área, cujo desenvolvimento deve ser promovido ao longo dos nove anos. Essas competências explicitam como as onze competências gerais se expressam nessas áreas.

a) Matemática:

Essa área está circunscrita ao próprio componente curricular Matemática. Neste referencial, a Matemática é compreendida como uma linguagem essencial ao desenvolvimento do pensamento lógico, analítico, criativo e reflexivo, por meio do qual o estudante terá

condições de resolver problemas que exigem respostas cada vez mais complexas no cenário atual.

O objetivo desta área de conhecimento é tornar o estudante capaz de pensar e construir significados a partir dos objetos de conhecimento de Matemática, desenvolvendo uma maneira crítica sobre as questões com as quais o estudante se depara no seu cotidiano. Assim, espera-se que ele desenvolva a capacidade de identificar oportunidades de utilização da Matemática para resolver problemas, aplicando conceitos, procedimentos e resultados para obter soluções e interpretá-las segundo os contextos das situações.

b) Linguagens:

No contexto do Ensino Fundamental, a área de Linguagens é constituída dos seguintes componentes curriculares: Língua Portuguesa, Arte, Educação Física e Língua Inglesa.

White (2016) reconhece a importância e o poder da linguagem, enfatizando que o desenvolvimento da habilidade de se comunicar de modo simples e claro beneficia grandemente as relações interpessoais.

Essa área tem por objetivo tornar o estudante capaz de aplicar e articular, com competência, as tecnologias da comunicação e da informação. A finalidade é possibilitar ao estudante participar de práticas de linguagem diversificadas que lhe permitam ampliar suas capacidades expressivas em manifestações artísticas, corporais e linguísticas, como também seus conhecimentos sobre essas linguagens, em continuidade às experiências vividas na Educação Infantil.

c) Ciências da Natureza:

A área de Ciências da Natureza, por meio de um olhar articulado de diversos campos do saber, precisa assegurar ao estudante do Ensino Fundamental o acesso à diversidade de conhecimentos científicos produzidos ao longo da história, bem como a aproximação gradativa aos principais processos, práticas e procedimentos da investigação científica. No Ensino Fundamental, o estudante será iniciado em Ciências e convidado a se aprofundar progressivamente nas temáticas relativas à Biologia, Física e Química, componentes específicos do Ensino Médio.

d) Ciências Humanas:

Essa área se constitui dos componentes Geografia e História, ambos voltados para múltiplos aspectos relativos a espaços e períodos variados, contemplando, inclusive, as demandas contemporâneas.

Os componentes curriculares que compõem esta área de conhecimento – Geografia e História – têm o objetivo de tornar o estudante capaz de compreender os elementos culturais, as transformações dos espaços geográficos como produto das relações socioeconômicas e culturais de poder; a produção e o papel histórico das instituições sociais, políticas e econômicas, associando-as aos diferentes grupos, conflitos e movimentos sociais; bem como tornar o estudante capaz de utilizar os conhecimentos históricos para compreender e valorizar os fundamentos da cidadania e da democracia; favorecendo, dessa forma, uma atuação consciente do indivíduo na sociedade.

e) Ensino Religioso:

O Ensino Religioso também se configura como área e componente curricular que objetiva proporcionar a reflexão a respeito da vida na perspectiva da cosmovisão bíblica e dela derivam os princípios éticos que regem a existência do estudante em todas as suas dimensões.

Esse desenvolvimento espiritual amplia a percepção do educando a respeito dos propósitos divinos para a sua vida, transcendendo o conhecimento humano à medida que reconhece Cristo como Salvador pessoal e desenvolve um caráter semelhante ao Dele, estimulado pelo estudo da Bíblia e pelo envolvimento em práticas curriculares de natureza espiritual.

Dessa maneira o estudante é como agente auxiliar na compreensão do mundo e do homem, a partir de reflexões a respeito das relações sociais, pois a religião é percebida na prática, por meio de um viver equilibrado, feliz e solidário na medida que o ser em transformação cumpre em sua vida os propósitos de Deus, o seu Criador.

Essa dimensão será materializada a partir de orientações dispostas no Plano Mestre de Desenvolvimento Espiritual (PMDE), presente em cada Unidade Escolar.

4) Competências e suas Evidências

A Rede Adventista de Educação, em consonância com as próprias concepções filosóficas, reconhece o papel que deve exercer na formação de crianças, adolescentes e jovens nas diversas áreas do conhecimento e assume uma organização curricular orientada por competências, fundamentando-se nas seguintes acepções:

Uma combinação de capacidades (habilidades), conhecimentos, atitudes e condutas dirigidas à execução correta de uma tarefa, em um contexto definido. Uma forma de atuar em que as pessoas utilizem seu potencial para resolver problemas ou fazer algo em uma situação concreta (LIZÁRRAGA, 2010, p. 9).

Competência consistirá na intervenção eficaz nos diferentes âmbitos da vida mediante ações nas quais se mobilizam, ao mesmo tempo e de maneira inter-relacionada, componentes atitudinais, procedimentais e conceituais (ZABALA; ARNAU, 2010, p. 37).

Tal contextura organizativa concebe as competências como um percurso possível, mas não exclusivo, para ressignificar a trajetória escolar, tornando-a uma busca contínua pelo desenvolvimento integral do estudante. Nesse percurso serão consideradas as trajetórias distintas e o impacto dos fatores socioeconômicos e ambientais no espaço em que o estudante vive e opera a própria existência. As competências serão planejadas de modo a possibilitar a evolução do grau de complexidade das aprendizagens (progressão).

A articulação entre os diferentes e relevantes conhecimentos, a internalização de atitudes e habilidades por meio de ações e realizações, bem como a apreensão de conhecimentos relevantes são entendidos aqui como evidências de materialização das competências.

As atitudes que compõem as evidências de competência “são construtos hipotéticos, não sendo, portanto, diretamente observáveis” (SARABIA, 2000, p. 170), mas percebidos por meio da linguagem (verbal e não verbal) e das ações manifestas pela pessoa, isto é, por seu estilo de vida. Tal elemento ocupará especial espaço na configuração do currículo escolar.

Objetiva-se que o desenvolvimento das atitudes seja gradualmente consolidado nos estudantes, como resultado da reflexão sobre os valores nos quais se apoiam. Vale registrar que as atitudes não são em si mesmas o valor resultante do Fruto do Espírito, mas deverão

estar ancoradas nele, cabendo ao professor em seu planejamento didático-metodológico ampliá-las, conforme intenções pedagógicas.

As atitudes, assim como as habilidades, deverão estar diretamente relacionadas ao trato didático dos objetos de conhecimento, visando ao desenvolvimento das competências elencadas no currículo.

Por sua vez, as habilidades “decorrem das competências adquiridas e referem-se ao plano imediato do ‘saber fazer’. Por meio das ações e das operações, as habilidades aperfeiçoam-se e articulam-se, possibilitando nova reorganização das competências” (BRASIL, 1999, p.7).

A fim de promover o desenvolvimento de competências, a Rede Adventista de Educação firma o compromisso de oferecer um projeto pedagógico coerente, colaborativo e condizente com os propósitos de Deus ao criar o ser humano.

5) Competências Gerais do Ensino Fundamental

- **Conhecimento:**

Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital, entender e explicar a realidade a partir da cosmovisão bíblica, continuar aprendendo para contribuir com o desenvolvimento de espaços sociais e multiculturais mais justos, democráticos e inclusivos.

- **Pensamento científico, crítico e criativo:**

Exercitar a curiosidade intelectual e utilizar as ciências com criticidade na perspectiva das verdades bíblicas, para identificar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas, inovar e criar soluções com base nos conhecimentos de diferentes áreas.

- **Juízo estético:**

Respeitar as diversas manifestações artísticas e culturais, refletir e discernir sobre a cultura de massa para entender as práticas diversificadas da produção artístico-cultural e ter uma visão sobre seus fundamentos estéticos comparando-os com a cosmovisão bíblico-cristã.

- **Comunicação:**

Utilizar diferentes linguagens – verbal (oral ou visual- motora, como Libras, e escrita), corporal, visual, sonora e digital –, bem como conhecimentos das linguagens artística, matemática e científica, para se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos em diferentes contextos e produzir sentidos que levem ao entendimento mútuo.

- **Cultura digital:**

Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) para comunicar-se, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos, resolver problemas e exercer protagonismo e autoria na vida pessoal e coletiva.

- **Trabalho e projeto de vida:**

Valorizar e apropriar-se da diversidade de conhecimentos e vivências culturais, valores e experiências que lhe possibilitem entender as relações próprias do mundo do trabalho e

fazer escolhas alinhadas ao exercício da cidadania, da ética cristã e ao seu projeto de vida, com liberdade, autonomia, consciência crítica e responsabilidade.

- **Argumentação:**

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta.

- **Autocuidado e alteridade:**

Conhecer-se na diversidade humana e valorizar-se como um ser criado à imagem e semelhança de Deus, cuidar da saúde física, emocional e espiritual, aderindo progressivamente a um estilo de vida saudável, reconhecendo limites e potencialidades seus e dos outros para agir com autocrítica, compaixão e equilíbrio.

- **Empatia e cooperação:**

Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação sem discriminação de qualquer natureza para fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro e aos direitos humanos, com atenção às necessidades próprias da diversidade de indivíduos e comunidade.

- **Responsabilidade, serviço e cidadania:**

Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, altruísmo, resiliência e determinação, exercitar o serviço desinteressado nos deveres práticos da vida diária para tomar decisões com base em princípios bíblicos, éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

- **Relacionamento e restauração:**

Experimentar um relacionamento pessoal com Deus por meio da influência do Espírito Santo para compartilhar atributos de Seu caráter e viver de acordo com Seus propósitos redentivos.

6) Competências Específicas por Área do Conhecimento do Ensino Fundamental

i. Língua Portuguesa

O componente curricular de Língua Portuguesa deve garantir o desenvolvimento das seguintes competências específicas:

- Compreender a linguagem como uma capacidade dada ao ser humano por um Deus criador, a fim de estabelecer inter(ação) entre eles e colaboração na restauração de vidas segundo o plano original.
- Entender a língua como um fenômeno cultural, histórico, social, variável, heterogêneo e sensível aos contextos de uso para utilizá-la como meio de construção de sua identidade como sujeito que integra uma comunidade.
- Apropriar-se da língua na modalidade escrita, oral e nas multissêmioses, reconhecendo-a como forma de interação nos diferentes campos de atuação da vida social e utilizando-a para ampliar suas possibilidades de participar da cultura letrada, construir conhecimentos (inclusive escolares) e envolver-se com mais autonomia e protagonismo na vida social.

- Reconhecer o texto como lugar de manifestação e/ ou negociação de sentidos e valores para entender o funcionamento da língua nos diferentes campos de atuação.
- Ler, escutar, selecionar, analisar e produzir textos orais, escritos e multissemióticos que circulem em diferentes campos de atuação e mídias, com compreensão, autonomia, fluência e criticidade, de modo a se expressar e partilhar informações, experiências, ideias e sentimentos, também com objetivos, interesses e projetos pessoais (estudo, formação pessoal, entretenimento, pesquisa, trabalho, etc.).
- Compreender a mudança como um processo natural das línguas vivas, sujeitas à variação linguística oriunda do usuário e do uso que ele faz dela, a fim de demonstrar atitude respeitosa diante de variedades linguísticas e rejeitar preconceitos linguísticos.
- Empregar a variedade e o estilo de linguagem adequados à situação, ao propósito comunicativo dos interlocutores e ao gênero textual para interagir socialmente com outros sujeitos.
- Analisar informações, argumentos e opiniões manifestados em interações sociais e nos meios de comunicação, posicionando-se ética e criticamente em relação a diversos conteúdos, inclusive diante de temas discriminatórios que ferem direitos à vida e ao ambiente.
- Envolver-se em práticas que possibilitem o desenvolvimento do senso estético para fruição, valorizando a literatura e outras manifestações artístico-culturais como formas de acesso às dimensões lúdicas, reconhecendo o potencial transformador e humanizador dessas experiências.
- Mobilizar diferentes linguagens, práticas, mídias e ferramentas da cultura digital para expandir as formas de produzir sentidos (nos processos de compreensão e produção), aprender e refletir sobre o mundo e realizar diferentes projetos autorais.

ii. Arte

O componente curricular de Arte deve garantir ao estudante o desenvolvimento das seguintes competências específicas:

- Utilizar sua capacidade artística como forma de adoração a Deus e para o bem de seus semelhantes.
- Evidenciar autonomia, crítica, autoria, trabalho coletivo e colaborativo nas artes, articulando a percepção, imaginação, emoção, investigação, sensibilidade e reflexão com o objetivo de ressignificar os espaços da escola e de fora dela no âmbito da Arte.
- Explorar, conhecer, fruir e analisar criticamente práticas e produções artísticas e culturais do seu entorno social e de diversas sociedades, em distintos tempos e espaços, a fim de reconhecer a Arte como um fenômeno cultural, histórico, social, sensível a diferentes contextos e aplicável ao seu universo contemporâneo.
- Mobilizar recursos tecnológicos como formas de registro, pesquisa e criação artística, compreendendo as relações entre as linguagens da Arte e suas práticas integradas, nas condições particulares de produção, no uso de cada linguagem e nas suas articulações.
- Estabelecer relações entre Arte, mídia, mercado e consumo, com o intuito de compreender, de forma crítica e problematizadora, os modos de produção e de circulação da arte na sociedade.
- Problematicar questões políticas, sociais, econômicas, científicas, tecnológicas e culturais por meio de exercícios, produções, intervenções e apresentações artísticas a fim de perceber as funções e os usos da Arte na história da humanidade.

- Analisar o patrimônio artístico local, nacional e internacional, material e imaterial, com suas histórias e diferentes visões de mundo para valorizar o presente e gerar perspectivas de futuro.
- Identificar as variadas matrizes estéticas e culturais que constituem a identidade brasileira (afro, indígena e europeia), sua tradição e suas manifestações contemporâneas, respeitando suas singularidades para dialogar, reconhecer e problematizar as diversidades.

iii. Educação Física

O componente curricular de Educação Física deve garantir o desenvolvimento das seguintes competências específicas:

- Adotar hábitos saudáveis de higiene, alimentação e prática regular de atividade física para o cuidado com o corpo, compreendido como templo do Espírito Santo.
- Desfrutar de um ambiente ao ar livre para a prática de atividade física, com o intuito de promover relação direta com as obras do Criador.
- Resolver conflitos em jogos, brincadeiras ou outras atividades, por meio do diálogo e da escuta atenciosa, tendo como base os valores bíblico-cristãos para desenvolvimento respeitoso nas relações interpessoais.
- Compreender a origem da cultura corporal de movimento e seus vínculos com a organização da vida coletiva e individual, para o entendimento das práticas de atividade física enquanto fenômeno social.
- Planejar e empregar estratégias para resolver desafios e aumentar as possibilidades de aprendizagem das práticas corporais com o propósito de ampliar seu acervo cultural nesse campo.
- Refletir, criticamente, sobre as relações entre a realização das práticas corporais e os processos de saúde/doença, inclusive no contexto das atividades laborais para a tomada de decisão em relação à adoção de um estilo de vida saudável.
- Identificar a multiplicidade de padrões de desempenho, saúde, beleza e estética corporal, analisando, criticamente, os modelos disseminados na mídia para poder discutir posturas consumistas e preconceituosas.
- Identificar as formas de produção dos preconceitos, compreender seus efeitos e combater posicionamentos discriminatórios em relação às práticas corporais e aos seus participantes para desenvolver atitudes de respeito às diferenças.
- Interpretar e recriar os valores, os sentidos e os significados atribuídos às diferentes práticas corporais, bem como aos sujeitos que delas participam, para o entendimento da diversidade de possibilidades dessas práticas.
- Reconhecer as práticas corporais como elementos constitutivos da identidade cultural dos povos e grupos, usufruindo delas de forma autônoma para potencializar o envolvimento em contextos de lazer, ampliar as redes de sociabilidade e a promoção da saúde.
- Reconhecer o acesso às práticas corporais como direito do cidadão, propondo e produzindo alternativas para sua realização no contexto comunitário.
- Experimentar, desfrutar, apreciar e criar diferentes brincadeiras, jogos, atividades rítmicas e expressivas, ginásticas, esportes, jogos de oposição e práticas corporais de aventura, valorizando o trabalho coletivo e o protagonismo discente para a formação pessoal e social.

iv. Língua Inglesa

O componente curricular de Língua Inglesa deve garantir o desenvolvimento das seguintes competências específicas:

- Identificar o lugar de si e o do outro em um mundo plurilíngue e multicultural, refletindo, criticamente, sobre como a aprendizagem da língua inglesa contribui para a inserção dos sujeitos no mundo globalizado, inclusive no que concerne ao mundo do trabalho.
- Comunicar-se na língua inglesa, por meio do uso variado de linguagens em mídias impressas ou digitais, reconhecendo-a como ferramenta de acesso ao conhecimento, de ampliação das perspectivas e de possibilidades para a compreensão crítica dos valores e interesses de outras culturas.
- Identificar similaridades e diferenças entre a língua inglesa e a língua materna, articulando-as a aspectos sociais e culturais, em uma relação intrínseca entre língua, cultura e identidade.
- Elaborar repertórios linguístico-discursivos da língua inglesa, usados em diferentes países e por grupos sociais distintos dentro de um mesmo país, de modo a reconhecer a diversidade linguística como direito e valorizar os usos heterogêneos, híbridos e multimodais emergentes nas sociedades contemporâneas.
- Utilizar novas tecnologias, novas linguagens e novos modos de interação, para pesquisar, selecionar, compartilhar, posicionar-se e produzir sentidos em práticas de letramento na língua inglesa, de forma ética, crítica e responsável.
- Conhecer diferentes patrimônios culturais, materiais e imateriais, difundidos na língua inglesa, com vistas ao exercício da fruição e da ampliação de perspectivas no contato com diferentes manifestações artístico-culturais.

v. Matemática

O componente curricular de Matemática deve garantir o desenvolvimento das seguintes competências específicas:

- Fazer uso da Matemática em múltiplas perspectivas como linguagem que permite revelar e apreciar atributos do caráter de Deus.
- Reconhecer que a Matemática é um construto da mente humana, em constante desenvolvimento, fruto das necessidades e preocupações de diferentes culturas, em diferentes momentos históricos. É uma ciência viva, que contribui para solucionar problemas científicos, tecnológicos e sociais, bem como para alicerçar descobertas, construções na sociedade, conceitos e métodos.
- Observar padrões e fenômenos com espírito de investigação, a fim de elaborar argumentos convincentes, que levam ao raciocínio lógico, para compreender e atuar no mundo, recorrendo aos conhecimentos matemáticos.
- Estabelecer relações entre conceitos e procedimentos dos diferentes campos da Matemática, organizados de forma operacional nas unidades temáticas: números, álgebra, geometria, grandezas e medidas, probabilidade e estatística, e de outras áreas do conhecimento, com segurança quanto à própria capacidade de construir e aplicar conhecimentos matemáticos, de modo que a descoberta promova a autoestima e a perseverança na busca de soluções.
- Fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos presentes nas práticas sociais e culturais, investigando fenômenos a fim de organizar, representar, avaliar e elaborar argumentos que permitam comunicar informações relevantes de forma crítica e ética, bem como prever novas situações.

- Utilizar processos e ferramentas matemáticas, inclusive tecnologias digitais disponíveis e modelagem, para resolver problemas cotidianos, sociais e de outras áreas do conhecimento, validando estratégias e resultados na tomada de decisão.
- Enfrentar situações-problema em múltiplos contextos, incluindo situações imaginadas, não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário; expressar suas respostas e sintetizar conclusões, utilizando diferentes registros e linguagens (gráficos, tabelas, esquemas, além de texto escrito na língua materna e outras linguagens para descrever algoritmos, como fluxogramas e dados).
- Planejar, envolver-se, propor, avaliar criticamente e realizar projetos que abordem questões de urgência social, com base em princípios ético-cristãos, valorizando a democracia, a sustentabilidade e a solidariedade, sem preconceitos de qualquer natureza contra a diversidade de opiniões de indivíduos e de grupos sociais.
- Interagir com seus pares de forma cooperativa e colaborativa em múltiplas situações, planejando e desenvolvendo pesquisas de modo a identificar aspectos consensuais ou não na discussão de determinada questão, respeitando o modo de pensar dos colegas e aprendendo com eles para construir soluções coletivamente.
- Utilizar diferentes registros e linguagens, tais como texto escrito na língua materna, dados, tabelas, gráficos, algoritmos, esquemas e fluxogramas, no enfrentamento de situações-problema em múltiplos contextos, incluindo situações imaginadas e não diretamente relacionadas com o aspecto prático-utilitário; expressar suas respostas e sintetizar conclusões, para estruturar a linguagem matemática.
- Evidenciar atitudes positivas como autodisciplina, paciência, autoconfiança, respeito, trabalho coletivo, serviço ao próximo e entusiasmo no processo de construção individual da Matemática.
- Identificar a Matemática como linguagem esteticamente organizada, na forma de uma arte viva, intelectualmente estimulante, para resgatar e desenvolver o processo criativo individual.

vi. Ciências

O ensino de Ciências tem como objetivo contribuir para que, ao final do Ensino Fundamental, os estudantes sejam capazes de:

- Construir conhecimentos científicos a partir de uma cosmovisão bíblico-cristã, reconhecendo Deus como Criador.
- Compreender conceitos fundamentais e estruturas explicativas das Ciências da Natureza, dominar procedimentos de investigação científica, de modo a sentir segurança no debate de questões científicas, tecnológicas, socioambientais e do mundo do trabalho, a fim de colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.
- Avaliar aplicações e implicações políticas, socioambientais e culturais da ciência e de suas tecnologias para propor alternativas aos desafios do mundo contemporâneo, incluindo aqueles relativos ao mundo do trabalho.
- Construir argumentos com base em dados, evidências e informações confiáveis e negociar e defender ideias e pontos de vista que promovam a consciência socioambiental e o respeito a si próprio e ao outro, acolhendo e valorizando a diversidade de indivíduos e de grupos sociais, sem preconceitos de qualquer natureza.

- Utilizar diferentes linguagens e tecnologias digitais de informação e comunicação para se comunicar, acessar e disseminar informações, produzir conhecimentos e resolver problemas das Ciências da Natureza de forma crítica, significativa, reflexiva e ética.
- Conhecer, apreciar e cuidar de si, do seu corpo e bem-estar, como templo do Espírito Santo, compreendendo-se na diversidade humana, fazendo-se respeitar e respeitando o outro, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e às suas tecnologias.
- Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, recorrendo aos conhecimentos das Ciências da Natureza e aos conceitos bíblico-cristãos para tomar decisões frente a questões científico-tecnológicas e socioambientais e a respeito da saúde individual e coletiva, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

vii. História

Considerando esses pressupostos e as competências gerais deste Referencial, este componente curricular deve garantir aos alunos o desenvolvimento das seguintes competências específicas:

- Reconhecer-se como sujeito histórico, criado por Deus, atuante e responsável por suas escolhas e atitudes que envolvem a vida pessoal e coletiva.
- Contextualizar os acontecimentos históricos, as relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços, para analisar, posicionar-se e intervir com responsabilidade no mundo contemporâneo, à luz da ética cristã.
- Compreender a historicidade no tempo e no espaço, analisando mudanças e permanências, bem como compreender as especificidades e os significados das lógicas de organização cronológica.
- Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando, com base na ética cristã, a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.
- Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico e posicionar-se com base primeiramente na ética cristã e em princípios democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.
- Analisar o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.
- Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.
- Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos sociais.
- Respeitar a liberdade de crença e autonomia e compreender que todos têm o direito de expressar suas convicções.

viii. Geografia

Considerando os pressupostos discutidos até aqui e em articulação com as competências gerais deste referencial, o componente curricular de Geografia deve garantir o desenvolvimento das seguintes competências específicas:

- Reconhecer que Deus é o Criador e Mantenedor de todos os elementos da natureza, que, embora degradada pelas ações antrópicas, ainda revela sua origem divina e abre-se como um laboratório natural ao estudo. É responsabilidade do ser humano cuidar dela.
- Compreender que as diferentes paisagens são modeladas pelas interações que ocorrem no tempo-espço e resultam tanto de processos naturais quanto antrópicos, uma vez que o ser humano é um elemento integrante do geossistema e agente transformador dele.
- Desenvolver o raciocínio geográfico (analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização, ordem) na análise da ocupação humana e produção do espaço, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias.
- Desenvolver o espírito de investigação (utilizar processos, práticas e procedimentos) para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações, propor perguntas e soluções para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.
- Desenvolver autonomia e senso crítico frente ao conhecimento construído no campo geográfico relacionando este ao contexto maior das ciências humanas e suas inter-relações com as demais disciplinas, para compreender melhor o mundo vivido.
- Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.
- Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios cristãos, éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.

ix. Ensino Religioso

O componente curricular de Ensino Religioso deve garantir o desenvolvimento das seguintes competências específicas:

- Reconhecer a Deus como um Deus pessoal, Criador, Mantenedor e Redentor do Universo, demonstrando, por meio de atitudes e estilo de vida, amor a Ele ao adorar, obedecer e ser devoto, a fim de aprofundar o relacionamento com o Pai.
- Identificar a Bíblia como a Palavra de Deus, na qual Ele se revela e apresenta o plano da redenção humana, a fim de extrair dela os princípios do pensamento crítico, avaliar e distinguir os conceitos sobre a verdade e o erro, apreciando seu estudo como fator integrante de todo o currículo e de todas as esferas de sua vida.
- Analisar e aplicar na vida cotidiana os princípios éticos bíblicos, exercendo uma cidadania responsável e centralizada no amor ao próximo, tratando-o com respeito e sem qualquer tipo de discriminação, assim como Jesus nos ensinou por meio de Seu exemplo.

7) Estratégias de Ensino

A Rede Educacional Adventista elegeu estratégias de ensino compatíveis com as tendências atuais de educação e que legitimam a visão integralizadora da educação cristã praticada nesta Instituição. Ao eleger tais estratégias, não estabelece uma relação categoricamente fechada ou hierarquicamente organizada.

Essa relação pode ser ampliada por novas ideias que atendam às necessidades da natureza e especificamente dos cursos oferecidos, da faixa etária dos discentes e do respeito às diferenças individuais, sem perder de vista os referenciais teóricos.

Entende-se que as estratégias de ensino promovem a integração dos objetivos propostos e o processo de ensino e aprendizagem propriamente, a fim de que o compromisso com a ação educativa se concretize.

- **Ação – Reflexão – Ação:**

Levando em conta a dimensão prática que deve existir na Educação Básica e a necessidade da construção da autonomia intelectual dos estudantes, esse princípio enfatiza que todo fazer implica uma reflexão e toda reflexão implica um fazer (ainda que este não se materialize). O estudante deve saber fazer e compreender o que faz, através de procedimentos de observação, reflexão e registro dessas observações com oportunidade de discutir sobre a prática à luz da teoria e vice-versa.

- **Aprendizagem Significativa:**

Ao privilegiar atividades que levem em conta as experiências prévias dos estudantes e estabelecer relações entre o conhecimento e situações da realidade prática, os professores/professoras ancorarão o novo objeto de conhecimento a estruturas de aprendizagem significativa. Por meio da contextualização dos objetos de conhecimento, relacionados à experiência do cotidiano, esse princípio também promoverá o relacionamento entre teoria e prática.

O trabalho pedagógico deverá caracterizar-se pelo envolvimento dos estudantes e professores/professoras em pesquisas e atividades de investigação, buscando a partir das vivências, possibilidades e alternativas pedagógicas.

- **Resolução de Situações–Problema:**

O processo de ensino e aprendizagem baseado em situações-problema está organizado em torno da superação de um obstáculo que oferece resistência e leva o estudante a investir conhecimento prévio, bem como suas representações, de maneira que tudo isso conduza à elaboração de novas ideias.

- **Relação teoria e prática:**

Devem-se privilegiar estratégias de integração teoria e prática utilizando procedimentos de reflexão crítica, síntese, análise e aplicação de conceitos voltados para a construção do conhecimento, através do estímulo constante do raciocínio, seja para questões individuais ou coletivas. Tendo em vista as competências que articularão a formação no Ensino Médio, a necessidade de relacionar constantemente a teoria e a prática.

- **Cooperação:**

Contrapondo a tendência individualista e competitiva da sociedade pós-moderna, as atividades coletivas em situação de ensino e aprendizagem fortalecem a interação entre os pares, estimulando a solidariedade, a colaboração e a participação ativa.

- **Autonomia:**

Dando ênfase a atividades que valorizem a atuação do estudante, levando em conta suas experiências pessoais, seus conhecimentos prévios e sua capacidade de tomar decisões e fazer escolhas, assim, a autonomia é construída e promovido o crescimento do indivíduo bem como da coletividade.

Através da elaboração de projetos pessoais, desenvolve-se o pensamento autônomo, indispensável para o domínio das competências necessárias para o exercício da vida profissional e da inserção social.

A capacidade de pensar por si mesmo, sem ser conduzido ou dirigido por outro, e o autocontrole, ao invés do controle externo, são essenciais para o desenvolvimento intelectual e moral, objetivos primordiais da educação cristã.

- **Interdisciplinaridade:**

A necessidade de um trabalho pedagógico integrado em que não haja compartimentalização de conhecimentos é um fator indispensável para que os estudantes construam significados em sua aprendizagem.

A interdisciplinaridade é o modo de superar a fragmentação do ensino e exige uma interação dos professores/professoras num esforço conjunto de integralizar as diversas áreas do conhecimento. Dessa forma, os estudantes são levados a compreender a articulação dos saberes.

A perspectiva interdisciplinar permite o exercício permanente de aprofundamento dos conhecimentos ao se indagar a relevância e a pertinência de tais conhecimentos para compreender, planejar, executar e avaliar situações de ensino e aprendizagem.

- **Integração entre Crer X Ser X Fazer:**

O ensino se torna eficaz na medida em que o professor/professora é capaz de estabelecer a integração entre o objeto de conhecimento e os valores por ele definidos e vividos, tornando o aprender significativo e útil para a vida. A coerência entre o que crê e faz o habilitará a ser uma influência como modelo no estilo de vida e competência profissional, conforme preconizado pela Filosofia Cristã de Educação.

Cada docente deve buscar sistematicamente, em seu campo de conhecimento, o ser e o fazer, e promover essa integração de forma intencional, bem como estimular seus estudantes a fazê-lo.

8) OBJETOS DE CONHECIMENTO

De acordo com Libâneo (2013, p. 128), os objetos de conhecimento, chamados também de “conteúdos”, “tópicos de ensino”, “temas de estudo”, “unidades de aprendizagem”, entre outras designações, constituem-se de um [...] conjunto de conhecimentos, habilidades, hábitos, modos valorativos e atitudinais de atuação social organizados pedagógica e didaticamente, tendo em vista a assimilação ativa e a aplicação pelos estudantes em sua prática de vida. Eles são selecionados considerando diferentes olhares. Entre eles: a) orientações curriculares nacionais e regionais; b) dispositivos legais; c) tempo histórico em que o currículo se materializa; d) singularidade do projeto pedagógico escolar; e) competências gerais e específicas, sempre considerando as áreas do conhecimento.

No Currículo Integral Restaurador, os objetos de conhecimento devem evidenciar a ideia de que o conhecimento vai além do intelectual e científico, pois inclui elementos cognoscitivos, experimentais, emocionais, relacionais, intuitivos e espirituais, sendo estudados a partir da relação que estabelecem com a existência de Deus e Seus desígnios para o ser humano (unidade, fé, aprendizagem e vida).

XIV. NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

a) Referenciais Teóricos

Muito se tem falado sobre educação inclusiva e variados são os impasses sobre como incluir uma criança com necessidade educacional especial na escola regular. A demanda de alunos com necessidades especiais na Escola Adventista aumenta na proporção direta da popularização do tema.

A educação inclusiva não representa a mera aceitação de alunos na escola com suas diferenças, mas a respeitosa atenção a essas diferenças e o atendimento às especificidades, considerando-se sempre a amplitude dos princípios de igualdade, equidade, autonomia e beneficência, como condição imprescindível ao pleno desenvolvimento do educando e a valorização de suas possibilidades.

A Educação Adventista busca promover excelência acadêmica e a cidadania responsável contribuindo com o desenvolvimento equilibrado no contexto espiritual, intelectual, físico, social, emocional e vocacional dos educandos, preparando-os para serem cidadãos competentes, comprometidos com a sociedade e com Deus, sendo cooperadores de Cristo. Knight (2001) declara que a educação cristã é um ministério e que cada professor é um agente de salvação.

Esse compromisso com o próximo e com Deus exige dos professores da Educação Adventista um olhar de amor, acolhimento, responsabilidade e respeito às diferenças, apropriando-se de recursos necessários para alcançar os objetivos e as metas para uma educação de qualidade, que favoreça o processo de aprendizagem, o que significa dizer uma educação em que os alunos com ou sem necessidade educacional especial possam estar na escola, participando, aprendendo e desenvolvendo-se academicamente e socialmente para “formar um caráter bem equilibrado e harmonioso” (WHITE, 1996).

Respeitar as diferenças individuais e encarar o ser humano de forma integral e prospectiva, antevendo o que cada um poderá vir a ser, desenvolvendo esperança, amor, confiança e fé em cada estudante constituem os primeiros pilares metodológicos e categóricos que White estabelece para a ação docente (GROSS, 2012). O autor ainda relata que White, como numa tentativa didática de ser abrangente, discorre sobre o desenvolvimento e a educação nas várias dimensões do aluno: física, mental, moral e espiritual. Para cada uma dessas dimensões apresenta lembranças, diretrizes e conselhos, não permitindo em nenhum momento que seja esquecido que o aluno é uma unidade integral e que o processo educativo deve ser equilibrado e harmônico para atingi-lo em todas essas dimensões.

O termo inclusão, segundo Voivodic (2004), tem sido usado com múltiplos significados. Encontram-se os que advogam a inclusão como colocação de todos os alunos, independentemente do grau e tipo de deficiência, na classe regular, com eliminação dos serviços de apoio de ensino especial. Para outros, o conceito de inclusão parece ser utilizado apenas para renomear a integração, considerando que o melhor é a colocação do aluno com deficiência na classe regular, desde que se enquadre aos pré-requisitos mínimos da classe. A prática da inclusão repousa em princípios até então considerados incomuns, tais como: a valorização de cada pessoa, a convivência dentro da diversidade humana, a aprendizagem por meio da cooperação e a aceitação das diferenças individuais.

Para Miller (1995), a aceitação é o reconhecimento de que um problema existe – o que requer o estudo do problema, a compreensão do significado do problema em sua vida e a aquisição de domínio ao integrar as necessidades especiais da criança em sua vida como um todo. Se a educação tem a função de preparar crianças e jovens para atingir qualidade de vida, deve-se pressupor ensino–aprendizagem de certas habilidades fundamentais, incluindo aquelas que permitam que o aluno seja o mais autônomo possível, bem como aquelas que promovem interação e integração com todos os alunos com ou sem necessidade educacional especial.

Referindo-se à integração, Schwartzman (1997) a considera uma utopia face às dificuldades para sua real efetivação no sistema de ensino. Entende que não se pode ser, a priori, contra ou a favor da ideia de integração, antes de definir o tipo de integração a que se está referindo, assim como os tipos de deficiências que estão sendo levados em conta. Para esse autor, as crianças com quadros leves de deficiência intelectual, ou com outras deficiências (motoras, sensoriais) com graus leves de comprometimento, podem se beneficiar da integração no ensino regular na medida em que encontrem circunstâncias pedagógicas, psicológicas e pessoais favoráveis. No caso de prejuízos mais severos, coloca a integração como discutível e utópica e adverte que, dependendo do comprometimento, será impossível a participação efetiva dessas crianças em uma classe de ensino regular.

A Educação Especial tem se desenvolvido no decorrer da sua história no Brasil como uma modalidade assistencial aos deficientes. Nesse sentido, cabe alertar que, tanto na literatura educacional quanto em documentos técnicos, é frequente a referência a situações de atendimento a pessoas deficientes como sendo educacionais, quando uma análise mais cuidadosa revela tratar-se de situações organizadas com outros propósitos que não só, ou que vão muito além do educacional (MAZZOTTA, 1998).

Portanto, o uso inadequado, bem como o conceito equivocado da expressão Educação Especial produz confusão sobre o papel da educação formal e da escola regular, quando dita ser possível sua aplicação a esse ambiente. Se por um lado é fato que a inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) seja necessária no ambiente da educação regular ou formal, por outro é mito intuir que em ambiente escolar regular caiba o espaço terapêutico peculiar à educação especial, ou mesmo inferir que todas as pessoas com deficiência poderão ser integradas a esse ambiente.

No Brasil, a Educação Especial foi motivo de discussão em 1948 a partir da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Na década de 1950, vários fatores contribuíram para a formação de movimentos comunitários e Jannuzzi (2004) atrela isso à implantação de redes escolares especiais privadas filantrópicas para aqueles que estiverem excluídos das escolas comuns.

Segundo Góes e Laplane (2004), as dificuldades e os desafios postos pela inclusão são das mais variadas ordens e estão ligados à organização da nossa sociedade, aos valores que nelas prevalecem e às prioridades definidas pelas políticas públicas. A primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) foi um marco, pois estruturou, fundamentou e normatizou os sistemas educacionais (MENDES, 1999). Sancionada em 1961, a LDB n. 4.024/61 mostrou o interesse inicial do Estado pela integração da pessoa com deficiência no âmbito social, como descreve em seu artigo 88: “A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade”.

Mendes (1999) relata que a LDB de 1971 foi feita no contexto da ditadura militar, tendo por trás de si interesses econômicos mundiais que alteravam as estruturas de ensino, criando o primeiro grau e a obrigatoriedade de ensino das crianças de 7 a 14 anos, além do ensino de segundo grau (atualmente chamado de Ensino Médio). Identificava também o público alvo da educação especial: crianças com deficiências físicas ou mentais, ou com atraso considerável quanto à idade regular, bem como as com altas habilidades e superdotação.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), influenciada pela Declaração de Jomtien (BRASIL, 1990), e a Lei de Diretrizes e Bases (LDBEN) n. 9.394/96 (BRASIL, 2013) estabeleceram que a educação era um Direito de Todos e que as pessoas com NEE deveriam receber atendimento educacional “preferencialmente na rede regular de ensino”, garantindo atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência.

Na “Conferência Mundial de Educação para Todos”, em Jomtien na Tailândia, em 1990, foram estipuladas metas básicas para melhorar o sistema educacional brasileiro, incluindo a necessidade de melhorar a educação de crianças e jovens com NEE. Ao final dos anos 1990, a educação inclusiva tornou-se ponto de pauta obrigatória em todas as reuniões científicas, documentos políticos e vários sistemas públicos começaram a anunciar políticas educacionais de inclusão escolar.

Em junho de 1994, o governo da Espanha e a Unesco promoveram a “Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais Especiais: acesso e qualidade”, resultando na difusão da Declaração de Salamanca (Brasil, 1994), na qual se iniciaram discussões sobre a universalização da educação, a ser implementada nas escolas regulares uma política de educação inclusiva; tudo culminou na redação da LDBN de 1996.

Segundo Masini (1999), diretrizes educacionais referentes à matrícula da criança com deficiência em escolas regulares foram oficialmente decretadas em 1998 por órgãos brasileiros federais e estaduais. As escolas públicas passaram a seguir o estabelecido nesses documentos; contudo com uma postura ambígua: por um lado, aceitando as crianças com deficiência; por outro, mantendo a mesma estrutura, sem qualquer modificação organizacional e sem preparar professores e funcionários para lidarem com esses alunos inseridos no ensino comum.

A institucionalização da educação especial dentro da rede pública no Brasil coincidiu com o princípio de “integração” e resultou, significativamente, ao final dos anos 1990, no fortalecimento do processo de exclusão na escola pública de crianças consideradas indesejadas pela escola comum. Estas eram então encaminhadas para as chamadas classes especiais, tanto nas escolas públicas, como nas escolas especiais, notadamente as privadas e filantrópicas (BUENO, 1993).

A ausência das providências necessárias à efetivação da inclusão fez surgir indagações sobre o saber requerido para que a inclusão escolar passasse de uma proposta de documentos oficiais para ações efetivas na instituição escolar. Castro (1999) diz que a educação inclusiva questiona a educação especial na sua concepção tradicional, ou seja, aquela modalidade de ensino paralelo ao ensino regular, que, historicamente, tem desempenhado uma função mais terapêutica do que pedagógica no trabalho com alunos com deficiência, segregando-os no interior das escolas e instituições. Algumas legislações na área educacional oferecem subsídios para que esses alunos tenham melhor qualidade de vida e efetiva inclusão no ambiente escolar.

Apesar de ter amparado a possibilidade de acesso à escola comum, não definiu obrigatoriedade e até admitiu a possibilidade de escolarização segregada. Como se vê no artigo 208: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede estadual de ensino”.

É importante ressaltar que essa segregação entre o ambiente regular de ensino e o da escola especial não se dá por motivo de preconceito. O objeto do termo “preferencialmente” na constituição **é abrigar a criança no melhor local que faça frente a sua especificidade.**

Tal previsão resulta evidente na redação assumida pela LDBN 9394/96 em seu artigo 58, quando no §2º, ao garantir ao aluno da educação especial como um direito que “O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, **sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns** de ensino regular.”

Por essa condição, entende a LDBN 9394/96 que a educação especial seja complementar e concomitante ao período da educação regular, sendo que, se houverem condições de permanência da criança em ambiente regular de ensino, que esta seja a preferência. Tal fato, porém, não exclui a continuidade do processo terapêutico, que precisa acontecer e servir de suporte a essa permanência. Igualmente entende a LDBN que existam crianças que não tenham condição de permanência e que, portanto, não deverão estar em classes comuns dadas as múltiplas demandas impostas por sua especificidade e sua condição extremada de individualidade resultante do impacto de sua deficiência.

Não se pode sob o discurso da inclusão esconder nem ignorar os objetivos do ensino regular. Tal situação implica que nem todas as crianças estarão aptas para o ensino formal. Sendo assim, a criança deverá ser provido pela sociedade ambiente peculiar que por ela faça aquilo que excede a educação formal, dando-lhe condições de ser incluída em outras áreas da convivência em sociedade, como o ensino de uma profissão, da autonomia e mobilidade, das relações com o ambiente social organizado e tantas outras peculiaridades que lhe permitam essa integração.

Igualdade de acesso não prescinde da equidade da condição de permanência. Ou seja, para certas crianças com NEE, a escola regular será um desafio para o desenvolvimento. Para outras, o nível mais severo da necessidade impossibilita uma ação regular de ensino, mesmo com todas as adaptações funcionais e metodológicas. Essa visão racional e objetiva da NEE reside no espírito mais nobre da Constituição.

É tão equivocada e prejudicial a discriminação que retira uma criança com NEE do acesso à escola regular, como é igualmente deletéria a permanência de uma criança com NEE em uma

escola, sem que a mesma guarde as condições mínimas para permanência em classes comuns na rede regular.

Com esses princípios em vista, abriu-se espaço no Brasil da década de 1990 para a convivência harmoniosa da educação regular e da educação especial.

Perceba-se ainda que, ao entender que nem toda criança estará apta a concluir todas as etapas da educação regular, previu claramente a LDBN em seus artigos 58 a 60, a aplicabilidade de **Terminalidade Específica ao Ensino Fundamental** independentemente da idade ou série. Assim, esgotadas as possibilidades formais do ensino regular, tais crianças, juvenis ou adolescentes deveriam ser encaminhados para instituições especializadas que lhe provejam outros aspectos de desenvolvimento e integração social.

Em 2013 foi publicada uma atualização da Lei n. 9.394/96, a Lei n. 12.796, que estabeleceu que pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação são o público-alvo da educação especial.

Tendo em vista o quadro geral, a inclusão hoje é muito enfatizada, já que as leis no Brasil influenciam a prática de acesso e permanência da criança e do adolescente com deficiência na escola. A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI – Lei 13.146/15) entrou em vigor no dia dois de janeiro de 2016 garantindo mais direitos às pessoas com deficiência e prevendo punições para atos discriminatórios. Dados do Censo 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que 45,6 milhões de pessoas afirmaram ter algum tipo de deficiência, o que representa 23,9% da população brasileira.

Por essa perspectiva, somos tentados a intuir que $\frac{1}{4}$ da população educacional brasileira possui algum tipo de deficiência, o que implicaria a quase impossibilidade de tratar a educação regular como tal. Entretanto, há que se observar que a forma do questionário aplicado pelo IBGE induz a um erro conceitual grave e consequente erro estatístico final, pois são tratadas como deficiência quaisquer dificuldades relatadas, independentemente do grau de severidade.

Tal situação, apenas como exemplo, quando olhada de forma a qualificar os dados, evidencia que, dos 45 milhões ditos deficientes, apenas 12,7 milhões estão arrolados como de fato deficientes. Para entender essa classificação, pessoas míopes, astigmáticas, pessoas idosas com dificuldade de mobilidade pela idade e etc. estão dentro dos 45 milhões e são tratadas como deficientes.

Se qualificados os dados do relatório, perceberemos que, de fato, os que podemos inferir que integram de fato a população da educação especial correspondem a apenas 6,7% da população.

Considerando tal nível primário de imprecisão dos dados bem como a carga ideológica que carregam, há que se observar com atenção toda e qualquer implicação que isso possa transferir como responsabilização social. Nesse sentido, não se pretende o fato de que a questão da deficiência deva ser menosprezada, mas, sim, que temos que qualificar sua amplitude. Afinal, falar de 5, 12 ou 45 milhões são quantidades absurdamente distintas.

Ao definir políticas públicas ou responsabilidades privadas é preciso ter em mente muito claramente o número real, inclusive para parametrizar questões de ingresso, acesso e permanência escolar, bem como as limitações de atendimento.

Ainda um olhar mais clínico sobre o tema indicará que mesmo o número de 6,7% de pessoas com deficiência é impreciso, pois, se qualificarmos por idade, descobriremos que a quantidade é ainda menor. O número de Pessoas com Necessidades Especiais (PNEE) na faixa etária da educação básica é inferior a 5%.

Sendo assim, o número médio que serviria de balizamento para previsão de atendimento a PNEE na educação básica deveria ser 5% para todas as séries, da Educação Infantil ao Ensino Médio.

Em outras palavras, se todas as escolas do país abrissem 5% de suas vagas à população da educação especial, faltariam alunos para preenchê-las e todos estariam atendidos.

Ocorre, porém, e este sim é um problema de política pública, que a negação de atendimento de uma série de escolas impacta, por derivação, a superlotação de atendimento em outras.

Atender a um número maior que esse resulta, além de uma distorção estatística, um processo arriscado para o atendimento pedagógico adequado com qualidade e atenção necessárias tanto ao aluno NEE quanto aos demais, uma sobrecarga docente e prejuízo aos alunos com NEE. Infelizmente, essa tem sido a realidade de algumas escolas públicas e privadas, que, pela negação de vários, tem se sobrecarregado no atendimento.

O processo de inclusão dos alunos com NEE é uma tarefa que envolve um trabalho de toda a equipe escolar é nesse espaço que devem acontecer discussões e uma preparação para estratégias pedagógicas, adaptações funcionais e curriculares, de forma que seja oferecido ensino de qualidade ao aluno. Favoretto (2014) afirma que é de extrema relevância que o educador esteja sempre capacitado a atender as demandas de seus alunos, uma vez que esse profissional é responsável pela transmissão de conhecimentos acadêmicos, além de ser incumbido de tornar o ambiente em sala de aula prazeroso para uma melhor qualidade no processo de ensino–aprendizagem.

Ao educador não cabe o papel de mero executor de currículos e programas predeterminados, mas sim de alguém que tem condições de escolher e preparar atividades, conteúdos ou experiências que sejam mais adequadas para o desenvolvimento das capacidades fundamentais do grupo de alunos, tendo em conta seu nível e suas necessidades (MAZZOTTA, 1986).

Para White (1996), a cooperação deve ser o espírito das salas de aula. O trabalho desenvolvido pelo educador deve ser direcionado de forma organizada e segura, favorecendo o desenvolvimento do senso crítico, da criatividade, do sendo da investigação, da autonomia e reflexão dos alunos, independentemente de sua NEE, oportunizando a interação entre os pares.

b) Atendimento Educacional Especializado

O Atendimento Educacional Especializado (AEE) constitui-se em um serviço pedagógico complementar e suplementar ao ensino regular, destinado a identificar, elaborar e organizar recursos e estratégias que promovam acessibilidade, participação e aprendizagem do aluno com necessidades educacionais especiais. Na Unidade Escolar, o AEE atua de forma articulada com os professores da classe comum, contribuindo para o desenvolvimento das habilidades acadêmicas, sociais e funcionais do estudante, mediante adaptação de métodos, uso de

tecnologia assistiva, definição de metas individualizadas e apoio direcionado às demandas específicas do aluno.

c) Atendimento hospitalar

Nos casos em que o aluno, por motivo de tratamento de saúde temporário ou permanente, esteja impossibilitado de frequentar presencialmente as atividades escolares, a Unidade Escolar assegurará o atendimento pedagógico hospitalar ou domiciliar, conforme previsto na legislação vigente. Esse atendimento visa garantir a continuidade do processo educacional, por meio de atividades pedagógicas planejadas de acordo com o estado clínico do aluno, respeitando suas limitações e estimulando seu desenvolvimento acadêmico e emocional. O contato com a família, equipe médica e profissionais responsáveis pelo acompanhamento do estudante será realizado de forma integrada, assegurando o direito do educando à permanência, aprendizagem e progressão escolar durante o período de tratamento.

d) Plano de Ensino Individualizado

Para o adequado desenvolvimento da aprendizagem que vise NEE deve contemplar um plano de ensino individualizado e, conforme o caso, adaptar o método, o ritmo, a estrutura e o volume de atividades, preparando recurso de tecnologia assistiva, fazendo adaptações curriculares e relatórios de avaliação.

O Plano de Ensino Individualizado (PEI) deve ser usado como uma importante ferramenta de trabalho a fim de nortear as ações pedagógicas do professor para o desenvolvimento das atividades com os alunos com NEE. Esse instrumento deve ser elaborado pela equipe escolar, analisado diariamente e revisado anualmente. Nele devem constar informações como: metas de curto e longo prazos que revelam a inclusão do aluno no currículo regular; a forma como o programa educacional será modificado; a maneira como o educando será avaliado; e de que modo participará das atividades extracurriculares (SMITH, 2008).

Na construção do PEI para a Rede Adventista de Educação devem ser levados em conta certos princípios:

- O PEI deve contemplar adaptações em metodologia, abordagem, técnicas e avaliação, quantidade e disposição diferenciada de conteúdos e previsão diferenciada de ritmo.
- A base de eleição de expectativas de aprendizagem é a série em que a criança está.
- O plano geral da classe em que se inseriu uma criança é o Norte que referência sua condição de progressão ou permanência na mesma série e deve balizar a análise dos resultados de aprendizagem. A comparação entre as expectativas de aprendizagem da classe com as individualizadas servirá de baliza para essa decisão.
- Não se assume uma criança em uma série trabalhando competências, habilidades ou conteúdos da série anterior (salvo em pequenas condições de recuperação ou nivelamentos típicos de defasagens de aprendizagem).

Como balizamento metodológico e procedimental, observe-se ainda que, quando um educador percebe que determinado aluno não aprende, depara-se com a necessidade de buscar explicações e caminhos que contribuam para seu desenvolvimento. Diagnósticos médicos podem ajudar, não para “rotular” um indivíduo, mas para ajudar, orientar e favorecer condições de aprendizagem, potencializando o desenvolvimento cognitivo, emocional, social, psicomotor e promover o desenvolvimento cidadão.

Conhecer o diagnóstico e as possíveis limitações implica aos educadores, conforme a necessidade individual e particular de cada aluno, o favorecimento de melhores níveis possíveis de comunicação e interação com toda a comunidade escolar; a colaboração na eliminação de sentimentos de baixa autoestima, inferioridade, menos valia ou fracasso; a facilitação da locomoção e do deslocamento; amplia o tempo disponível para a realização das atividades e provas; evita aplicar avaliação diferente, pois pode ser considerado discriminatório e dificultar a avaliação comparativa com os outros estudantes e ajudar somente quando necessário.

Cabe à escola o papel de propiciar o ensino individualizado, quando necessário, norteado por um Plano de Ensino Individualizado (PEI), em que aconteça o desenvolvimento e a aprendizagem que envolve todas as experiências contempladas nesse processo, considerando tudo como significativo como os padrões relacionais, aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos, os quais estão inseridos nas interações e relações entre os diferentes segmentos. Que reconheça as NEE do aluno, relacione o que está aprendendo na escola com as situações de sua própria vida, estimule o saber ouvir, refletir sobre atos e suas consequências; expressar os sentimentos, verbalmente ou de outras maneiras; oferecer alternativas diversificadas para diferentes problemas; desenvolver a consciência corporal, buscando o conhecimento de si mesmo e do que o rodeia; e proporcionar atividades em que as possibilidades de sucesso sejam mais frequentes que o fracasso.

É importante conhecer as expectativas da família em relação à escola no que tange ao ingresso de um aluno com NEE. Deve-se esclarecer o plano de ensino. Nesse momento é propício conhecer o histórico do aluno por meio do parecer da família, analisar a avaliação médica e os relatórios de acompanhamento da equipe multidisciplinar a fim de verificar e esclarecer a necessidade do acompanhamento médico e terapêutico em ambiente extraescolar. Conhecer a realidade escolar, a NEE dos alunos e suas peculiaridades são fatores importantes para que o educador possa analisar as implicações que essa necessidade pode acarretar e, assim, procurar fornecer os subsídios necessários para direcionar a prática docente.

e) Adaptações

A Unidade Escolar, a partir do diagnóstico e construção do PEI, procederá as adaptações necessárias ao atendimento das necessidades educacionais especiais no que tange à integração do aluno da educação especial em classe comum, a saber:

- **Adaptações mecânico-funcionais como:**

Espaço físico, carteiras diferenciadas, material didático adaptado, tempo diferenciado de execução de atividades, arranjo de classe, letra aumentada, segundo leitor, etc.

- **Adaptações curriculares**

Adequação de volume e profundidade de conteúdos, alteração dos objetivos (competências e habilidades) para adequação ao ritmo e estágio de desenvolvimento do aluno.

f) Formação docente e equipe pedagógico

A Rede Adventista mantém programa de formação continuada de professores com encontros e cursos de capacitação para toda a equipe pedagógica a fim de manter-se atualizada tecnicamente sobre as questões atinentes à educação especial e inclusão.

Além disso, os professores e equipe pedagógica têm acesso subsidiado aos programas de especialização promovidos pelos centros de formação de professores da Rede Adventista de Ensino Superior, que mantêm cursos de pós-graduação em Educação Especial Inclusiva.

Igualmente, todas as Unidades Escolares têm acesso aos especialistas da Rede Adventista de Pesquisa nos Institutos Superiores de Educação, seja para esclarecimentos de dúvidas de cunho pedagógico ou para estudo dos casos e diagnósticos da Educação Especial.

g) Classificação do ano

Na Educação Infantil a conclusão de cada etapa independe dos resultados alcançados na avaliação da aprendizagem, sendo considerada apenas a frequência mínima exigida pela legislação vigente.

Excetuam-se a este expediente os casos de alunos com necessidades educacionais especiais que, em virtude de seu comprometimento, necessitem de mais tempo em alguma etapa da Educação Infantil para seu desenvolvimento psicomotor, cognitivo e relacional, o que objetivará uma análise caso a caso para progressão de etapas, processo este a ser dialogado e estabelecido em acordo com os pais ou responsáveis pela criança, visando a melhor possibilidade para o desenvolvimento do aluno em sua especificidade.

Aos alunos classificados como de inclusão, seja por laudo emitido por equipe multidisciplinar ou relatório/diagnóstico equivalente expedido por especialistas, e que apresentem dificuldades cognitivas ou de aprendizagem decorrentes de sua excepcionalidade, quando verificado seu impedimento de progressão no que tange à proposta do Ensino Fundamental, será assegurado seu direito à aplicação de terminalidade específica nos termos do Art. 59 da LDBN 9394/96.

Alunos classificados que apresentarem superdotação ou altas habilidades mediante parecer técnico de profissional habilitado e avaliação do conselho de classe poderão ser classificados para série, ano ou etapa mais adequada, a fim de satisfazer sua condição de excepcionalidade, garantindo-lhes a possibilidade de aceleração de estudos.

h) Formas de ingresso

A matrícula da Unidade Escolar para os alunos com necessidades é livre a todos os interessados e processa-se de acordo com a ordem de procura pelo pai ou responsável ou pelo próprio aluno, quando maior, observados os critérios legais e do regimento escolar, conforme disponibilidade de vagas especificada em edital de matrículas em atendimento à Lei 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, e à Lei No. 9.870 de 23/11/1999, Artigo 2o., e respeitado o disposto no §2o. do artigo 58 da LDBEN 9394/96.

Para a averiguação e balizamento das necessidades de atendimento ao aluno com deficiência, bem como viabilização da escolha de metodologias, atividades e planejamentos específicos que se façam necessários para o desenvolvimento adequado do aluno com necessidade especial, além de garantir proteção quanto a restrições de práticas escolares, alimentares e outras, aos alunos identificados com necessidades educacionais especiais, serão solicitados além dos documentos usuais para efetivação da matrícula, considerando sua especificidade, a apresentação de laudo, diagnóstico e/ou relatórios, por equipe multidisciplinar ou especialistas quando for o caso.

A matrícula na Unidade Escolar é livre a todos os interessados e processa-se de acordo com a ordem de procura pelo pai e/ou responsável ou pelo próprio aluno, quando maior,

conforme disponibilidade de vagas especificada em edital de matrículas, observados os seguintes critérios:

1) Por ingresso:

- I. Na Educação Infantil, com base na idade equivalente à respectiva etapa, na forma da legislação vigente;
- II. No primeiro ano do Ensino Fundamental, preferencialmente com base na idade mínima de seis anos completos, ou a completar, na forma da legislação vigente e avaliação pedagógica diagnóstica;

No ato de matrícula é exigida do candidato a apresentação de documento hábil de identificação, fotos e outros documentos de comprovação de regularidade de sua vida civil e escolar, quando necessários.

Podem ser admitidos candidatos a partir do segundo ano no Ensino Fundamental, sem escolarização anterior, desde que requerida a matrícula no início do ano letivo, indicando o ano pretendido e submetendo-se à avaliação, com observância dos critérios para reclassificação.

Consta dos atos de matrícula cláusula por escrito com declaração de ciência da Proposta Pedagógica, anuência ao presente Regimento, Manual do Aluno/família e/ou ao Código Disciplinar adotado e compromisso assumido pelas partes mediante um contrato de prestação de serviços educacionais.

As matrículas, bem como as renovações de matrículas são efetuadas na época para tal prevista no Calendário Escolar.

Anualmente, o aluno que pretender continuar seus estudos na mesma Unidade Escolar no ano letivo subsequente, deve por si ou por seu responsável, quando menor, manifestar-se, por escrito, reservando a sua vaga, independente do resultado final do período letivo, implicando sua não manifestação, em perda da preferência da vaga.

Os alunos com necessidades educacionais especiais serão aceitos em regime de inclusão, na forma da legislação vigente, respeitada a ordem de procura e a disponibilidade de vagas para a série pretendida, conforme publicadas em edital de matrículas em atendimento à Lei 8.078 – Código de Defesa do Consumidor, e Lei No. 9.870 de 23/11/1999, Artigo 2o., e respeitado o disposto no §2o. do artigo 58 da LDBEN 9394/96.

A unidade escolar reserva-se o direito de encaminhar candidatos com necessidades especiais a outras unidades escolares da rede que possuam vaga ou condição especializada de atendimento a alguma necessidade específica.

A família, na matrícula, de alunos com deficiência, com transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação deverá notificar oficialmente a escola, apresentando laudos médicos e/ou orientações psicopedagógicas que exijam acompanhamento individualizado ou atendimento educacional especializado. As medidas pedagógicas serão indicadas e efetivadas exclusivamente pela equipe pedagógica da escola após a análise das necessidades do aluno.

A Unidade Escolar reserva-se o direito de estabelecer, em termo de aditamento de contrato, as responsabilidades da família e da escola previstas na legislação vigente quanto ao atendimento das necessidades educacionais especiais e consequente comunicado às autoridades competentes em respeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente quanto ao

descumprimento ou negligência destes atendimentos por parte dos familiares ou responsáveis legais do aluno.

Serão exigidos, à título de acompanhamento e balizamento pedagógico, para os casos de inclusão que necessitem de processos médicos ou terapêuticos de suporte à saúde e desenvolvimento do aluno, conforme indicação em laudo ou diagnóstico, a apresentação, ao fim de cada trimestre do ano civil, dos relatórios de atendimentos terapêutico e/ou clínico relativos ao aluno;

As classes, a partir da matrícula dos alunos, serão organizadas por agrupamento heterogêneo e sua lotação acompanhará as necessidades técnico-pedagógicas e disponibilidade de equipamento, observando-se as disposições legais.

Poderão ser organizadas classes que reúnam alunos de diferentes séries ou anos, e de equivalente faixa etária ou nível de adiantamento, ou para desenvolvimento de determinadas matérias, como, em Educação Física, na Língua Estrangeira Moderna, no ensino de Artes e outros conteúdos pertinentes.

i) Acompanhamento familiar

Serão solicitados à título de acompanhamento e balizamento pedagógico para os casos de inclusão que necessitem de processos médicos ou terapêuticos de suporte à saúde e desenvolvimento do aluno, conforme indicação em laudo ou diagnóstico, a apresentação, ao fim de cada trimestre do ano civil, relatórios de atendimentos terapêutico e/ou clínico relativos ao aluno.

Tais relatórios, além de viabilizar a condução do processo educacional e eventuais direcionamentos do PEI, cumprem a obrigação do atendimento ao disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente no que tange ao acompanhamento por parte da escola das responsabilidades para com a criança sob sua guarda enquanto período escolar.

O descumprimento por parte da família das obrigações para com a criança ou adolescente relativas ao acompanhamento médico/terapêutico, ensejará o comunicado ao Conselho Tutelar para as devidas providências.

j) *Princípios Filosóficos da inclusão na rede adventista de educação*

Cristo em seus métodos de ensino retirava ilustrações das coisas da vida e, conquanto fossem simples, encerravam admirável profundidade de significado. [...] Cristo servia-se sempre de linguagem simples [...] Em cada ser humano ele divisava infinitas possibilidades. Via os homens como poderiam ser [...]. Cristo ligou os homens ao seu coração pelos laços da dedicação e do amor, e pelos mesmos laços ligou-os a seus semelhantes. Para Ele, o amor era a vida, e a vida era o serviço em prol de outrem (WHITE, 1996).

White (1996) lembra que o educador deve buscar de forma permanente aperfeiçoar-se e aprender enquanto ensina (GROSS, 2012).

Se o professor adotar um olhar de amor, acolhimento e atitudes positivas, aprendizagens eficazes e significativas ocorrerão. Entretanto, esse olhar de aceitação não pode ser confundido com um olhar paternalista e condescendente. A NEE não deve ser uma desculpa para a inação. O aluno com NEE deve ser visto não por sua limitação, mas por suas potencialidades. Devem ser postos desafios a serem superados e o potencial submetido a nível de exigência e progresso constantes. Os educadores e pais precisam conhecer os desafios e os problemas que a criança com NEE enfrenta e a forma como ela responderá a

cada um deles. Cada criança tem seu próprio potencial que deve ser explorado, avaliado e desafiado, evitando-se assim o fracasso e a evasão escolar, o que, em alunos com NEE, ocorre mais pelas limitações impostas pelo sistema educacional do que por suas dificuldades em si.

As crianças sentem-se bem quando percebem que estão apresentando bom desempenho escolar. Isso as encoraja, melhorando a autoestima e motivando novas tentativas. Muitas vezes o incentivo correto corresponde ao grau de esforço despendido para a realização de uma tarefa. Um sorriso, um gesto de aprovação, algumas palavras de elogio são, geralmente, o suficiente para fazer uma criança esforçar-se um pouco mais. Isso é válido para todo aprendiz, não apenas para o estudante com NEE.

A Educação Adventista enfatiza o processo educacional de forma integral e restauradora e incentiva a interação entre a teoria e a prática, o pensar e o fazer, a razão e a emoção, o individual e o coletivo, a causa e o efeito, objetivando transformar conhecimentos e atitudes a partir de soluções de problemas que remetem à realidade da vida. Pensa no outro, não exclui, sabe do seu compromisso com os alunos e compreende que a deficiência não deve ser um obstáculo para a inclusão nem para o sucesso acadêmico de seus alunos.

A proposta pedagógica busca estimular a criticidade e a criatividade. Dentre as características que os educadores adventistas pretendem desenvolver em seus alunos, estão o pensar crítico, a capacidade de fazer escolhas e tomar decisões, cultivar desprendimentos de si mesmos e solidariedade e, acima de tudo, ter a vida transformada pelo poder do Espírito Santo num processo contínuo de redenção.

Segundo White (2007), o amor a Cristo é a motivação certa para a ação. Os que sentem o amor de Deus não perguntam qual é o mínimo que podem fazer para cumprir os requerimentos de Deus; não perguntam qual é a norma mais baixa, mas o seu desejo é andar em total harmonia com a vontade do Redentor.

Cada pessoa é preciosa aos olhos de Deus. Ele olha para cada um de seus filhos como objetivo de sua missão. Jesus nos deu exemplo ao demonstrar tato, bondade e atenção ao interagir com seus aprendizes. Ele nunca se mostra rude, não censura a fraqueza humana, não rejeita, jamais exclui.

Os educadores adventistas, como discípulos de Cristo, seguirão seus métodos em sua ação pedagógica demonstrando assim que têm a luz e o amor de Jesus a difundir.

Ao professor é confiada a importante missão de ensinar com zelo, comprometimento, amor e dedicação, sem discriminação ou exclusão. Os alunos com NEE estimularão as práticas que ampliem e concretizem essa missão.

XV. ANEXO

I. TEMAS RELEVANTES E PROJETOS PEDAGÓGICOS

A formação integral dos estudantes exige uma abordagem educativa que vá além dos conteúdos tradicionais, contemplando temas fundamentais para o desenvolvimento de competências necessárias à vida em sociedade. O mundo contemporâneo apresenta desafios e oportunidades relacionados à saúde, diversidade, sexualidade, gênero, vida familiar, social e política, direitos das crianças e adolescentes, educação ambiental, educação para o consumo, educação fiscal, trânsito, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, drogas, prevenção ao bullying e direitos dos idosos.

Essas temáticas, de alta relevância social, são abordadas de forma transversal e articulada em nossos projetos pedagógicos, promovendo reflexões e ações que integram diferentes áreas do conhecimento. Por meio dessas iniciativas, os estudantes são incentivados a se tornarem cidadãos conscientes, críticos e ativos, capazes de interagir positivamente com a realidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e sustentável.

1) Título: Identidade

Temas Transversais: Desvendando a Sexualidade à Luz da Palavra: Um Projeto de Educação Sexual para Jovens Cristãos

Objetivo: Promover o desenvolvimento saudável da sexualidade dos alunos, estimulando a reflexão sobre prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência; Fornecer informações precisas e atualizadas sobre o corpo humano, a puberdade, a menstruação, a ejaculação e a reprodução;

Capacitar os alunos a tomar decisões responsáveis e conscientes em relação à sua vida sexual.

Público-alvo: Anos Finais e EM

Período: 15 dias

Metodologia:

- 1) Roda de fazer conversa: Separar meninos de meninas no 1º momento, (fazer uma decoração diferente), nessa roda os alunos serão convidados a falar sobre suas dúvidas e curiosidades em relação a sexualidade. O objetivo é criar um ambiente de diálogo aberto e respeitoso, onde todos possam se expressar livremente.
- 2) Palestras: Serão realizadas palestras com profissionais Cristãos da área da saúde com o objetivo de fornecer informações precisas sobre o corpo humano, a puberdade, a menstruação, a ejaculação e a reprodução. As palestras serão ministradas de forma lúdica e interativa, para que os alunos possam aprender de forma divertida e envolvente.
- 3) Dinâmicas em grupo: Serão realizadas dinâmicas em grupo para promover a reflexão sobre a importância da prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência.
- 4) Oficinas: Serão realizadas oficinas sobre doenças sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência, e sobre reconhecimento do próprio corpo.

- 5) Filmes e documentários: Serão exibidos filmes e documentários, de forma a promover o diálogo e o pensamento crítico. Ter um relato pessoal para contar a experiência de um filho sem planejamento. 6. Ter profissionais da saúde a fim de esclarecer dúvidas sobre os assuntos abordados.

Sugestão de Oficinas:

- 1) Sexualidade à luz da Bíblia: Essa abordagem pode incluir a leitura e discussão de passagens bíblicas que falam sobre sexualidade, como Gêneses 2:24, Mateus 19:4-6 e 1Coríntios 6:18-20. Os alunos podem aprender sobre a visão cristã sobre sexualidade e importância de seguir os ensinamentos da Bíblia.
- 2) O papel do namoro cristão: Nessa oficina, os alunos podem aprender sobre o que significa ter um namoro cristão e os princípios bíblicos que devem guiar a vida amorosa. Eles podem discutir a importância da pureza e da santidade, bem como as consequências negativas da imoralidade sexual.
- 3) Sexualidade e responsabilidade: Essa oficina pode ensinar os alunos sobre a importância da responsabilidade em relação à sexualidade. Eles podem aprender sobre os riscos e consequências de atividade sexual fora do casamento, incluindo doenças sexualmente transmissíveis e gravidez indesejada. Eles também podem discutir a importância do casamento e da fidelidade conjugal.
- 4) Comunicação e respeito em relacionamentos: Nessa oficina, os alunos podem aprender sobre a importância da comunicação e do respeito em relacionamentos cristãos. Eles podem discutir como expressar seus sentimentos e necessidades de forma saudável e como respeitar as escolhas e limites do parceiro.
- 5) Perguntas e respostas: Essa atividade pode ser uma oportunidade para os alunos fazerem perguntas sobre sexualidade de acordo com a perspectiva cristã. O professor ou líder da atividade pode responder as perguntas de forma clara e objetiva, baseando nos ensinamentos bíblicos.

Avaliação:

Avaliação será realizada de forma contínua, durante todo o processo de implementação do projeto. Serão avaliados o engajamento dos alunos nas atividades propostas, o nível de participação nas discussões em grupo e o desempenho em atividades individuais.

2) Título: Cultura Brasileira dos anos 1930 a 1980

Temas Transversais: Pluralidade Cultural

Objetivo: Apresentadas as principais características que evoluíram da cultura brasileira nesse período, destacando os contextos políticos, sociais e psicológicos que marcaram cada década.

Público-alvo: AF e EM

Metodologia:

Ocorrerá divisão dos alunos em grupos de acordo com os períodos de 1930 a 1980, a fim de aprofundarem seus conhecimentos em um período específico. Os alunos devem apresentar aulas expositivas e usar a criatividade para se apresentar a caráter.

Cada grupo será responsável por criar um infográfico que represente as principais características culturais da década vivida, incluindo elementos como; música, dança, cinema, teatro, literatura, moda dentre outros.

Os grupos deverão expor seus infográficos em sala de aula, compartilhando com os demais colegas suas descobertas.

3) Título: “Água: Um bem precioso para preservar”

Temas Transversais: Meio ambiente

Objetivos:

- Conscientizar os alunos para a importância da água para o meio ambiente;
- Ensinar aos alunos como cuidar da água e a utilizar de forma consciente e responsável;
- Incentivar os alunos a participarem de ações para preservação da água.

Público-alvo: EI ao EM Período:

Metodologia:

- Aula expositiva sobre a importância da água para a vida humana e o meio ambiente;
- Dinâmica para estimular a reflexão sobre o consumo consciente de água;
- Palestra com especialista em recursos hídricos, abordando temas como, crise hídrica e as consequências do uso indiscriminado da água;
- Visita a uma estação de tratamento de água ou a nascente de um rio, para mostrar aos alunos como funciona o processo de captação e tratamento de água;
- Realização de um projeto de pesquisa, sobre a importância da água para o meio ambiente, e apresentação deste na sala de aula;
- Confecção de cartazes e murais com dicas de economia de água;
- Organização de campanha sobre o uso consciente da água envolvendo a comunidade escolar e local.

4) Título: Quebrando o silêncio

Temas Transversais: Violência contra a mulher, criança e adolescente

Título do projeto: Quebrando o Silêncio: promovendo saúde emocional e prevenção à violência

Público-alvo: Alunos, professores, funcionários e comunidade em geral

Equipe: psicólogos e pedagogos para atuar na implementação das ações práticas

Objetivo do projeto: O objetivo do projeto "Quebrando o Silêncio" é promover a saúde emocional dos alunos, professores, funcionários e comunidade em geral, por meio de ações práticas voltadas para a prevenção e combate ao abuso infantil, à violência doméstica e ao suicídio.

O projeto busca sensibilizar e conscientizar a todos sobre esses temas, oferecendo apoio psicológico e pedagógico tanto para aqueles que estão passando por situações de risco quanto para aqueles que desejam ajudar.

Através das ações práticas dentro da escola e na comunidade, o projeto pretende estimular a reflexão e a mudança de comportamento em relação a esses temas sensíveis, visando prevenir e diminuir os casos de violência e sofrimento emocional. Além disso, o projeto busca criar uma cultura de acolhimento, empatia e diálogo, onde as pessoas se sintam seguras para expressar suas emoções e pedir ajuda quando necessário.

Ao final, o objetivo principal do projeto é quebrar o silêncio em torno desses temas e contribuir para uma sociedade mais justa e saudável, onde todos possam viver livres de violência e com uma saúde emocional plena.

Atividades propostas:

O projeto será dividido em três tópicos: combate ao abuso infantil, combate à violência doméstica e prevenção ao suicídio.

Combatendo o abuso infantil:

Ação prática para dentro do colégio: Implementação de um programa de educação em sexualidade e prevenção ao abuso infantil, com aulas para todos os alunos, ministradas por psicólogos e pedagogos. Será criado um canal de denúncia anônima e confidencial para relatos de abuso infantil. Serão disponibilizados materiais informativos para os pais e responsáveis.

Ação prática para a comunidade ao redor do colégio: Parceria com organizações locais que trabalham com prevenção e combate ao abuso infantil. Serão realizadas campanhas de conscientização em locais públicos, como praças e parques, para alertar a população sobre o problema e como denunciá-lo.

Combatendo a violência doméstica:

Ação prática para dentro do colégio: Criação de um grupo de apoio a vítimas de violência doméstica, com atendimento psicológico individual e em grupo, ministrado por psicólogos e pedagogos. Serão realizadas palestras e oficinas para alunos, professores e funcionários sobre relacionamentos saudáveis e prevenção à violência doméstica. Será criado um canal de denúncia anônima e confidencial para relatos de violência doméstica.

Ação prática para a comunidade ao redor do colégio: Parceria com abrigos e instituições que apoiam vítimas de violência doméstica. Serão realizadas campanhas em locais públicos, como praças e pontos de ônibus, para informar a população sobre a importância de denunciar a violência e onde buscar ajuda.

Prevenção ao suicídio:

Ação prática para dentro do colégio: Criação de um grupo de apoio emocional, com atendimento psicológico individual e em grupo, ministrado por psicólogos e pedagogos. Serão realizadas palestras e oficinas para alunos, professores e funcionários sobre prevenção ao suicídio, com destaque para a importância de buscar ajuda profissional. Será disponibilizado um canal de apoio emocional para os alunos.

Ação prática para a comunidade ao redor do colégio: Parceria com profissionais da área de saúde mental e organizações que apoiam a prevenção ao suicídio. Serão realizadas

campanhas em locais públicos, para informar a população sobre os sinais de alerta e onde buscar ajuda.

5) Título: O cuidado com o meio ambiente

Temas Transversais: Meio Ambiente

Objetivo: Levar os alunos a entender que a Bíblia possui uma visão de mundo que valoriza a criação e a preservação da natureza

Público-alvo: EI ao EM

Período: Durante o ano

Metodologia:

Aula expositiva destacando que a Bíblia possui uma visão de mundo que valoriza a criação e a preservação da natureza. A partir dessa perspectiva, os alunos deverão compreender que cuidar do meio ambiente é uma responsabilidade que temos como seres humanos.

Para começar a aula de forma lúdica será utilizada uma dinâmica em que os alunos se dividirão em grupos e criarão uma cena teatral que mostrando uma situação em que o meio ambiente foi prejudicado pela ação humana, e outra cena em que o meio ambiente foi preservado. Depois, os grupos apresentarão suas cenas para a turma e discutirão as diferenças entre as duas situações.

Em seguida, podemos apresentar algumas passagens bíblicas que tratam da relação do ser humano com a criação e o meio ambiente. Por exemplo, o livro de Gênesis relata que Deus criou o mundo e viu que tudo era bom, e que a humanidade foi colocada para cuidar da criação. Discutir em seguida como essa responsabilidade é importante e como podemos aplicá-la em nossas vidas diárias

Num segundo momento os alunos realizarão uma atividade em que foram divididos em grupos e pesquisem sobre diferentes questões ambientais, como a poluição do ar e da água, o desmatamento e as mudanças climáticas. Cada grupo apresentará sua pesquisa e discutiu possíveis soluções a partir da perspectiva bíblica de cuidado com a criação.

Por fim, encerrar a aula com uma reflexão sobre a importância de cuidarmos do meio ambiente e como podemos aplicar essa responsabilidade em nossas vidas diárias, respeitando e preservando a natureza como um dom divino.

6) Título: Alimentação saudável

Temas Transversais: Saúde

Objetivo geral: Conscientizar os alunos sobre a importância da alimentação saudável para a promoção da saúde e prevenção de doenças.

Objetivos específicos:

- 1- Identificar os alimentos que fazem parte de uma alimentação saudável;
- 2- Compreender os nutrientes que cada alimento contém e suas funções no organismo;
- 3- Desenvolver habilidades culinárias básicas para a preparação de refeições saudáveis;

4- Refletir sobre os hábitos alimentares individuais e identificar possíveis mudanças a serem feitas;

5- Apresentar o projeto para a comunidade escolar e divulgar informações sobre alimentação saudável.

Público-alvo: Todos os alunos Período: Durante o ano Metodologia:

Metodologia:

1ª Etapa: Introdução do tema

Apresente o tema do projeto e inicie uma discussão em sala de aula sobre a importância da alimentação saudável para a saúde. Peça aos alunos que compartilhem suas opiniões e experiências pessoais relacionadas ao tema.

2ª Etapa: Identificação dos alimentos saudáveis

Divida a turma em grupos e peça que pesquisem sobre os alimentos que fazem parte de uma alimentação saudável. Cada grupo deve apresentar os resultados de sua pesquisa para a turma, destacando os benefícios para a saúde de cada alimento.

3ª Etapa: Nutrientes e suas funções

Em seguida, proponha uma atividade prática para que os alunos possam compreender a importância dos nutrientes presentes nos alimentos. Distribua fichas com informações sobre os nutrientes e suas funções no organismo e peça aos alunos que identifiquem os alimentos que contêm cada nutriente.

4ª Etapa: Preparação de refeições saudáveis

Nesta etapa, os alunos vão colocar em prática o que aprenderam até aqui. Divida a turma em grupos e proponha uma atividade de culinária saudável, onde cada grupo deve preparar uma receita balanceada e saudável. Durante a preparação, os alunos devem explicar os benefícios para a saúde dos ingredientes escolhidos.

5ª Etapa: Reflexão sobre hábitos alimentares

Peça que os alunos reflitam sobre seus próprios hábitos alimentares e identifiquem possíveis mudanças que podem ser feitas para uma alimentação mais saudável. Cada aluno deve elaborar um plano de ação pessoal para mudar seus hábitos alimentares.

6ª Etapa: Apresentação do projeto

Por fim, os alunos devem apresentar o projeto para a comunidade escolar, divulgando informações sobre a importância da alimentação saudável para a promoção da saúde. Essa apresentação pode ser feita por meio de cartazes, apresentações em slides, vídeos ou qualquer outra forma de comunicação escolhida pelos alunos.

7) Título: Conscientização contra o bullying

Projeto The Guardian - Criando uma cultura de bem no colégio

Introdução: O bullying e a violência são problemas sérios que afetam muitos adolescentes em todo o mundo. Para combater esses problemas, o Projeto The Guardian visa criar uma cultura do bem no colégio, onde todos os alunos, professores, administradores e funcionários sejam

guardiões uns dos outros, e trabalhem juntos para prevenir o bullying e qualquer tipo de violência.

Texto Bíblico Base:

"[Se] um membro sofre, todos sofrem com ele..." (1 Coríntios 12:26).

Identidade: Um The Guardian é alguém que ama a Deus e ao próximo com todas as suas forças, procura criar uma cultura do bem na sala de aula e em qualquer lugar que estiver.

Público-alvo: Alunos, funcionários administradores e professores.

Objetivo: O projeto The Guardian tem como objetivo criar uma cultura do bem na escola, onde a inclusão, o respeito e a empatia sejam valores fundamentais. Através de três fases e seis ações específicas, o projeto busca conscientizar os alunos sobre a influência da mídia, desenvolver projetos para implementar a cultura do bem e celebrar os resultados alcançados.

Metodologia:

Fase 1 - Conscientização e Sensibilização: O primeiro passo para criar uma cultura de bem no colégio é conscientizar e sensibilizar os alunos sobre a importância de prevenir o bullying e a violência. Nesta fase, será realizada uma palestra com um psicólogo sobre a influência da mídia e seus efeitos na sociedade, com o objetivo de ajudar os alunos a entender a importância de serem guardiões uns dos outros.

Ação 1 - Sorteio de Guardiões acontecerá em momentos específicos sendo guiado pelo Pastor Escolar ou Professores de turma, todos os alunos, professores, administradores e funcionários serão sorteados para serem os guardiões de outra pessoa no colégio. Cada guardião será responsável por cuidar de seu companheiro e estar atento a seus sentimentos, comportamentos orar e preparar uma lembrança especial. Se perceberem qualquer sinal de bullying ou violência, deverão intervir e buscar ajuda.

Sugestão de desafios:

- Eu sou seu guardião e vou oferecer minha ajuda para qualquer projeto escolar que você esteja trabalhando.
- Eu sou seu guardião e vou convidá-lo para participar de um grupo de estudo comigo, para que possamos ajudar um ao outro em nossas matérias mais difíceis.
- Eu sou seu guardião e vou reservar um tempo para ouvir suas preocupações e desafios, e orar por você.
- Eu sou seu guardião e vou enviar uma mensagem de texto de encorajamento para você todos os dias durante esta semana.
- Eu sou seu guardião e vou enviar um devocional ou versículo da Bíblia para você todos os dias durante esta semana.
- Eu sou seu guardião e vou agradecer por você ser um colega de classe incrível e por tornar nossa escola um lugar melhor.
- Eu sou seu guardião e vou preparar uma lembrança especial para que você se sinta amado e valorizado. Estou animado para compartilhar com você algo que espero que traga alegria ao seu dia e que ajude a fortalecer nossa amizade.

Ação 2 - Cartazes de Prevenção ao Bullying Além disso, será solicitado aos alunos que criem cartazes para conscientizar os demais sobre a importância de prevenir o bullying e a violência. Os cartazes serão expostos no colégio para que todos possam ver e lembrar-se da importância de ser um guardião.

Fase 2 - Fortalecimento do Espírito de Equipe e Empatia: Na segunda fase do projeto, serão realizadas atividades em grupo para fortalecer o espírito de equipe e a empatia entre os alunos. Essas atividades ajudarão a criar um ambiente mais amigável e acolhedor no colégio.

Algumas ideias para essa dinâmica poderiam ser:

Construir uma torre de copos: Divida os alunos em equipes e forneça a cada equipe uma quantidade igual de copos plásticos. Peça para que eles construam a torre mais alta possível utilizando apenas os copos, sem usar nenhum tipo de cola ou fita adesiva. A equipe que construir a torre mais alta dentro de um determinado tempo ganha o desafio.

- **Resgate na ilha deserta:**

Simule uma situação em que os alunos estão presos em uma ilha deserta e precisam trabalhar juntos para sair de lá. Divida os alunos em equipes e forneça a cada equipe um conjunto de objetos limitados, como cordas, folhas de papel e canudos. Eles devem utilizar esses objetos para construir um bote que possa flutuar e levar todos os membros da equipe para fora da ilha. A equipe que conseguir construir o bote mais resistente e eficiente ganha o desafio.

- **Escape room:**

Crie um ambiente de sala de aula como um escape room, com enigmas e quebra-cabeças que os alunos precisam resolver para escapar da sala. Divida os alunos em equipes e dê a eles um tempo para descobrir as pistas e solucionar os quebra-cabeças. Eles devem trabalhar juntos para escapar da sala dentro de um determinado tempo. A equipe que conseguir escapar mais rapidamente ganha o desafio.

Essas dinâmicas podem ser adaptadas de acordo com a idade e nível de habilidade dos alunos, e podem ser conduzidas pelos professores ou por um especialista em dinâmicas de grupo. O importante é que os alunos aprendam a trabalhar em equipe, a respeitar as diferenças e a cuidar uns dos outros durante a realização dessas atividades.

Terceira fase: Encerramento do projeto e celebração dos resultados.

Ação 1: Será realizada uma avaliação geral do projeto, com a participação de todos os envolvidos, para analisar os resultados alcançados e identificar os pontos positivos e negativos.

Ação 2: Para celebrar os resultados e reconhecer o empenho de todos os envolvidos, será organizada uma cerimônia de encerramento na capela, onde reconheceremos as ações e o crescimento dos alunos, professores, funcionários e administradores que mais se destacaram na implementação dos projetos.

Conclusão:

O Projeto The Guardian é uma iniciativa, que tem como objetivo criar uma cultura do bem na escola, onde a inclusão, o respeito e a empatia sejam valores fundamentais. Composto por três fases e seis ações específicas, o projeto visa conscientizar e sensibilizar os alunos sobre a importância de prevenir o bullying e a violência, fortalecer o espírito de equipe e a empatia entre os alunos e celebrar os resultados alcançados. A partir de dinâmicas como a construção

de uma torre de copos, resgate na ilha deserta e *escape room*, os alunos aprendem a trabalhar em equipe, a respeitar as diferenças e a cuidar uns dos outros. Ao final do projeto, será realizada uma avaliação geral com a participação de todos os envolvidos para celebrar os resultados alcançados e o fortalecimento da cultura do bem no colégio.

8) Título: No tempo da vovó

Temas Transversais: Pluralidade Cultural

Objetivo:

Com a ajuda das vovós aprende-se novas brincadeiras, e amplia-se o repertório. Resgatamos brinquedos e brincadeiras antigas e comparamos com os atuais. A criança também tem contato com a leitura e a escrita, através das pesquisas realizadas em diferentes portadores de texto, dos manuais das brincadeiras, confecção de cartazes com as brincadeiras preferidas e as parlendas antigas. Público-alvo: Educação Infantil ao 5º ano Período: 1 bimestre Metodologia: convidar as vovós para passarem um período na escola com seus netos. Podemos combinar com algumas delas para ensinar algo que elas sabem fazer as outras vovós e/ou aos alunos. Ex: tricô, crochê, culinária, musiquinhas infantis, brinquedos, quadrinhas, etc... Os alunos podem declamar poesias, apresentarem esquetes teatrais, distribuírem cartões, fazerem jogos de integração com as avós e deliciarem-se com a culinária.

9) Título: Do virtual ao real

Tema: Uso consciente da tecnologia e promoção das relações interpessoais no ambiente escolar.

Público-alvo: Alunos da Educação Básica (Ensino Fundamental).

Duração: Implementação ao longo do ano letivo, com fases de conscientização e monitoramento.

1. Justificativa

A hiperconectividade tem impactado a aprendizagem, a socialização e o bem-estar dos estudantes. Estudos apontam que o uso excessivo de telas prejudica a concentração, a memória e a capacidade de resolver problemas complexos, além de contribuir para problemas emocionais e de saúde. A Educação Adventista, pautada em princípios cristãos e em um ensino integral, busca resgatar a convivência humana genuína, promovendo um ambiente equilibrado entre tecnologia e interação presencial.

Com base na Lei nº 4.932/2024 e em evidências científicas, este projeto visa estabelecer diretrizes para o uso consciente de dispositivos eletrônicos, garantindo um espaço escolar propício ao desenvolvimento acadêmico, social e emocional dos alunos.

2. Objetivos

2.1 Objetivo Geral

Promover um ambiente escolar mais equilibrado, onde o uso da tecnologia seja regulado de forma consciente, favorecendo a aprendizagem, a interação social e o bem-estar dos alunos.

2.2 Objetivos Específicos

- Desenvolver práticas de **autorregulação emocional** e uso consciente da tecnologia.
- Reduzir a dependência dos dispositivos eletrônicos no ambiente escolar.
- Estimular atividades presenciais e **habilidades socioemocionais**.
- Implementar protocolos para o uso de celulares dentro da escola.
- Proteger os alunos dos riscos do uso excessivo de telas, como cyberbullying e exposição a conteúdos inadequados.

3. Metodologia

A implementação ocorrerá em **fases estruturadas**, com estratégias baseadas na neurociência, psicologia e educação socioemocional.

3.1 Fases de Implementação

1. **Fase 1 – Conscientização (1º mês)**
 - Comunicação com pais e alunos sobre o impacto do uso excessivo da tecnologia.
 - Oficinas de relaxamento e rodas de conversa sobre saúde mental e socialização.
2. **Fase 2 – Construção de Protocolos e Projetos Interativos (2º ao 4º mês)**
 - Debates sobre o uso consciente da tecnologia.
 - Elaboração de um **contrato coletivo** de regras sobre o uso do celular.
 - Promoção de atividades offline, como jogos, leitura, esportes e oficinas de arte.
3. **Fase 3 – Monitoramento e Reflexão (5º ao 8º mês)**
 - Análise dos impactos das mudanças.
 - Exposição de talentos e desafios temáticos.
 - Reflexão sobre os avanços e ajustes necessários.

4. Estratégias e Atividades

4.1 Estabelecimento de Contratos Coletivos de Uso de Tecnologia

- Debate aberto sobre prós e contras do uso do celular em sala.
- Construção coletiva de **regras claras e visíveis** sobre o uso da tecnologia.
- Personalização de contratos individuais para engajamento dos alunos.

4.2 Educação Digital e Etiqueta Online

- Oficina sobre comportamento digital saudável e segurança na internet.
- Criação de um **Guia de Etiqueta Digital** para toda a escola.

4.3 Momentos de "Pausa Digital"

- Recreios offline, incentivando interação social e jogos presenciais.
- Painel de experiências offline para os alunos registrarem suas vivências.

4.4 Estratégias de Autorregulação e Concentração

- Técnicas de respiração e atenção plena (mindfulness).
- Desenho das emoções como forma de expressão emocional.

4.5 Oficinas de Comunicação Interpessoal

- Exercícios de empatia e escuta ativa.
- Atividades para estimular conversas e interações presenciais.

4.6 Incentivo à Criatividade e Expressão Artística

- Concursos de redação, teatro improvisado e exposições artísticas.
- Laboratório de experiências offline para resgatar brincadeiras tradicionais.

4.7 Conexão com a Natureza e Saúde Física

- Aulas ao ar livre e oficinas de jardinagem.
- Atividades esportivas e gincanas para estimular o movimento.

4.8 Reflexões e Relatos dos Alunos

- Rodas de conversa sobre os desafios e benefícios do projeto.
- Diários de gratidão e registros semanais sobre mudanças percebidas.

5. Avaliação e Monitoramento

A avaliação será contínua, considerando a **adesão dos alunos**, o impacto no desempenho acadêmico e na socialização. Os indicadores incluem:

- Redução do uso de celulares no ambiente escolar.
- Maior interação entre os alunos sem o uso da tecnologia.
- Melhorias na concentração e no desempenho escolar.
- Feedbacks de alunos, professores e responsáveis sobre os impactos da iniciativa.

6. Recursos Necessários

- Materiais para oficinas e dinâmicas (cartolinas, canetas, jogos educativos).
- Espaços ao ar livre para atividades físicas e de relaxamento.
- Apoio de psicólogos e pedagogos para acompanhar os alunos.

7. Considerações Finais

O projeto **"Do Virtual ao Real"** busca transformar a escola em um ambiente onde a tecnologia seja usada de forma equilibrada, sem comprometer a aprendizagem e a socialização dos alunos. Com base nos princípios da Educação Adventista, esta iniciativa visa **fortalecer os laços interpessoais e desenvolver cidadãos responsáveis, conscientes e preparados para os desafios do mundo moderno.**

A implementação do projeto reafirma o compromisso da escola com uma educação integral, que promove valores cristãos e habilidades socioemocionais essenciais para a vida.

II. ORGANIZAÇÃO CURRICULAR

A Rede Educacional Adventista entende como currículo o conjunto dos objetivos de cada disciplina quanto aos conteúdos, aos pressupostos para a atuação e procedimentos do grupo docente e discente, às práticas pedagógicas, crenças, conhecimentos e valores que viabilizam a proposta de uma educação integral, seguindo as legislações vigentes.

No presente link está disponibilizada a organização curricular para cada ano e etapa dos respectivos níveis educacionais ofertados pela unidade escolar.

Link: <https://tinyurl.com/OrgCurricularEA>

INSTITUIÇÃO ADVENTISTA CENTRAL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL

INSTITUIÇÃO ADVENTISTA CENTRAL BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL												
MATRIZ CURRICULAR SUGESTIVA PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - Agrupamento de 2 a 5 anos												
(Projeto Bilingue)												
Associação Brasil Central												
Município: Goiânia												
UF: Goiás												
ANO: 2025												
MÓDULO : 40 SEMANAS												
TURNO: Diurno												
EIXOS EXTRUTURANTES	DIREITOS DE APRENDIZAGEM	CAMPOS DE EXPERIÊNCIA	CARGA HORÁRIA SEMANAL									
			Agrupamento 2 anos		Agrupamento 3 anos		Agrupamento 4 anos		Agrupamento 5 anos			
INTERAÇÕES E BRINCADEIRAS	CONVIVER BRINCAR CONVIVER PARTICIPAR EXPLORAR EXPRESSAR CONHECER-SE	Escola, Fala, Pensamento e Imaginação Eu, o Outro e Nós Espaços, Tempos, Quantidades, Relações e Transformações Corpo, Gestos e Movimento Traços, Sons, Cores e Formas Musicalização Ensino Religioso (Princípios e Valores)	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA
			7	280	4	160	4	160	4	160	4	160
			2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
			5	200	4	160	4	160	4	160	4	160
			2	80	1	40	1	40	1	40	1	40
			2	80	3	120	3	120	3	120	3	120
			1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
			2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
			21	840	17	680	17	680	17	680	17	680
			Parte Diversificada		Língua Estrangeira Moderna- Inglês Cultura Geral Educação Física	1	40	5	200	5	200	5
1	40	1				40	1	40	1	40		
2	80	2				80	2	80	2	80		
Subtotal			4	160	8	320	8	320	8	320		
Total Semanal de Aula			25	1.000	25	1.000	25	1.000	25	1.000		
Número de Dias Letivos: 200			Número de Horas/Aula Anual: 1.000									
Número de Aulas Diárias: 5			Carga Horária Anual: 1.000									
Duração do Turno : 4h30												

1. Esta Matriz Curricular é a proposição básica, podendo sofrer distribuição diferenciada da Carga Horária por área de conhecimento em cada Unidade Escolar de acordo com a Proposta Pedagógica apresentada, conforme instrução no CEE baseada na Resolução CEE/CNE nº 2 de 7 de abril de 1998 e Parecer CEB nº 4 de 29 de janeiro de 1998. Em especial, por se tratar de Educação Infantil, a mesma configura-se como sugestiva, por compreender que a dinâmica prática interliga todos os eixos.
2. O Conjunto de Termos Transversais (Ética, Pluralidade Cultural, Meio Ambiente, Saúde e Orientação Sexual) será incorporado aos demais conteúdos das áreas de conhecimento afins, receberá tratamento didático específico conforme explicitados na Proposta Pedagógica.
3. A utilização de recursos tecnológicos permeará todas as disciplinas.
4. A Escola Adventista é uma instituição confessional, que tem como filosofia o desenvolvimento harmônico das faculdades, física, mental, social e espiritual do educando. Tendo como princípios metodológicos a integração té e ensino, o espírito de investigação, reflexão, criatividade, ensino de valores, bem como os temas transversais que são trabalhados na interdisciplinaridade. A Escola, como instituição, possibilita a construção do conhecimento como meio para o exercício da cidadania, norteados por valores bíblicos – cristãos. Construção que se faz através das relações interpessoais, favorecendo o espírito cooperativo, os laços fraternos, a ética e o respeito diante das diferenças. Estes são os motivos que justificam e norteiam nossa prática pedagógica nas aulas de religião.
5. A valorização ao idoso, contemplada na Lei nº 4.964/2012 será trabalhada de forma transdisciplinar em conteúdos das Áreas de Conhecimento afins.
6. A duração do período escolar será de no mínimo 200 dias letivos, com 800 horas mínimas anuais para a Educação Infantil.

III. MATRIZ CURRICULAR

a) Agrupamentos

Instituição Adventista Central Brasileira de Educação e Assistência Social MATRIZ CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL – DO 1º AO 5º ANO (Projeto Bilingue)					
Associação Brasil Central	Município: Goiânia	UF: Goiás	Módulo: 40 SEMANAS		
Dias Letivos: 200	Duração do Turno: 4h30	Número de Aulas Diárias: 5	Turno: Diurno	Ano: 2025	

	Áreas de conhecimento	1º ano		2º ano		3º ano		4º ano		5º ano	
		CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA	CHS	CHA
Base Nacional Comum	Linguagens e Suas Tecnologias:										
	1 – Língua Portuguesa	5	200	6	240	6	240	6	240	6	240
	2 – Arte	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
	3 – Educação Física	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
	Ciências Natureza e Suas Tecnologias:										
	4 – Ciências	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
	Matemática e Suas Tecnologias:										
	5 – Matemática	5	200	5	200	5	200	5	200	5	200
	Ciências Humanas e Sociais aplicadas:										
	6 – Geografia	1	40	2	80	2	80	2	80	2	80
	7 – História	1	40	2	80	2	80	2	80	2	80
	8 – Ensino Religioso	2	80	2	80	2	80	2	80	2	80
	Subtotal	19	760	22	880	22	880	22	880	22	880
	Parte Diversificada										
	9 – L.E.M. Inglês	4	160	1	40	1	40	1	40	1	40
	10 – Musicalização	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
	11 – Cultura Geral / Projeto de vida	1	40	1	40	1	40	1	40	1	40
	Subtotal	6	240	3	120	3	120	3	120	3	120
	Total Geral	25	1000	25	1000	25	1000	25	1000	25	1000

Observações:

- A duração do período escolar será de no mínimo 200 dias letivos, com 800 horas mínimas anuais para o Ensino Fundamental de 1º ano ao 5º ano.
- O conteúdo de História do Brasil e de Goiás estão integrados ao componente curricular de História.
- Prevenção e Enfrentamento ao Bullying (Lei nº 17.151/12), integrados aos componentes curriculares.
- Cultura, História Afro-Brasileira e Indígena (Lei nº 11.645/08), estão inseridos aos componentes curriculares de Arte, História, Língua Portuguesa e Geografia.
- Os conteúdos voltados ao processo de envelhecimento e o respeito a valorização do idoso são integrados aos componentes curriculares. Res. Nº 171/2005- CEE/Goiás.
- A Educação Física é componente curricular obrigatório e a modalidade de sua oferta será regulamentada no PPP da escola, sendo facultativa ao educando apenas nas circunstâncias previstas na LDB.
- São temas relevantes: saúde, diversidade, sexualidade, gênero, vida familiar, social e política, direitos das crianças e adolescentes, educação ambiental, educação para o consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, drogas, prevenção ao Bullying e direitos dos Idosos.

b) Anos iniciais

c) Anos finais

Instituição Adventista Central Brasileira de Educação e Assistência Social									
MATRIZ CURRICULAR – ENSINO FUNDAMENTAL – DO 6º AO 9º ANO									
Associação Brasil Central		Município: Goiânia		UF: Goiás		Módulo: 40 SEMANAS			
Dias Letivos: 200	Duração média da aula: 45 minutos	Número de aulas diárias: 06		Turno: Diurno		Ano: 2024			
Áreas de conhecimento		6º ano		7º ano		8º ano		9º ano	
Linguagens e Suas Tecnologias:		Aulas	CHA	Aulas	CHA	Aulas	CHA	Aulas	CHA
1 – Língua Portuguesa		4	160	4	160	4	160	4	160
2 – L.E.M. inglês		2	80	2	80	2	80	2	80
3 – Arte		1	40	1	40	1	40	1	40
4 – Educação Física		2	80	2	80	2	80	2	80
5 – Ensino Religioso		3	120	3	120	3	120	3	120
Ciências Natureza e Suas Tecnologias:									
6 – Ciências		3	120	3	120	3	120	3	120
Matemática e Suas Tecnologias:									
7 - Matemática		5	200	5	200	5	200	5	200
Ciências Humanas e Sociais aplicadas:									
8 – Geografia		3	120	3	120	3	120	3	120
9 – História		3	120	3	120	3	120	3	120
Subtotal		26	1.040	26	1.040	26	1.040	26	1.040
10 – L.E.M. Espanhol		1	40	1	40	1	40	1	40
11 - Redação		3	120	3	120	3	120	3	120
Subtotal		4	160	4	160	4	160	4	160
Total Geral		30	1200	30	1200	30	1200	30	1200

I – Base Nacional Comum

Observações:

- A duração do período escolar será de no mínimo 200 dias letivos e 800 horas anuais, perfazendo um total de 3.200 horas para o Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano;
- O conteúdo de História do Brasil e de Goiás estão integrados ao componente curricular de História.
- Prevenção e Enfrentamento ao Bullying (Lei nº 17.151/12), integrados aos componentes curriculares.
- Cultura, História Afro-Brasileira e Indígena (Lei nº 11.645/08), estão inseridos aos componentes curriculares de Arte, História, Língua Portuguesa e Geografia;
- Os conteúdos voltados ao processo de envelhecimento e o respeito a valorização do idoso são integrados aos componentes curriculares. Res. Nº 171/2005- CEE/Goiás;
- A Educação Física é componente curricular obrigatório e a modalidade de sua oferta será regulamentada no PPP da escola, sendo facultativa ao educando apenas nas circunstâncias previstas na LDB;
- São temas relevantes: saúde, diversidade, sexualidade, gênero, vida familiar, social e política, direitos das crianças e adolescentes, educação ambiental, educação para o consumo, educação fiscal, educação para o trânsito, trabalho, ciência e tecnologia, diversidade cultural, drogas, prevenção ao Bullying e direitos dos idosos.

IV. CALENDÁRIO ESCOLAR



Colégio Adventista Jardim Europa
CALENDÁRIO - 2025 - ANO LETIVO (2025-AL)

Janeiro - 2025							Fevereiro - 2025							Março - 2025						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4							1							1
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	2	3	4	5	6	7	8
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	9	10	11	12	13	14	15
19	20	21	22	23*	24	25	16	17	18	19	20	21	22	16	17	18	19	20	21	22
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28		23	24	25	26	27	28	29
														30	31					
Abril - 2025							Maio - 2025							Junho - 2025						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5					1	2	3	1	2	3	4	5	6	7
6	7	8	9	10	11	12	4	5	6	7	8	9	10	8	9	10	11	12	13	14
13	14	15	16	17	18	19	11	12	13	14	15	16	17	15	16	17	18	19	20	21
20	21	22	23	24	25	26	18	19	20	21	22	23	24	22	23	24	25	26	27	28
27	28	29	30				25	26	27	28	29	30	31	29	30					
Julho - 2025							Agosto - 2025							Setembro - 2025						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
		1	2	3	4	5						1	2		1	2	3	4	5	6
6	7	8	9	10	11	12	3	4	5	6	7	8	9	7	8	9	10	11	12	13
13	14	15	16	17	18	19	10	11	12	13	14	15	16	14	15	16	17	18	19	20
20	21	22	23	24	25	26	17	18	19	20	21	22	23	21	22	23	24	25	26	27
27	28	29	30	31			24	25	26	27	28	29	30	28	29	30				
							31													
Outubro - 2025							Novembro - 2025							Dezembro - 2025						
Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb	Dom	Seg	Ter	Qua	Qui	Sex	Sáb
			1	2	3	4							1		1	2	3	4	5	6
5	6	7	8	9	10	11	2	3	4	5	6	7	8	7	8	9	10	11	12	13
12	13	14	15	16	17	18	9	10	11	12	13	14	15	14	15	16	17	18*	19	20
19	20	21	22	23	24	25	16	17	18	19	20	21	22	21	22	23	24	25	26	27
26	27	28	29	30	31		23	24	25	26	27	28	29	28	29	30	31*			
							30													

Eventos (202 dias letivos)

- ☐ 14/03/2024 - Início Período de matrícula online
- ☐ 24/06/2024 - Início Período de matrícula
- ☒ * 23/01/2025 - Início 2025 - Ano Letivo
- ☒ * 23/01/2025 - Início 1º Bimestre
- ☒ 03/03/2025 - Recesso Escolar (Recesso)
- ☒ 04/03/2025 - Feriado de Carnaval (Feriado)
- ☒ 21/03/2025 - Capacitação dos Professores (Recesso)
- ☒ 04/04/2025 - Fim 1º Bimestre
- ☒ 07/04/2025 - Início 2º Bimestre
- ☒ 18/04/2025 a 21/04/2025 - Feriado Nacional (Feriado)
- ☒ 01/05/2025 - Feriado - Dia do Trabalhador (Feriado)
- ☒ 02/05/2025 - Recesso Escolar (Recesso)
- ☒ 11/05/2025 - Dia das mães (Domingo Letivo)
- ☒ 24/05/2025 - Feriado de Goiânia (Feriado)
- ☒ 15/06/2025 - FEIRA CIENTÍFICA (Domingo Letivo)
- ☒ 19/06/2025 - Feriado - Corpus Christi (Feriado)
- ☐ 27/06/2025 - Data limite para reabrir período de avaliação pelo professor
- ☒ 30/06/2025 - Fim 2º Bimestre
- ☒ 31/07/2025 - Início 3º Bimestre
- ☒ 10/08/2025 - Dia dos Pais (Domingo Letivo)
- ☒ 03/10/2025 - Fim 3º Bimestre
- ☒ 06/10/2025 - Início 4º Bimestre
- ☒ 15/10/2025 - Dia do Professor (Outros)
- ☒ 24/10/2025 - Feriado de Goiânia (Feriado)
- ☐ 28/10/2025 - Data limite para reabrir período de avaliação pelo professor

XVI. REFERÊNCIAS

BACICH, L; MORAN, J. (Orgs.). Metodologias ativas para educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

BECKER, R. D. Pode-se integrar a fé nas aulas de comunicação e expressão? Revista da Educação Adventista, São Paulo, v. 3, p. 28-31, 1995.

BRASIL. Declaração mundial sobre educação para todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. Jomtien/Tailândia: Unesco, 1990.

. Ministério da Justiça. Declaração de Sala- manca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais. Brasília: CORDE, 1994.

. Parâmetros curriculares nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília: MEC, 1998.

. Ministério da Educação. Exame Nacional do Ensino Médio: documento básico.

Brasília: INEP, 1999.

. Guia de consulta para o programa de apoio aos secretários municipais de educação.

Brasília: Fundescola/MEC, 2001, p. 119-158.

. Resolução CNE/CES, n. 7 de 31 de março de 2004. Acesso em: 31 jan. 2016.

. Resolução CEE/CP, n. 6 de 20 de setembro de 2024. Acesso em: 04 dez. 2024.

. Base Nacional Comum Curricular: Ensino Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 2017.

. Base Nacional Comum Curricular. Terceira versão. Brasília: MEC, 2017. Disponível em:

<<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

. Constituição Federal (1988). Artigo 208, inciso III. Brasília, 1988. Disponível em:

<<https://bit.ly/2Wcu8L4>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

. Lei n. 9.394/96 alterada pela Lei 12.796 de 4 de abril de 2013. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Acesso em: 1º fev. 2016. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm#art1>. Acesso em: 12 maio 2020.

BUENO, J. G. O. Educação especial brasileira integração/segregação do aluno diferente. São Paulo: EDUC/PUSP, 1993.

CANALE, F. ¿Epistemología bíblica para la investi- gación adventista? Una propuesta de trabajo. Revista Apuntes Universitarios. Ano 1, n. 1, 2011.

CARVALHO, J. S. Podem a ética e a cidadania ser ensinadas? Pro-Posições, v. 13, n. 3 (39), set./dez. 2002. Disponível em: <<https://bit.ly/2Fx6gfl>>. Acesso em: 30 ago. 2018.

CASTANHO, S.; CASTANHO, M. E. (Org.). Temas e textos em metodologia do ensino superior. Campi- nas, SP: Papirus, 2001.

CASTRO, M. A. B. de. Inclusão x integração: o que convém a nossas crianças? Anais do Encontro Norte/ Nordeste de Educação Especial, 1, 1999. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 1999.

D'ÁVILA, C. Planejamento do processo de ensino e aprendizagem: uma abordagem crítico- construtiva. In: D'ÁVILA, C.; MADEIRA, A.V. (Orgs.). Ateliê didático: uma abordagem criativa na formação continuada de docentes universitários. Salvador: Edufba, 2018.

DELVAL, J. Crescer e pensar: a construção do conhecimento na escola. Porto Alegre: Artmed, 1998.

DSA (Divisão Sul-Americana da Igreja Adventista do Sétimo Dia). Pedagogia adventista. 2. ed. rev. e atual. Tatuí, SP: CPB, 2009.

FAVORETTO, N. C.; LAMÔNICA D. A. C. Conhecimentos e necessidades dos professores em relação aos transtornos do espectro autístico. Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v. 20, n. 1, jan./mar. 2014.

GÓES, M.C. R.; LAPLANE, A. L. F. (Orgs.). Políticas e práticas de educação inclusiva. Campinas: Autores Associados, 2004.

GROSS, R. A sociedade do futuro e a Educação Adventista. Compilación de exposiciones y ponencias del Congreso Ibero-americano de Educación Adventista. Libertador San Martín (ARG): Universidad Adventista Del Plata, 1997. p. 54-58.

GROSS, J. S. Filosofia da educação cristã: uma abordagem adventista. Tatuí, SP: CPB, 2012.

JANUZZI, G. M. A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI. Campinas: Autores Associados, 2004.

KNIGHT, G. R. Filosofia e educação. Engenheiro Coelho, SP: Imprensa Universitária Adventista, 2001.

. Filosofia e educação: uma introdução da perspectiva cristã. Engenheiro Coelho, SP: Unaspres, 2007.

. Filosofia e educação. São Paulo: Unaspres, 2010.

. Mitos na Educação Adventista: um estudo interpretativo da educação nos escritos de Ellen G. White. Engenheiro Coelho: Unaspres, 2010.

. Educando para a eternidade: uma filosofia adventista de educação. Tradução de Hander Heim. Tatuí, SP: CPB, 2017.

KUENZER, A. As mudanças no mundo do trabalho e a educação: novos desafios para a gestão. São Paulo: Cortez, 2001.

. Conhecimento e competência no trabalho e na escola. Disponível em:

<<https://bit.ly/2Dga-0ju>>. Acesso em: 17 jan. 2019.

LIBÂNEO, J. C. Didática. São Paulo: Cortez, 2013.

LIZÁRRAGA, M. L. S. A. Competências cognitivas em educación superior. Madri (ESP): Narcea Ediciones, 2010.

LUCKESI, C. C. Avaliação da aprendizagem componente do ato pedagógico. São Paulo: Cortez, 2011. MACEDO, R. S. Currículo: campo, conceito e pesquisa. Petrópolis: Vozes, 2008.

MACHADO, N. Epistemologia e didática. São Paulo: Cortez, 1996.

MARDONES, S. Quando eu mando, você não obedece. Aracaju: Fanese, 2004.

MASINI, E. F. S. Quais as expectativas com relação à inclusão escolar do ponto de vista do educador. Temas sobre desenvolvimento, v. 7, n. 42, 1999.

MAZZOTTA, M. J. S. Educação escolar: comum ou especial? São Paulo: Pioneira, 1986.

. A inclusão e integração ou chaves da vida humana. Anais Congresso Ibero-Americano de Educação Especial, III. Foz do Iguaçu, PR, 4 a 7 de novembro de 1998.

MENDES, E. G. Educação inclusiva: Realidade ou utopia? Mesa Redonda do LIDE USP, São Paulo: abril 1999.

MILLER, N. B. Ninguém é perfeito. Campinas: Papirus, 1995.

MORAN, J. Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda. In: BACICH, L; MORAN, J. (Org.). Metodologias ativas para educação inovadora: uma abordagem teórico-prática. Porto Alegre: Penso, 2018.

MOREIRA, A. F. B.; CANDAU, V. M. Currículo, conhecimento e cultura. In: BEAUCHAMP, J.; PAGEL, S. D.; NASCIMENTO, A. R. (Org.). Indagações sobre o currículo. Brasília: MEC/SEB, 2007.

NICHOL, Francis D. (Ed.). Comentário Bíblico Adventista do Sétimo Dia. Tatuí, SP: CPB, 2014. (Série Logos, v. 6).

NÓVOA, A. Formação de professores e profissão docente. In: NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e a sua formação. Tradução de Graça Cunha, Cândida Hespanha, Conceição Afonso e José António Sousa Tavares. 2. ed. Lisboa (PT): Dom Quixote/Instituto de Inovação Educacional, 1995.

PORTELA, A. L.; ATTA, D. M. A. A dimensão pedagógica da gestão da educação. In: RODRIGUES, M. M.; GIÁGIO, M. (Orgs.). Guia de consulta para o Programa de Apoio aos Secretários Municipais de Educação – PRASEM III. Brasília: FUNDESCOLA/MEC, p. 119- 158, 2001.

POZO, J. I. Aprendizes e mestres: a nova cultura da aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002.

RASI, H. M. O desenvolvimento da fé durante a vida do estudante. Revista da Escola Adventista: integração fé e ensino. São Paulo: IAE, 1999.

SARABIA, B. A aprendizagem e o ensino das atitudes. In: COLL, C; POZO, J.I; SARABIA, B; VALLS, E. Os conteúdos na reforma: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Tradução Beatriz Affonso Neves. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

SCHUNEMANN, H. E. Estabelecendo uma metodologia de Educação Adventista. Revista da Escola Adventista. Engenheiro Coelho, SP: Unaspress, 2000.

SCHWARTZMAN, J. S. Integração: do que e de quem estamos falando? In: MANTOAN, M. T.

E. (Org.) A integração de pessoas com deficiência. São Paulo: Memnon, 1997.

SMITH, D. D. Transtornos do espectro autístico. In: SMITH, D. D. Introdução à educação especial: ensinar em tempos de inclusão. São Paulo: Artmed, 2008.

SOARES, F. J. Currículo e avaliação: diálogo necessário. In: Magistério, São Paulo, n. 4, p. 4- 13, 2005.

STARLING, S. Silent rivals in christian education: a shalom perspective. Adelaide (AUS): Flinders University, 2013.

TEIXEIRA, M. T.; REIS, M. F. A organização do espaço em sala de aula e as suas implicações na aprendizagem cooperativa. Meta: Avaliação, Rio de Janeiro, v. 4, n. 11, p. 162-187, maio/ago., 2012.

VASCONCELLOS, C. S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. 21. ed. São Paulo: Libertad, 2010.

VENDEN, M. L. Como conhecer a Deus: um plano de cinco dias. Tradução de Edith Teixeira. Tatuí, SP: CPB, 2013.

VOIVODIC, M. A. Inclusão escolar de crianças com síndrome de Down. Petrópolis: Vozes, 2004.

WAGNER, C. Migration and the creation of hybrid identity: chances and challenges. Working papers: Research Association for Interdisciplinary Studies,

n.16, 2016. p. 237-255. Disponível em: <<http://rais.education/wp-content/uploads/2017/09/16.pdf>>. Acesso em: 18 nov. 2018.

WHITE, E. G. Conselhos sobre a escola sabatina. Tatuí, SP: CPB, 1938.

. O melhor da vida. Santo André, SP: CPB, 1970.

. Mente, caráter e personalidade. 3. ed. Tatuí, SP: CPB, 1990. v. 1.

. Educação. 6. ed. Tatuí, SP: CPB, 1996a.

. Fundamentos da educação cristã. 2. ed. Tatuí, SP: CPB, 1996b.

. Conselhos a pais, professores e estudantes. 5. ed. Tatuí, SP: CPB, 2000a.

. Orientação da criança. 9. ed. Tatuí, SP: CPB, 2000b.

. A ciência do bom viver. 5. ed. Tatuí, SP: CPB, 2001.

. Testemunhos para a igreja. Tatuí, SP: CPB, 2005.

. Caminho a Cristo. Tatuí, SP: CPB, 2007.

. Educação. Tatuí, SP: CPB, 2014.

. Conselhos aos professores, pais e estudantes. 5. ed. Tatuí, SP: CPB, 2016.

ZABALA, A.; ARNAU, L. Como aprender e ensinar competências. Porto Alegre: Artmed, 2010.